



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Instituto de Oceanografia
Laboratório de Gerenciamento Costeiro

**A realidade dos pescadores com base nos fundamentos da
Educação no Processo de Gestão Ambiental**

Relatório 2

*Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da
Região dos Lagos – Rio de Janeiro*

Julho de 2018



Pesquisa
**MARINHA
& PESQUEIRA**



Projeto de Pesquisa:

Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro.

A realidade dos pescadores com base nos fundamentos da Educação no Processo de Gestão Ambiental.

Relatório II

Análise sobre as comunidades de pescadores artesanais da Região dos Lagos – Rio de Janeiro.

Andrine Longaray; Kelen Rodrigues da Veiga; Jéssica Fischer Verly; Liandra Caldasso; Naila Takahashi; Tatiana Walter; Gracieli Trentin; Márcia Umpierre; Juliana Conti Hubner; Erica Coelhode Souza Neutzling; Gabriel Henrique Silva das Dores; Julhana Pereira Figueiredo; Liliane Oliveira; Mateus Finkler; Monique Macedo e Silva.

“A realização do Projeto de Pesquisa de Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro é uma medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”

Equipe Técnica

Coordenação Geral

Tatiana Walter	Doutora em Ciências Sociais
Prof. Dra. Liandra P. Caldasso	Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
Prof. Dra. Gracieli Trentin	Doutora em Geografia
Prof. Msc. Márcia B. Umpierre	Mestre em Ciências Contábeis, Doutoranda em Educação Ambiental.

Pesquisadores

Jéssica Fischer Verly	Mestra em Gerenciamento Costeiro
Andrine Longaray	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Cristiane Simões Netto Costa	Doutora em Administração
Kelen Rodrigues da Veiga	Mestra em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais
Juliana Conti Hubner	Tecnóloga em Gestão Ambiental
Naila Takahashi	Mestra em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento

Coordenação Técnico-Administrativa

Max Frederico Alves	Tecnólogo em Gestão Ambiental
---------------------	-------------------------------

Bolsistas de Pós-Graduação

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Ricardo Alfredo Demarco Vittola	Mestrado em Gerenciamento Costeiro
---------------------------------	------------------------------------

Bolsistas de Iniciação Científica

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Andriele Teixeira da Silva	Educação do Campo
Erica Coelho de Souza Neutzling	Gestão de Cooperativas
Gabriel Henrique Silva das Dores	Agroecologia
Julhana Pereira Figueiredo	Agroecologia
Liliane Oliveira	Gestão Ambiental
Mateus Finkler	Agroecologia
Monique Macedo e Silva	Gestão Ambiental

LISTA DE SIGLAS

ABTBPA	Associação dos Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos
ACCLAPZ	Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias
ACRIMAC	Associação dos Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ALAPI	Associação Livre de Aquicultores e Pesca de Itaipuaçu
AMA	Associação dos Moradores
APAC	Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo
APAAP	Associação de Pescadores e Amigos de Praia de Pitória
APAPP	Associação de Pescadores e Amigos de Praia do Pontal
APATAC	Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo
APEAG	Associação dos Pescadores amigos da Gamboa
APESCARPA	Associação de Pescadores Artesanais de Canoa de Rede da Praia dos Anjos
APESCAC	Associação de Pescadores em Caíco de Arraial do Cabo
APETUNAC	Associação de Pescadores e Turismo Náutico de Arraial do cabo
AREMAC	Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
CadÚnico	Cadastro Único para programas sociais do Governo
CCH	Centro de Ciências do Homem
CEASA	Centrais de Abastecimento
COPOLICA	Colônia de Pescadores e Aquicultores Livres de Casimiro de Abreu
COPPE/UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPAC	Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo
CRAS Figueira	Centro de Referência de Assistência Social Figueira
Curso ESEP	Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros

Curso POP	Curso de Procedimento Operacional Padrão
FAO	Food Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
FIPAC	Fundação Instituto da Pesca de Arraial do Cabo
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO/RJ	Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade/ Rio de Janeiro
IFRJ-CAC	Campus Arraial do Cabo do Instituto Federal do Rio de Janeiro
IX EDEA	IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
LECAR	Laboratório de Ecologia e Conservação de Ambientes Recifais
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MPF/RJ	Ministério Público Federal/ Rio de Janeiro
NEA-BC	Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campo
PAN	Plano de Ação Nacional
PCAPs	Planos de Compensação da Atividade Pesqueira
PCR-BC	Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos
PCSPA-BS	Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura na Bacia de Santos
PEA BC	Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos
PEA- PESCARTE	Projeto de Educação Ambiental – PESCARTE
PEA-FOCO	Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária
PEA-Observação	Programa de Educação Ambiental Observação
PEAs	Programas E Projetos de Educação Ambiental
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S. A
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

	Familiar
REMA	Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente
RESEXMar	Reserva Extrativista de Arraial do Cabo
RGP	Registro Geral da Pesca
SADT	Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico
SAGE	Sistemas Avançados de Gestão da Produção
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SSDP	Sistema de Subsídio do Diesel Pesqueiro
TAC	Termo de ajustamento de Conduta
UCs	Unidades de Conservação
UEPA	União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1.	Apresentação	12
2.	Acervos pesquisados para análise documental da Região dos Lagos	14
3.	A pesca artesanal na Região dos Lagos	15
3.1	O histórico de ocupação da Região dos Lagos: o espaço das comunidades pesqueiras artesanais	15
3.2	Equipamentos e Serviços públicos	19
3.3	Caracterização do Processo Produtivo.....	26
3.4	Caracterização dos Meios de Produção	36
3.5	Produção pesqueira	49
3.6	Características do beneficiamento e comercialização de pescado	51
3.7	Infraestruturas da Cadeia Produtiva.....	51
3.8	Conflitos e/ou problemas	63
3.9	Projetos desenvolvidos nas comunidades pesqueiras	67
3.10	Políticas públicas acessadas pelos pescadores (as) artesanais	75
3.11	Demandas elencadas pelas comunidades pesqueiras	82
3.12	Organizações Representativas	86
4	Considerações Finais.....	100
5	Referências Bibliográficas	102
6	Apêndices	113
7	Anexos.....	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de abrangência da pesquisa.	12
Figura 2: Municípios da Região dos Lagos que compõem a área de estudo e localização das organizações de pescadores (as) artesanais identificadas.	14
Figura 3: Municípios da Região dos Lagos e pescadores (as) artesanais com registro no RGP.	18
Figura 4: Comparação entre os níveis de escolaridade da população e dos pescadores (as) na Região dos Lagos.....	22
Figura 5 : Atores envolvidos na atividade pesqueira na Região dos Lagos.	29
Figura 6 - Características das embarcações cadastrados no PCSPA (FIPERJ, 2015)....	39
Figura 7: Tecnologias existentes nas embarcações pesqueiras artesanais da Região dos Lagos.	44
Figura 8: Formas de comercialização dos pescados na região dos Lagos.....	53
Figura 9: Formas de beneficiamento do pescado na região dos Lagos.	54
Figura 10: Tipos de infraestruturas da cadeia produtiva da pesca presentes nos municípios da Região dos Lagos.	60
Figura 11: Políticas públicas acessadas pelos pescadores(as) artesanais na Região dos Lagos.	76
Figura 12: Relação do número de pescadores com acesso ao seguro-defeso por município na Região dos Lagos.....	77
Figura 13 - Grupos que as entidades da Região dos Lagos representam.	87
Figura 14 - Entidades que tem atuação em espaços da gestão ambiental pública.....	88
Figura 15 - Número de entidades representativas dos pescadores artesanais na Região dos Lagos.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidades pesqueiras da Região dos Lagos.....	18
Quadro 2 - Divisão de trabalho na pesca de arrasto com canoas em uma comunidade pesqueira da Região dos Lagos.	46
Quadro 3 - Problemas/conflitos predominantes na literatura sobre a atividade pesqueira na Região dos Lagos.....	64
Quadro 4 - Projetos predominantes nos estudos sobre a Região dos Lagos.	69
Quadro 5 - Demandas elencadas pelas comunidades de determinados municípios da Região dos Lagos.	83

LISTA DE TABELAS

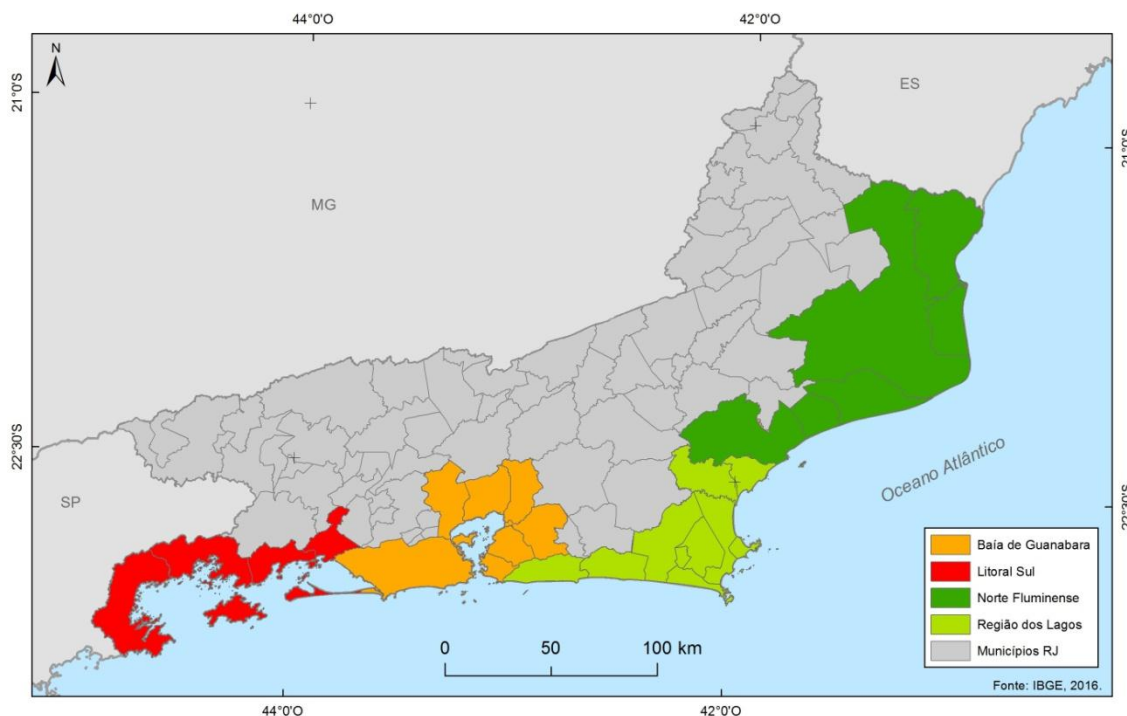
Tabela 1: Tipos de serviços relacionados à saúde para os municípios da Região dos Lagos.	23
Tabela 2: Serviços públicos ofertados para os municípios na Região dos Lagos.	24
Tabela 3: Dados sobre os tipos de esgotamento sanitário nos municípios da Região dos Lagos.	25
Tabela 4 - Número de embarcações pesqueiras artesanais na Região dos Lagos.	38
Tabela 5 - Percentual (%) de utilização de petrechos de pesca pelos pescadores artesanais.	40

1. Apresentação

Este documento é parte do projeto de pesquisa “Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre comunidades pesqueiras do estado do Rio de Janeiro”. Financiado pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, a pesquisa possui como fito contribuir ao aprimoramento da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), por meio da análise crítica sobre os impactos de empreendimentos petrolíferos em comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro.

O relatório diz respeito à execução do objetivo específico A.2 “Analisar o estado da arte das medidas mitigadoras e compensatórias implantadas junto às comunidades pesqueiras artesanais – Projetos de Educação Ambiental e Planos de Compensação da Pesca – com vistas ao seu aprimoramento e ampliação do escopo das ações”. Tem como área de abrangência os municípios costeiros do estado do Rio de Janeiro, organizados em quatro regiões: Baía de Guanabara, Região dos Lagos, Região Norte Fluminense e Litoral Sul (Figura 1).

Figura 1: Área de abrangência da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de IBGE (2016).

As medidas compensatórias e mitigadoras, objetos desta pesquisa, possuem como orientação a vertente da Educação Ambiental denominada *Educação no Processo de Gestão Ambiental*, especificamente o recorte a Educação Ambiental no Licenciamento. Adicionalmente, a pesquisa tem como foco Programas e Projetos de Educação Ambiental cujos sujeitos da ação educativa são pescadores e pescadoras artesanais. Conseqüentemente torna-se essencial cotejar os elementos estruturantes da Educação no Processo de Gestão Ambiental à realidade dos sujeitos cujos projetos estão orientados. Por meio da pergunta *‘quais os elementos que tornam esses pescadores e pescadoras vulneráveis aos impactos dos empreendimentos petrolíferos?’* foram elaborados os fundamentos teóricos da pesquisa que estão publicados nos Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA (Anexo 1) e estabelecem os subsídios as análises a serem empreendidas nas quatro regiões de estudo.

Após organização dos subsídios teóricos, os procedimentos analíticos foram organizados e descritos em relatório específico, compilados no Anexo 2.

Destaca-se que a proposição em compreender os elementos que resultam em vulnerabilidade dos sujeitos aos impactos dos empreendimentos petrolíferos reverbera sobre três possibilidades. A primeira diz respeito à construção do corpo da pesquisa necessário a análise crítica dos Programas e Projetos de Educação Ambiental (PEAs) e Planos de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAPs) que estão em execução na zona costeira do Rio de Janeiro. A segunda é a de almejar que outras ações de educação ambiental são necessárias serem planejadas com vistas a qualificar a intervenção nos processos decisórios sobre o ambiente pelos pescadores (as) que direta ou indiretamente sofrem os impactos das atividades relacionadas à cadeia do petróleo para além do escopo do licenciamento ambiental. Ou seja, ações cujo recorte esteja no escopo da Educação no Processo de Gestão Ambiental e alinhadas à perspectiva crítica, transformadora e emancipatória, sem serem aquelas ações delineadas no escopo do licenciamento ambiental.

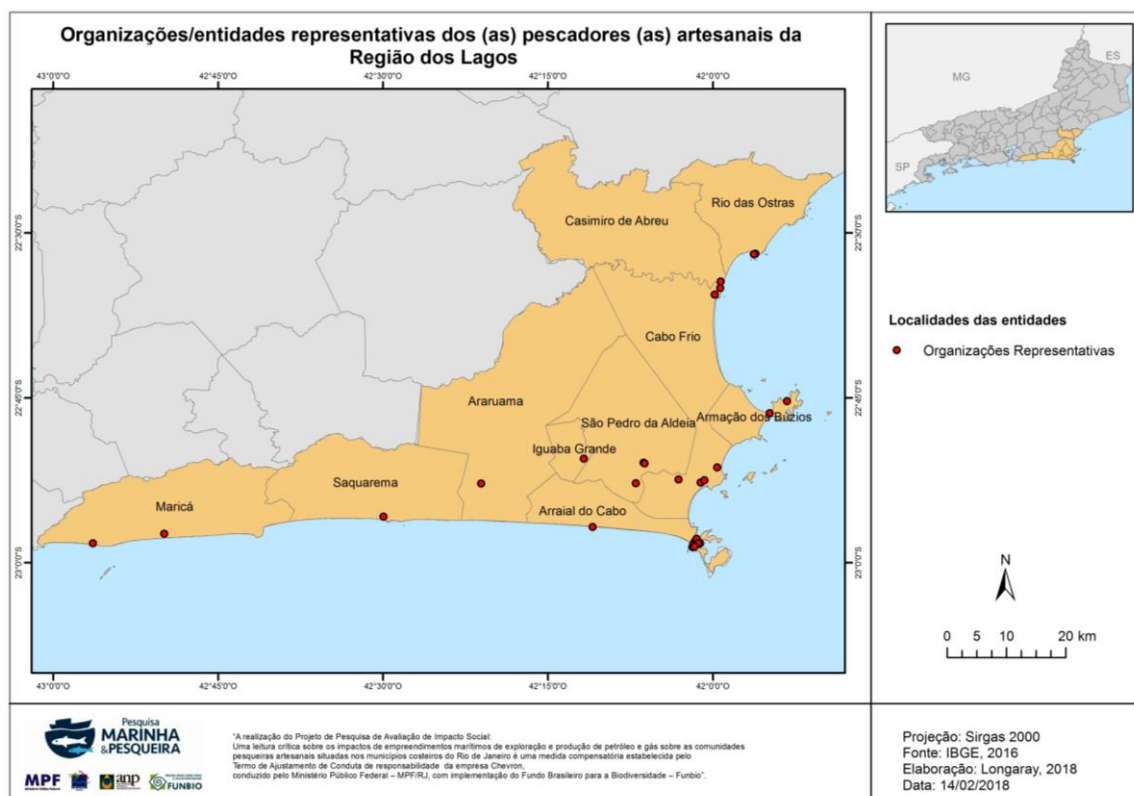
A terceira refere-se à reflexão sobre a pertinência de outras medidas mitigadoras e compensatórias necessárias, complementares aos Projetos de Educação Ambiental, mas que não tenha no processo pedagógico a centralidade das ações.

Com base no referencial teórico e procedimentos de pesquisa adotados, as análises são organizadas e empreendidas para cada uma das regiões, a fim de compreender de forma aprofundada as características das comunidades pesqueiras e sua vulnerabilidade aos impactos dos empreendimentos petrolíferos. Diante disto, o presente documento aborda os resultados gerados para os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema, pertencentes à Região dos Lagos.

2. Acervos pesquisados para análise documental da Região dos Lagos

Para a análise da Região dos Lagos, realizou-se um levantamento de dados sobre a pesca artesanal dos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema, e a caracterização de 41 organizações e/ou coletivos que representam pescadores (as) artesanais (Figura 2).

Figura 2: Municípios da Região dos Lagos que compõem a área de estudo e localização das organizações de pescadores (as) artesanais identificadas.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras (es) a partir de dados de COPPE/UFRJ (2008); Empresas.RJ (2017); ENGEO (2016b); ENGEO (2017); FIPERJ (2015).

Tendo em conta que as informações obtidas por meio de fontes secundárias apresentaram pouco detalhamento sobre as comunidades pesqueiras presentes nos municípios desta região, salienta-se que as caracterizações e análises foram realizadas em nível municipal. Assim, além dos dados que caracterizam as comunidades e as dinâmicas dos pescadores artesanais, também foram investigados dados que caracterizassem os municípios em si. Neste sentido, para determinadas informações como o “Acesso aos equipamentos e serviços públicos” baseou-se em base de dados que abordam aspectos municipais, como por exemplo, os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Para a realização do presente trabalho, foram feitas pesquisas em diferentes documentos. Dentre esses documentos, tem-se os relatórios e estudos do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA – BC); os relatórios do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) da Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D/Bacia Sedimentar de Campos/ Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacia de Santos e Campos; O Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS. Além destes citados, também foram realizadas pesquisas em outros documentos, como artigos, livros, sites, monografia, dissertações, teses, etc. Diante disto, no decorrer do preenchimento dos roteiros de caracterizações e do texto de análise, as diferentes fontes utilizadas foram referenciadas.

3. A pesca artesanal na Região dos Lagos

3.1 O histórico de ocupação da Região dos Lagos: o espaço das comunidades pesqueiras artesanais

A atividade da pesca está intimamente vinculada à cultura das populações tradicionais. O litoral do Rio de Janeiro foi fortemente influenciado pela cultura indígena regional, que tinha sua base alimentar na atividade pesqueira, antes da chegada dos navegadores portugueses. Tal informação é embasada em achados arqueológicos, que demonstram a importância da pesca nessa região (DIEGUES, 1999). De acordo com o mesmo autor, a atividade da pesca, historicamente vinculada à pequena produção

(familiar), em meados do século XX, alcançou uma escala comercial importante com a introdução das trainas, advindo da pesca da sardinha em grandes redes de cercos.

Para Arruda (1999), o adensamento de populações em regiões ao longo do Brasil devido à exploração intensa de produtos específicos, relacionados à economia de cada época é uma característica da colonização portuguesa. Como exemplo, pode-se citar a região litorânea no ciclo do pau-brasil, o nordeste no ciclo da cana-de-açúcar, os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás no ciclo do ouro e pedras preciosas, os Estados do Amazonas e Pará no ciclo da borracha, etc., que utilizaram o trabalho escravo, sistemas de produção com uso intensivo da terra e voltado a um único produto (monoculturas). Ao final de cada ciclo, restavam povoamentos isolados e dispersos, com economia direcionada à subsistência e de base familiar, influenciada fortemente pela cultura indígena (ARRUDA, 1999).

Para um melhor conhecimento acerca da configuração espacial do Estado do Rio de Janeiro devemos levar em conta o histórico das comunidades em relação ao modelo sociocultural de ocupação territorial (ARRUDA, 1999) e aos papéis dos agentes específicos envolvidos na organização urbana e industrial. É preciso ainda assinalar questões particulares onde estatais e políticas federais que tiveram sede na cidade do Rio de Janeiro, influenciaram sua construção e expansão (DAVIDOVICH, 2000). Para o mesmo autor, a centralização e concentração da população, das atividades e dos recursos na capital do Estado, desde passados remotos, acontecia em decorrência da dificuldade de expansão para o interior por causa do relevo acidentado, da massa florestal, dos pântanos, além dos conflitos com populações originárias (indígenas) destes locais.

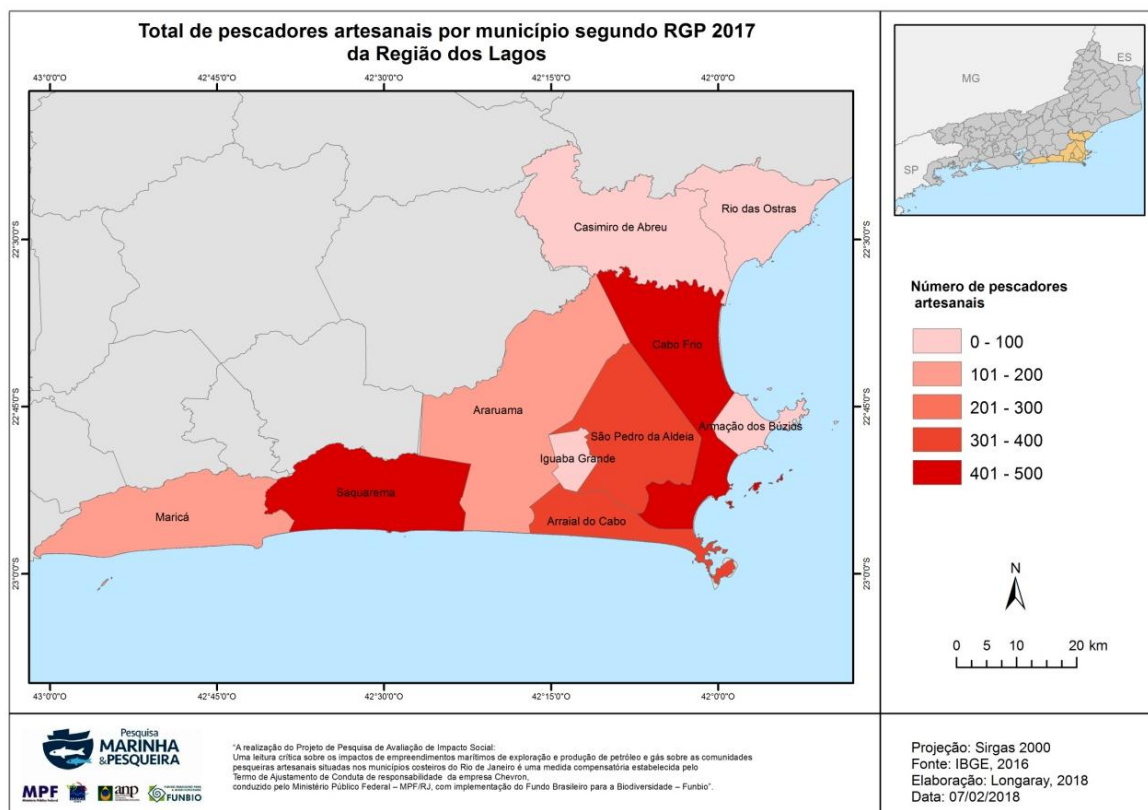
Um dos conflitos, com origem na ocupação e permanência no território, está relacionado às Unidades de Conservação (UCs), onde as políticas envolvidas na conservação da biodiversidade e os interesses particulares, conflitam com as necessidades das populações residentes, que vivem da extração dos recursos naturais através de atividades como caça e pesca artesanal (ARRUDA, 1999). A economia da região já foi focada nos cultivos de café e cana-de-açúcar, com o uso de trabalho escravo nas plantações. Neste mesmo período houve a criação de entrepostos e povoamentos, bem como a revitalização de embarcadouros e portos de algumas localidades (DAVIDOVICH, 2000).

A Região dos Lagos fica a cerca de 150 km de distância da cidade do Rio de Janeiro. A presença portuguesa nesta região foi responsável por iniciar seu processo de desenvolvimento e implantação da urbanização. O conjunto de cidades que compõe a localidade tinha por objetivo primário efetuar o desenvolvimento conjunto, como uma única região, desmembrado posteriormente visando alcançar o desenvolvimento individual (MALUF, 2011).

Existe na região grande abundância de praias, mares, lagos, matas e encostas marítimas entre outras belezas naturais (MALUF, 2011), que contribuem para o desenvolvimento da atividade de pesca artesanal. Em contrapartida, há uma ampliação da exploração dos recursos naturais da região, mais recentemente, por meio de empresas que extraem petróleo, da criação de empresas siderúrgicas e da expansão do turismo. Assim, torna-se possível vislumbrar um panorama da relação da construção do território litorâneo na região, levando em conta o contexto histórico de escravidão, a má distribuição de renda e o sucateamento da atividade pesqueira artesanal neste Estado (DAVIDOVICH, 2000).

A Região dos Lagos apresenta um território de 1.981 km², com 13% da área formada pelas lagoas de Araruama, Sacarema, Jaconé, Vermelha e Juturnaíba, sendo esta última uma represa de água doce (ALMEIDA e LIMA, 2000). A região é composta por 10 municípios costeiros, com diversas comunidades que possuem na pesca artesanal sua principal atividade para subsistência. Em geral, os(as) pescadores(as) artesanais da região têm sua origem na própria região, são naturais do município em que residem ou de municípios circunvizinhos. Ainda assim, há pescadores oriundos de outros municípios mais distantes e/ou outros estados, como Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Espírito Santo. Os municípios de Cabo Frio e Saquarema são os mais expressivos, apresentando os maiores números de pescadores artesanais registrados no Registro Geral da Pesca (RGP) (Figura 3).

Figura 3: Municípios da Região dos Lagos e pescadores (as) artesanais com registro no RGP.



Fonte: Elaborado pelas (os) autoras(es) a partir de dados de RGP (2017).

Na Região dos Lagos, foram identificadas 66 comunidades de pescadores(as) artesanais, distribuídas nos 10 municípios que compõe sua região litorânea. Os dados apresentados acerca de suas características foram extraídos do banco de dados do projeto PEA- PESCARTE (2015), do Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aqüicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS e Plano de Compensação da Atividade Pesqueira Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacias de Santos e Campos. (Quadro 1).

Quadro 1 - Comunidades pesqueiras da Região dos Lagos.

Município	Comunidades Pesqueiras	Número de pescadores no RGP 2017
Armação dos Búzios	Centro e Armação, Rasa, Geribá, Tartaruga, Tucuns e José Gonçalves	31

Município	Comunidades Pesqueiras	Número de pescadores no RGP 2017
Arraial do Cabo	Figueira, Monte Alto, Praia do Pontal, Praia dos Anjos, Praia Grande e Prainha	312
Cabo Frio	Gamboa, Passagem, Ponta do Ambrósio, Praia do Siqueira e Tamoios	441
Maricá	Itaipuaçu, São José do Imbassaí, Itapeb, Araçatiba, Boqueirão, Zacarias, Barra de Maricá, Bambuí e Ponta Negra	105
Rio das Ostras	Boca da Barra, Nova Esperança, Extensão do Bosque, Âncor, Nova Cidade, Centro, Costazul, Liberdade, Palmita, Recanto, Jardim Mariléia e Nova Aliança	52
Araruama	Ponta da Bananeira, Iguabinha, Pernambuco, Ponte dos Leites, Pontinha do Outeiro, Praia das Virtudes, Praia do Hospício e Saco da Tirirca	109
Iguaba Grande	Pedra da Salga, Praia do Popeye e Túnel	34
São Pedro da Aldeia	Ponta do Ambrósio, Baixo Grande, Mossoró, Camerum; Pitória, Boqueirão, Poço Fundo/ Fazenda e Baleia	311
Saquarema	Barra Nova, Barrinha, Boqueirão, Ponte do Girau, Itaúna, Jaconé e Mombaça	410
Casimiro de Abreu	Sem informação	09
Total	66	1.814

Fontes: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de ENGE0 (2016 b); ENGE0 (2017); FIPERJ (2015); PEA-PESCARTE (2015).

É importante ressaltar que para alguns municípios há uma falta de disponibilidade dos dados e, por este motivo, em alguns casos a quantidade de pescadores registrados pode estar subestimada. Além disso, não são apresentados dados sobre o número de famílias existentes em cada comunidade dos municípios que contemplam a região.

3.2 Equipamentos e Serviços públicos

Segundo dados do SEBRAE (2016), a Região dos Lagos apresenta Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* superior ao do estado do Rio de Janeiro. Ainda assim, há na localidade, em comparação com o estado, um percentual mais elevado no número de pobres, chegando a 30%, juntamente com a menor renda domiciliar *per capita*, em um equivalente à R\$717,00. Armação dos Búzios apresenta a maior renda *per capita* e o maior PIB *per capita* da região e o 6º do estado. Iguaba Grande, em contrapartida,

apresenta o menor PIB *per capita* da região (IBGE, 2010). O município também se apresenta com uma das maiores desigualdades no que diz respeito à renda (SEBRAE, 2016).

A Região dos Lagos possui atividades econômicas diversificadas e dinâmicas ao longo dos anos. No que diz respeito a estas, o setor de maior expressividade é o industrial em Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Maricá e Rio das Ostras (IBGE, 2010).

Entre o final do século XIX e a década de 70 a região tinha como carro chefe da economia a produção de sal. No seu auge a extração chegou a representar 70% de todo o sal consumido no país (PEREIRA, 2010). Ainda hoje, mesmo que o número de salinas ativas tenha reduzido consideravelmente, a atividade é realizada em vários municípios da região, como São Pedro da Aldeia e Cabo Frio.

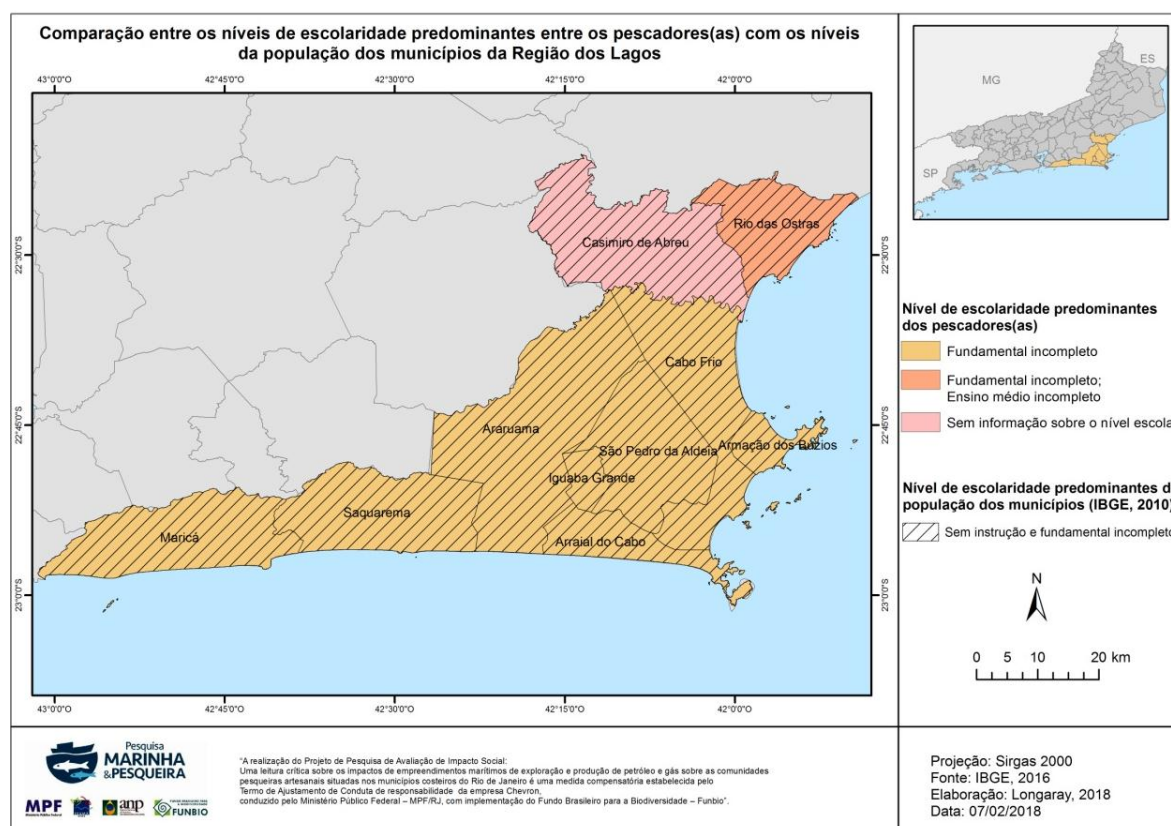
No mesmo período, o turismo assume um grande papel como atividade econômica na região, associado à construção da ponte Rio-Niterói e abertura de rodovias estaduais. Estas contribuíram para o acesso a toda a Região dos Lagos, consolidando a localidade como potencial turístico (SOMA, 2014). Segundo Toledo e Silva (2004), além do turismo, a pesca, agregando as paisagens e atividades culturais, também possuem grande destaque como atividade econômica da região. Mendonça et al (2013) destaca que essas atividades podem afetar de modo negativo a dinâmica pesca artesanal. Neste contexto a autora destaca que os(as) pescadores(as) possuem relação direta com os recursos naturais, como os territórios costeiros, na qual constroem relações sociais e de trabalho. Diante da intensificação da atividade turística sobre os espaços, tem-se enormes impactos que afetam a manutenção desta atividade tradicional. Dentre este impactos, pode-se citar a intervenção sobre a identificação por partes dos(as) pescadores(as) para as áreas de pesca devido à redução dessas áreas, direção das correntes marinhas, marés, sazonalidade e migração das espécies, dentre outros (MENDONÇA *et al*, 2013).

De acordo com o censo do IBGE (2010), a região possui uma população de 806.981 habitantes. Nos meses do verão, especialmente em janeiro e fevereiro a população flutuante pode chegar a 1.500 mil habitantes, principalmente em decorrência do período de férias e carnaval (ALMEIDA e LIMA, 2000). O aumento da população em períodos específicos do ano juntamente com o crescimento demográfico desordenado sobre as áreas costeiras, como exemplo a Lagoa de Araruama, ampliou a pressão

antrópica sobre os recursos naturais (BERTUCCI *et al*, 2016). Segundo os mesmos(as) autores(as) o crescimento desordenado associado a falta de fiscalização do poder público, ocasionou a degradação dos corpos hídricos. A alteração na concentração dos nutrientes no ambiente aquático modifica a disposição dos recursos pesqueiros, prejudicando a atividade desenvolvida pelos pescadores(as) artesanais.

Já em Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema os serviços públicos são predominantes (IBGE, 2010). Apesar da ampla diversidade de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, estes não contemplam uniformemente toda a população da região. Todas as cidades da região apresentam acesso ao ensino, sendo ele público e privado. Tanto as instituições públicas quanto privadas ofertam o ensino nos níveis infantil, fundamental e médio. O município de Araruama também oferta ensino superior, em instituição pública. Ainda assim, a população da Região dos Lagos apresenta-se predominantemente sem instrução e com ensino fundamental incompleto (FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015). Já o nível de escolaridade dos pescadores na maioria dos municípios é o fundamental incompleto, exceto o município de Rio das Ostras que apresenta profissionais da pesca com o ensino médio incompleto (ENGEIO, 2016c). Casimiro de Abreu não apresentou dados sobre o nível escolar de seus pescadores(as) (Figura 4).

Figura 4: Comparação entre os níveis de escolaridade da população e dos pescadores (as) na Região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de ENGEIO (2017); FIPERJ (2015); IBGE (2010).

Campos e Chaves (2016) apontam que houve um crescimento na inserção de trabalhadores na atividade pesqueira na última década. É de se esperar que a perda de empregos formais reflita numa pressão sobre outros setores, como por exemplo, na pesca. Esse aumento pode refletir no comprometimento dos recursos pesqueiros, como aconteceu no município de Arraial do Cabo. Após o fechamento da empresa estatal Companhia Nacional de Álcalis, responsável pela extração de sal no município, o alto índice de trabalhadores desempregados resultou na migração destes para outros setores, muitas vezes de serviço informal. O impacto também atingiu as atividades de pesca artesanal da região, por ter aumentado consideravelmente o número de pescadores(as) atuando na pesca artesanal como tentativa de manter a subsistência das suas famílias (PEREIRA, 2009).

De acordo com os dados coletados pelo IBGE (2010), todos os municípios da região possuem acesso a algum tipo de serviço público de saúde (Tabela 1). As comunidades em Cabo Frio possuem acesso à unidade básica de saúde. Do mesmo modo, em Armação dos Búzios possuem acesso à unidade básica de saúde, além do acesso a hospital. Já Arraial do Cabo, tem-se hospital e pronto-socorro. Os demais municípios da região não possuem informações sobre o tipo de serviços públicos de saúde acessados. Constatase, portanto, que apesar de haver variados tipos de equipamentos públicos no que diz respeito à saúde, o acesso aos mesmos é bastante limitado.

Tabela 1: Tipos de serviços relacionados à saúde para os municípios da Região dos Lagos.

Município	Atendimento Emergência	Atendimento Ambulatorial	Diagnose e Terapia – SADT	Total de Estabelecimentos	Número de Leitos para Internação	
					Público	Privado
Araruama	5	32	20	52	112	156
Armação dos Búzios	1	14	5	21	35	0
Arraial do Cabo	2	11	4	16	45	0
Cabo Frio	10	47	24	76	152	152
Casimiro de Abreu	2	16	5	21	88	0
Iguaba Grande	1	12	5	18	10	0
Maricá	1	25	14	39	75	14
Rio das Ostras	2	24	13	39	54	16
São Pedro da Aldeia	2	24	9	33	26	36
Saquarema	5	22	9	36	60	0

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de IBGE (2010).

Com relação à energia elétrica, os domicílios dos municípios que compõem a Região dos Lagos possuem acesso, majoritariamente, à rede pública (Tabela 2). O mesmo ocorre com as comunidades analisadas. Ainda assim, em Arraial do Cabo e Cabo Frio há outras formas de acesso, como a rede geral, existente em todas as comunidades destes

municípios. Nas comunidades de Figueira, Monte Alto, Praia Grande e Prainha, do município de Arraial do Cabo e, nas comunidades de Gamboa, Ponta do Ambrósio, Praia da Siqueira e Tamoios, do município de Cabo Frio, aparece ainda o uso de rede compartilhada com vizinhos e/ou sem relógio. Além destas, constata-se a presença de outras fontes de energia, como o uso de gerador, placa solar e energia eólica, entre outras nas mesmas localidades. Percebe-se que embora haja o massivo uso da rede pública de transmissão de energia elétrica nos domicílios analisados pelo censo do IBGE (2010), há uma parcela da população das comunidades que faz uso de fontes energéticas. Ainda, percebe-se um grande número de residências em que não há existência de energia elétrica. Talvez estes sejam os domicílios que mais busquem fontes energéticas alternativas às mais citadas no banco de dados do IBGE.

O fornecimento de água, segundo IBGE (2010), ocorre principalmente por meio da rede geral de abastecimento, exceto nos municípios de Maricá e Saquarema (Tabela 2). A maioria dos municípios não apresenta dados para suas comunidades em relação a forma de abastecimento de água, bem como a destinação dos resíduos sólidos e os tipos de esgotamento sanitário. Somente Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio apontaram tais informações. Armação dos Búzios apresenta a rede pública como forma de abastecimento de água. Já os serviços da rede geral de distribuição, poço e água cedida por vizinhos são utilizados tanto por Arraial do Cabo quanto Cabo Frio. Além destas fontes, o armazenamento de água da chuva em cisternas é citado para o primeiro, e o uso de nascentes, rios, lagos e igarapés, além de carro-pipa são citados para o segundo.

A destinação dos resíduos sólidos nos municípios, de acordo com o IBGE (2010), ocorre principalmente por meio da coleta pública (Tabela 2). O mesmo é encontrado para as comunidades de Armação dos Búzios. Já para Arraial Do Cabo e Cabo Frio, além destas, há a coleta direta por serviço de limpeza e em caçamba de serviço de limpeza. Em algumas comunidades de ambos os municípios também ocorre a queima dos resíduos, além deste ter outros destinos.

Tabela 2: Serviços públicos ofertados para os municípios na Região dos Lagos.

Município	Energia Elétrica	Abastecimento de água	Resíduo sólido
-----------	------------------	-----------------------	----------------

	Pública	Outras	Sem Energia	Pública	Poços	Outras	Pública	Enterrado/ Queimado/ Jogado*	Outro
Araruama	35.453	243	111	31.918	2.807	1.082	33.524	2.282	52
Armação dos Búzios	8.934	68	10	7.235	403	1.374	8.873	139	64
Arraial do Cabo	8.931	15	10	6.182	2.477	297	8.907	49	7
Cabo Frio	58.772	559	112	41.270	13.099	5.074	57.899	1.480	64
Casimiro de Abreu	11.430	48	11	10.397	1.002	90	11.302	180	7
Iguaba Grande	7.447	127	6	6.235	277	1.068	7.482	87	11
Maricá	42.200	559	51	8.112	33.613	1.085	39.889	1.724	1.197
Rio das Ostras	34.514	120	32	21.063	11.041	2.562	34.468	180	18
São Pedro da Aldeia	27.436	249	58	24.293	763	2.687	26.651	1.050	42
Saquarema	22.467	587	49	9.426	12.967	710	21.650	1.431	22

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de IBGE (2010).

*Resíduo despejado em rios, lagos, mar, terrenos baldios ou logradouros.

Em relação aos tipos de esgotamento, os domicílios dos municípios apresentam-se em grande parte com rede geral de esgoto (Tabela 3), exceto Araruama, Maricá, Rio das Ostras e Saquarema, que tem o uso de fossas como principal forma de esgotamento sanitário (IBGE, 2010).

Tabela 3: Dados sobre os tipos de esgotamento sanitário nos municípios da Região dos Lagos.

Município	Rede geral de esgoto	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro	Sem banheiro e sanitário
Araruama	6.267	16.871	10.088	1.312	591	155	107
Armação dos Búzios	1.647	6.348	798	17	13	26	11
Arraial do Cabo	6.350	1.840	723	4	3	12	11
Cabo Frio	30.103	18.808	8.905	375	55	454	114

Município	Rede geral de esgoto	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro	Sem banheiro e sanitário
Casimiro de Abreu	3.334	5.309	2.450	90	213	38	24
Iguaba Grande	2.518	4.075	617	139	56	75	8
Maricá	5.277	22.136	12.001	2.135	699	279	58
Rio das Ostras	9.871	19.795	4.482	172	99	47	33
São Pedro da Aldeia	12.701	8.742	4.089	439	109	121	107
Saquarema	4.668	8.115	8.468	1.480	206	37	18

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de IBGE (2010).

As comunidades de Armação dos Búzios apresentam como tipo de esgotamento sanitário a rede pública de esgoto ou fossas sépticas. Já em Arraial do Cabo todas as comunidades apresentam rede geral de esgoto e fossa séptica como forma de esgotamento. Em menor expressão, algumas comunidades apontam a existência de fossas rudimentares ou outros destinos. O mesmo ocorre nas comunidades de Cabo Frio, porém, além da rede geral de esgoto e fossa séptica, todas as comunidades apontam a existência de fossas rudimentares. Duas comunidades afirmam ainda que destinam o esgoto para rios, lagos ou mar e uma, apresenta escoamento também para vala ou esgoto a céu aberto.

Possivelmente as principais diferenças entre os dados encontrados pelo IBGE no Censo de 2010 com aqueles apresentados pelo PEA-PESCARTE (2015) devem ser pelo fato das comunidades de pescadores artesanais muitas vezes não possuírem acesso aos equipamentos públicos básicos. Isso pode ocorrer pela deficiência, no que diz respeito à execução das políticas públicas para alguns grupos da população fluminense.

3.3 Caracterização do Processo Produtivo

A pesca artesanal é uma atividade produtiva de extrema importância no país, que serve como fonte de alimento e trabalho a milhares de trabalhadores. Caracterizada pelo envolvimento da família ou vizinhança, e como atividade tradicional, o saber-fazer é um elemento essencial da atividade e repassado de forma oral entre as gerações. A comercialização do pescado é demarcada pela presença de intermediários, que em geral

definem o valor do pescado. Os atores envolvidos em um conjunto de atividades que envolvem desde a confecção e manutenção dos petrechos de pesca, captura, preparo do pescado e comercialização têm suas atividades orientadas à reprodução social e não à acumulação do lucro (DIEGUES, 1983).

Diante disso, é importante compreendermos como se dá a dinâmica da atividade pesqueira artesanal, enquanto atividade produtiva e reprodutiva, ou seja, responder: *Quem atua na atividade? Como se dão as relações de produção? Quais os trabalhos desenvolvidos? A família e/ou comunidade vizinha é envolvida na atividade produtiva? As relações comunitárias são relevantes para o andamento da cadeia da pesca?*

Na busca pela compreensão de tais aspectos, a presente pesquisa, pauta-se no aporte teórico e analítico de investigação sobre os sistemas agroalimentares, que de acordo com Walter *et al.* (2012), permite uma análise mais completa da cadeia produtiva dos pescados, bem como, dos arranjos: social, econômico, político-institucional; e das instituições, que em geral, explicam o funcionamento e as relações existentes ao longo da cadeia produtiva.

Dentro desse aporte, Coraggio (2000) destaca a unidade doméstica com produção familiar como estratégia de reprodução social, podendo ser considerada a microunidade da organização dos sistemas de reprodução, “*ou seja, é a célula da microeconomia popular da mesma forma que as empresas são microunidades de reprodução do capital*”(CORAGGIO, 2000, p. 57). Podemos compreender dessa forma, a relevância de investigar sobre o envolvimento da família na atividade, visto que a unidade doméstica diz respeito àquelas atividades produtiva realizada com base no trabalho desenvolvido em âmbito familiar e contribui para a reprodução social e, ao mesmo tempo, a pesca trata-se de uma atividade produtiva tradicionalmente realizada com mão de obra familiar que visa à reprodução social.

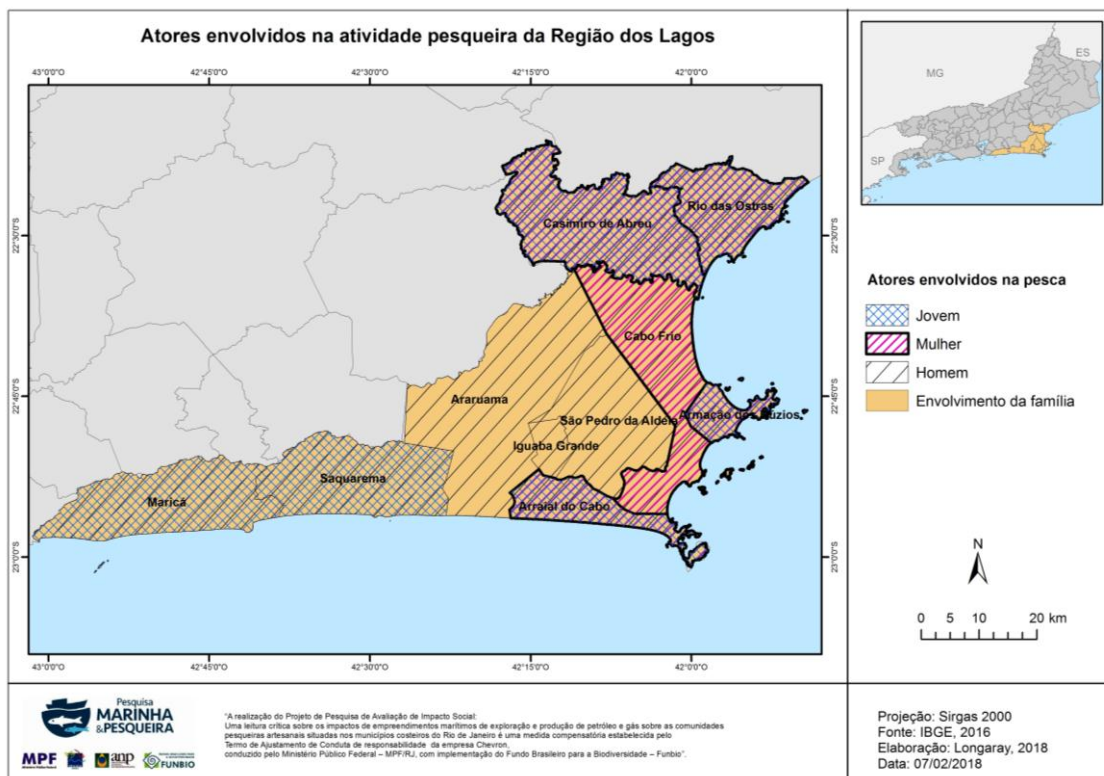
Para Walter (2010), a unidade doméstica não se limita à família, sendo o mais importante:

a constatação de que ao visar à reprodução social da vida e não o acúmulo do capital, os aspectos relacionados à esfera doméstica interagem com a esfera econômica e há necessidade de uma abordagem que considere esta interação, definida como unidade doméstica de produção. Esta abordagem difere da economia ortodoxa, onde tais esferas não interagem, ou, teoricamente, não deveriam interagir (WALTER, 2010, p.104).

Nesse contexto, no que se refere às informações existentes sobre a atividade pesqueira artesanal na Região dos Lagos, identifica-se que há envolvimento da família na atividade pesqueira em todos os municípios (Figura 5). Ou seja, a unidade doméstica de produção é composta por diversos indivíduos, sendo eles: homens, mulheres, jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as), comumente pertencentes ao mesmo núcleo familiar. Observa-se, que os municípios de Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema, são aqueles que apresentaram menores quantidades de informações sobre tais questões. Embora haja a identificação de envolvimento familiar, não é possível identificar os envolvidos, e/ou, identificam apenas homens e sua atribuição enquanto captura.

Ressalta-se, portanto, que embora com aporte teórico pautada na discussão de unidade de produção, não é possível avaliar com profundidade como se desenvolve tal unidade, visto que, não há dados que permitam analisar qual o trabalho realizado por cada membro envolvido na atividade pesqueira. Além disso, também a participação de todos esses membros da unidade doméstica, nem sempre está atrelado ao núcleo familiar, há que se considerar, por exemplo, que nem sempre uma mulher que atua no beneficiamento do pescado, será cônjuge de um pescador, ou vice e versa. Dessa forma, nos itens a seguir são apresentadas as informações existentes quanto à participação de homens, mulheres e jovens na pesca artesanal e as relações familiares, assim como, a renda.

Figura 5 : Atores envolvidos na atividade pesqueira na Região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados extraídos em CALDASSO *et al.* (2012), ENGEIO (2016a 2016b 2016c), ENGEIO (2017b, 2017b), FIPERJ (2015), PEA-PESCARTE (2015), SOMA (2014).

i) *Participação das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal na Região dos Lagos*

De acordo com a *Food Agriculture Organization* (FAO), 19% dos trabalhadores estimados com participação na etapa de captura mundial de pescado são mulheres, e quando soma-se aos demais setores de processamento e comércio do pescado, as mulheres totalizam 50% da força de trabalho em pescarias artesanais (FAO, 2016), assim como, representam 90% da força de trabalho que atua no beneficiamento (FAO, 2014).

Na região em tela, a atuação das mulheres se dá principalmente no beneficiamento e comercialização do pescado, bem como, na captura ou como marisqueiras (ENGEIO, 2016b 2016a; 2017a; FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015; SOMA, 2014). É comum a identificação de relações familiares entre mulheres e homens que atuam na cadeia produtiva do pescado, ou seja, é comum que sejam cônjuges. Todavia, não apenas mulheres casadas com pescadores que atuam na cadeia produtiva da pesca. Há casos em que as mulheres marisqueiras e/ou pescadoras que não relatam ter família que atue na pesca também, ou seja, o envolvimento da mulher na pesca não necessariamente é

resultante do estado civil ou de seu núcleo familiar estar ou não inserido na cadeia produtiva (ENGEIO, 2016a 2016b 2016c; ENGEIO, 2017a 2017b 2017c).

Por exemplo, dados sobre a comunidade pesqueira de Boca da Barra no município de Rio das Ostras, identificam que a atuação da mulher se dá no beneficiamento e comercialização de pescado tanto capturado por cônjuges como por demais pescadores. Elas beneficiam o pescado e vendem direto ao consumidor, e/ou vendendo seu pescado aos turistas diretamente em sua casa. Em Rio das Ostras atuam também como marisqueiras e em outras atividades econômicas fora da residência e da pesca. Os municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio possuem maiores informações e maior observação quanto à participação das mulheres na pesca, que ocorre através de atividades relacionadas à captura, beneficiamento, comercialização, desconchamento de marisco e como cozinheira de barco (CALDASSO *et al.*, 2012; ENGEIO, 2016a 2016b; ENGEIO 2017a; FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015; SOMA, 2014).

Nos dados sobre o grupo feminino em Rio das Ostras, destaque é dado para as coletoras de mexilhão, representadas por duas mulheres residentes do bairro Âncora, que trabalham em um grupo formado por seis (06) integrantes e que beneficiam o mexilhão antes de vender a um frigorífico (ENGEIO, 2016c). Há também, o envolvimento das mulheres da região, através do artesanato (SOMA, 2014).

É importante lembrarmos, que historicamente na sociedade patriarcal e capitalista em que vivemos, o trabalho feminino é algo desvalorizado, e comumente atrelado ao ambiente doméstico, o que também acontece na atividade pesqueira artesanal. De acordo com Maneschy (2013), o desenvolvimento de atividades atreladas aos afazeres domésticos contribui com a invisibilidade da atuação das mulheres na cadeia produtiva da pesca. No âmbito da agricultura familiar, sobre condições de trabalho na fumicultura, Paulilo (1987, p. 7) destaca que tarefas realizadas por mulheres, crianças e idosos são definidas como “*leves*”, o que não significa “*trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças*”(PAULILO, 1987, p. 7). Tal situação decorre da “*valorização social do homem enquanto ‘chefe de família’, responsável pela reprodução de seus ‘dependentes’*”(PAULILO, 1897, p. 7), e assim o trabalho desenvolvido por outros membros da família, que não o homem, são pensados apenas como uma ajuda secundária à renda familiar (PAULILO, 1987).

Contudo, mesmo diante de um cenário de vulnerabilização da mulher e de seu trabalho, as mulheres resistem. Como, acontece, por exemplo, em Arraial do Cabo, com a existência de pelo menos duas cooperativas de mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca no município (SOMA, 2014), demonstrando que a mulher participa da atividade, e vem sendo reconhecida no processo de participação social e debate sobre vulnerabilidade também atrelada à gênero.

Em São Francisco de Itabapoana, também há outros tipos de envolvimento com a atividade pesqueira, como por exemplo, o artesanato. Nesse município, a colônia apoia grupos de mulheres que confeccionam artesanatos em diferentes núcleos, sendo que na sede da Colônia, na comunidade do bairro de Gargaú, há um grupo organizado em associação que produz artesanato confeccionado com escamas de peixe e taboa, e nos núcleos de Barra de Itabapoana e Guaxindiba, também há mulheres artesãs que confeccionam com concha (SOMA, 2014). Também, nas comunidades pesqueiras de Gargaú, Sossego, Guaxindiba, Barrinha, Lagoa Feia e Barra do Itabapoana, em São Francisco do Itabapoana, e Atafona, Açú e Quixaba, em São João da Barra, há em desenvolvimento o Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária - PEA-FOCO, que tem como público-alvo as mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal (PEA-BC, 2018). Conforme Trans For Mar (2013), através de pesquisa qualitativa desenvolvida na Etapa II do PEA-FOCO com mulheres, há uma grande dificuldade no acesso a políticas da pesca nos dois municípios e também, à saúde, no município de São Francisco do Itabapoana e à perda de território e identidade em São João da Barra, por conta dos empreendimentos ligados à construção do Porto do Açú.

Por fim, outra questão importante relacionado à participação na cadeia produtiva da pesca é a forma como o trabalho se dá, muitas vezes em situações precárias de trabalho. Como destaca Walter *et al.* (2012) em trabalho sobre a cadeia produtiva dos catados nos estuários e manguezais do Brasil, a captura de mariscos realizada principalmente por mulheres, e considerada como trabalho leve, resulta em diversas complicações para a saúde das pescadoras de mariscos, sendo que em decorrência da permanência prolongada no mangue, infecções ginecológicas se tornam normal entre as pescadoras de mariscos, bem como varizes, artrose, câncer de pele e lesões causadas por esforços repetitivos – LER –. Quanto a essa última foi observado que em média as pescadoras executam cerca de 10.200 movimentos repetidos por hora de trabalho (Walter

et al., 2012). Todavia, não foram encontradas informações sobre tais questões relacionadas à saúde do trabalho e da mulher para a região.

ii) Participação dos jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as) na atividade pesqueira.

No que tange ao envolvimento dos jovens na atividade pesqueira artesanal na região, são raras as informações encontradas. O envolvimento de jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as) na atividade pesqueira é identificado apenas nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Maricá, Rio das Ostras e Saquarema (ENGEIO, 2017a 2017b; ENGEIO, 2016a 201b; PEA-PESCARTE, 2015; SOMA, 2014.). Todavia, em grande parte dos municípios não há informação sobre como se dá tal envolvimento, ou seja, as atribuições dos jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as) artesanais, tanto na atividade pesqueira quanto fora dela.

O município de Cabo Frio integra a Região do Lagos, aos municípios¹ que possuem a atuação de um projeto voltado à organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, o Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente - REMA. Trata-se de um projeto de educação ambiental que é exigido como mitigação pelo licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA, direcionado a ações com jovens, realizado pela Chevron Brasil na área de influência do Campo Frade, e pertence ao Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA-BC (REMA, 2018).

De acordo com informações da página da web do projeto, há um Espaço REMA localizado no município de Cabo Frio, dentre outros municípios de outras regiões. Nesses espaços, os jovens participam de oficinas de formação utilizando recursos pedagógicos variados como vídeos, jornais, acesso aos acervos de bibliotecas e centros culturais, visitas a locais históricos e patrimônios naturais/culturais na região, além de serem estimulados ao uso de ferramentas online como mapas digitais, mídias sociais, estimulando uma visão mais global das mudanças do território e dos impactos da indústria do petróleo (REMA, 2018).

Todavia, a escassez de informações sobre o envolvimento do jovem na atividade pesqueira, é uma constante, mesmo no município de Cabo Frio, que possui sede de um

¹ Outros municípios de outras regiões do litoral fluminense integram o Projeto e possuem Espaços Rema, como: Macaé, São João da barra, São Francisco de Itabapoana. Também no estado do Espírito Santo há atuação de tal projeto em Itapemirim (REMA, 2018).

projeto voltado a jovens na pesca artesanal, de acordo com REMA (2018) e ENGEO (2016b).

Ainda no âmbito do Projeto REMA, em Oficinas previstas em plano de trabalho, com diversos membros das comunidades pesqueiras como pessoas com vínculo direto com a pesca, representantes de órgãos públicos, e moradores dos municípios, foram realizados diversos questionamentos referentes à atividade pesqueira, dentre os quais questões relacionadas aos jovens na pesca artesanal como: i) Os pescadores querem que seus filhos sejam pescadores também?; ii) Você acha que os jovens se interessam pela pesca? Em resposta a tais questões, a maior parte obteve respostas negativas, ou seja, a maior parte dos entrevistados nos três municípios respondeu considerar que jovens não possuem interesse na atividade pesqueira, assim como, os pais também não possuem interesse pela permanência dos filhos na pesca (REMA, 2015[?]).

Ou seja, observa-se que há certo desinteresse de jovens e sua família na sucessão familiar na pesca artesanal, pois identificam como pontos negativos a desvalorização da atividade e daqueles que exercem, ou seja, os próprios pescadores são desvalorizados pela sociedade e estado, e o mesmo ocorre por si mesmo(a) e pelos(as) seus(as) filhos(as), que vêem essa atividade como trabalho com sofrimento, com desigualdade e até mesmo sem futuro (REMA, 2015[?]; ENGEO, 2016b 2016c; SOMA, 2014;). Nesse contexto, do envolvimento de jovens e/ou filhos(as) de pescadores(as), cabe destacar que de acordo com Paulilo (1987) historicamente nessa sociedade capitalista e patriarcal, há a desvalorização do trabalho feminino e infantil, que independente de sua natureza, é considerado leve e recebe remuneração inferior à do trabalho realizado por homens. Mais ainda quando se fala de comunidades de camponeses, pescadores etc.

Tais perspectivas podem contribuir para justificar a ausência do jovem na atividade pesqueira, além de questões como desvalorização da atividade, busca por maiores níveis de ensino, etc, (CALDASSO, 2012; ENGEO, 2016b; REMA, 2015[?]; SOMA, 2014). De acordo com SOMA (2014), jovens relacionados à atividade pesqueira nos municípios de Maricá, e Saquarema e Arraial do Cabo, têm se afastado da pesca, devido à falta de estabilidade de renda da atividade e dificuldade de investimento na pesca pelo poder público, o que acarreta também em perda de identidade cultural.

Em Búzios os jovens migram para a pesca industrial, devido ao predomínio deste mercado, ficando a pesca artesanal mais restrita aos mais antigos. Trata-se de uma das cidades da região, que predomina pescadores com idade mais avançada, o que pode ser

explicada pela falta de perspectiva social por meio da pesca artesanal. A ocupação na atividade pesqueira artesanal perdeu muito espaço para o turismo (ENGEIO, 2016b).

Para além das atividades pesqueiras, as informações encontradas sobre as atribuições rotineiras dos jovens referem-se à dedicação a formação escolar/aos estudos, bem como, outras atividades econômicas como comércio e turismo. Sendo que, em Armação dos Búzios os jovens desenvolvem as atividades de turismo e se dedicam à formação escolar, em Maricá suas atribuições são direcionadas ao comércio, e no município de Rio das Ostras os jovens dedicam-se à formação escolar (ENGEIO, 2016b 2016c; ENGEIO, 2017a 2017b; SOMA, 2014). Quanto à migração de jovens para outra(s) comunidade(s) e/ou município(s), apenas Arraial do Cabo possuiu informação positiva, tendo como justificativa o trabalho em outras atividades econômicas (CALDASSO, *et al.*, 2012; SOMA, 2014).

Diante desse cenário e da falta de informações existentes sobre os jovens na pesca, surge também o questionamento sobre a ocorrência de migração de jovens para outras profissões e atividades econômicas, bem como, outros municípios ou regiões do estado, com maior oferta de trabalho. Podendo inclusive ter como destino próprias atividades ligadas à indústria petrolífera e serviços de apoio. Não obstante, é necessário a produção e o acesso à tais informações que circundam a participação dos jovens no setor pesqueiro artesanal, assim como, o incentivo a valorização da pesca e permanência dos(as) mesmos(as) na atividade pesqueira, contribuindo para a perpetuação da pesca enquanto atividade tradicional, através da sucessão familiar.

Por fim, cabe destacar que, mesmo que dados disponibilizados demonstrem que jovens dos municípios de Cabo Frio, São Francisco de Itabapoana e de São João da Barra, na grande maioria ao tem interesse pela pesca, a parcela não é tão maior do que aquela que tem interesse. Por exemplo, em São João da Barra 5 entre 13 entrevistados consideraram que jovens tem interesse na pesca, enquanto que em São Francisco de Itabapoana foram 5 entre 11 (REMA, 2015[?]). Ou seja, jovens não apenas não têm interesse na pesca, ainda há os que se interessam, e tal aspecto, não pode ser menosprezado, visto que é de grande importância para a continuidade da atividade pesqueira artesanal.

iii) Participação do homem na atividade pesqueira.

Na Região dos Lagos, o homem participa principalmente da etapa de captura (ENGEIO, 2016a 2016b; ENGEIO, 2017a; FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015; SOMA, 2014), da mesma forma que ocorre em demais comunidades pesqueiras artesanais do país. Como destaca Maneschy (2013, p. 43), a atividade pesqueira comumente é tida como um campo de atuação masculina, devido ao maior enfoque da gestão pesqueira na etapa de captura do pescado e pesca marítima, sendo esses espaços – “*o alto mar, o porto são espaços dos homens*” – atribuídos ao homem.

Dessa forma, comumente maiores informações sobre a cadeia da pesca artesanal são encontradas sobre as etapas em que o homem tem maior participação. Considerando que grande parte desse relatório envolve etapas em que o homem atua fortemente, neste item abordaremos apenas onde se dá o envolvimento deste ator, sendo que demais especificidades são observadas ao longo do relatório, a cada descrição de etapas da atividade pesqueiras.

Nesse contexto, na região em tela, também os homens atuam em demais etapas como: comercialização, beneficiamento, confecção e/ou reparação de embarcações e petrechos, entre outros, como acontece em Rio das Ostras (ENGEIO, 2017a). Já em Cabo Frio e Arraial do Cabo além de todas essas atividades, os homens também atuam e/ou podem atuar comumente no transporte, desconchamento de marisco e como cozinheiro de barco (PEA, PESCARTE, 2015).

iv) Renda Familiar

De acordo com dados extraídos de ENGEIO (2014a) que utiliza dados do IBGE (2010) para avaliar os índices socioeconômicos da região, cerca de 21.716 famílias entre os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio vivem em situação de baixa renda.

No que tange a renda salarial dos pescadores artesanais da região essa se mantém em uma média de até 2 salários mínimos. Exceto Casimiro de Abreu que não consta informação sobre renda familiar. Há os municípios de Araruama e Maricá em que os pescadores recebem até um salário mínimo, enquanto que em Arraial do Cabo, Rio das Ostras e São Pedro da Aldeia a renda familiar de pescadores (as) artesanais é de até três salários mínimos (FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015).

Nesse contexto, além das remunerações advindas da pesca, enquanto estratégia de reprodução das(os) pescadoras(es), existem outras atividades que compõem a renda

familiar e que se diferenciam a cada município, dentre as quais: comércio, construção civil/pedreiro, turismo, e trabalhadoras(es) domésticas(os). Demais atividades como: artesanato, cabeleireira, carpinteiro, manicure, mecânico(a), motorista, pintor(a) industrial, e pintor(a) residencial também foram citados, principalmente em Arraial do Cabo e Cabo Frio, nesses últimos também se destacou a atividade de turismo (ENGEIO, 2016b; PEA-PESCARTE, 2015; SOMA, 2014).

Também em Armação dos Búzios são exercidas com mais ênfase, atividades relacionadas ao turismo, visto que, com o desenvolvimento da cidade enquanto turística, as comunidades pesqueiras acabam sofrendo com a atividade pesqueira que é deixada em segundo plano pelo estado e sociedade quando da disputa com uma atividade hegemônica como o turismo (ENGEIO, 2016b). Não obstante, destaca-se que em Rio das Ostras as atividades restringem-se à renda advinda de aposentadoria, aluguéis, e propriedade de quiosques (ENGEIO, 2016c). Os municípios de Casimiro de Abreu, Iguaba Grande e Saquarema não constavam informações sobre tal aspecto.

Ainda no que tange a diversas atividades realizadas enquanto estratégias de reprodução social é importante compreender se pescadores e pescadoras artesanais exercem também atividades de apoio à pesca na sua comunidade. Dessa forma, cabe destacar que em grande parte dos municípios não há informação sobre tal aspecto. Contudo, as atividades que mais se destacam entre os municípios de Rio das Ostras, Arraial do Cabo e Cabo frio, são: carpinteiro/construtor naval-estaleiros; atador de rede; confecção/manutenção de petrechos de pesca; comerciante/dono de peixaria/frigorífico/atravessador; construção/manutenção/pintura de barco (ENGEIO, 2016c; PEA-PESCARTE, 2015).

3.4 Caracterização dos Meios de Produção

A pesca artesanal é uma atividade produtiva e reprodutiva, organizada pelo saber-fazer, repassado entre gerações. Porém, o que caracteriza o(a) pescador(a) artesanal não é somente o viver da pesca, mas, também a apropriação real dos meios de produção e o controle da arte de pesca. O domínio das artes de pesca exige uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas pelo aprendizado na experiência (DIEGUES, 1983).

Quando falamos em meios de produção da pesca artesanal, referimo-nos aqueles elementos necessários para o desenvolvimento da atividade, ou seja, embarcações, petrechos de pesca, tecnologias de apoio, e por que não conhecimento do(a) pescador(a), que de fato possibilita o envolvimento do indivíduo com a atividade. Contudo, além de investigar quais os meios de produção são necessários ao exercício da pesca, um aspecto central é compreender quem de fato detém a propriedade sobre tais meios.

Ou seja, as principais questões a serem investigadas são: *os pescadores realmente detêm os meios de produção necessários à atividade pesqueira? Ou quem detém? A propriedade dos meios de produção determina algum tipo de poder na comunidade pesqueira? Se sim, quem detém esse poder, o que ele corrobora, e quais as relações na comunidade são condicionadas pela propriedade dos meios?* Sendo assim esse item apresenta em tópicos: i) um panorama sobre os principais tipos de embarcações e petrechos de pesca utilizados na Região dos Lagos, e ii) busca compreender como se dão as relações entre os atores sociais, diante da propriedade dos meios de produção.

- i) *Embarcações, petrechos, tecnologias e insumos da pesca artesanal na Região dos Lagos.*

A composição da frota e petrechos de pesca é consequência de fatores biológicos, econômicos, culturais e geográficos, que ajudam a explicar variantes dos barcos e dos procedimentos pesqueiros (NOGUEIRA et al., 2011). A zona costeira do Rio de Janeiro possui grande variedade de ambientes costeiros, com diferentes características ambientais, refletindo na elevada diversidade das capturas no estado. Somadas às características históricas e econômicas da região, resulta na variedade de petrechos e embarcações (ÁVILA-DA-SILVA E VIANNA, 2009).

As principais fontes de dados utilizadas para a caracterização dos meios de produção foram o Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura da Bacia de Campos (FIPERJ, 2015), a Caracterização Socioeconômica da Pesca na Bacia de Campos – Projeto PCR-BC (PETROBRAS, 2013), e o Banco de Dados do PEA Pescarte. Entretanto nenhum dos dois projetos abrange a totalidade dos municípios compreendidos na Região dos Lagos. Nenhum dos dois projetos possui dados para os municípios de Armação de Búzios, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras. As lacunas, na medida do possível, foram cobertas com outras fontes, mas sem dados equivalentes ou para o mesmo ano, dificultando a comparação entre municípios.

A pesca artesanal na Região dos Lagos ocorre, principalmente, em dois ambientes, lagunar e marinho. Segundo Vasconcellos et al. (2007) na Lagoa de Araruama destaca-se a pesca de camarão, tainhas e parati, para a qual diversas artes de pesca são utilizadas (redes fixas, arrastos manuais, tarrafas e rede de “tróia”).

A frota pesqueira do Rio de Janeiro, segundo dados do Registro Geral da Pesca (MPA 2012 *apud* FIPERJ 2015) para os municípios analisados é de 1101 embarcações, enquanto que o levantamento amostral do PCSPA identificou e cadastrou 700 embarcações (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de embarcações pesqueiras artesanais na Região dos Lagos.

Município	Embarcação RGP 2012	Embarcação RGP 2014	PCSPA Embarcação	Censo da Pesca 2004
Cabo Frio	358	122	99	22
Arraial do Cabo	243	86	170	21
São Pedro da Aldeia	167	18	106	23
Iguaba Grande	37	1	39	21
Araruama	83	5	70	44
Saquarema	95	7	105	19
Maricá	117	9	86	89
Armação dos Búzios	1	16	25	48
Casimiro de Abreu	S/I	S/I	S/I	36
Rio das Ostras	S/I	S/I	S/I	21
Totais	1101	264	700	344

Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de PCSPA (FIPERJ, 2015); PROZEE, SEAP/PR & IBAMA, 2005

Os dados sobre petrechos e embarcações do PCSPA elaborado pela FIPERJ, (2015) foram incorporados ao banco de dados do projeto. Entretanto os dados estão organizados em tabelas separadas, e muitos dos números estão em porcentagem, dificultando o cruzamento dos mesmos. Seria necessário o acesso ao banco de dados do PCSPA para a análise integrada de petrechos e embarcações. Os gráficos (Figura 6) abaixo descrevem as características das embarcações cadastradas no PCSPA (FIPERJ, 2015) que foram incorporadas ao banco de dados.

Figura 6 - Características das embarcações cadastradas no PCSPA (FIPERJ, 2015).



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de FIPERJ (2015).

A classificação das modalidades de pesca segue o sistema de permissionamento pesqueiro nacional (MPA/MMA, 2011), que é a mesma utilizada no Sistema de Estatística Pesqueira elaborado pela FIPERJ, sendo: 1- Armadilhas (covo e pote); 2- Arrasto (rede de arrasto com portas ou parelha); 3- Cerco (rede de cerco com retinida); 4- Emalhe (redes de emalhe e de enredar); 5- Linha (espinhel, linha-de-mão com ou sem vara); e outros (demais petrechos). (Para uma breve descrição destas ver nota ²). Na

²Descrição das modalidades de pesca, segundo Vianna (2009, p. 96) 1-Armadilhas - usadas para capturar peixes, crustáceos ou moluscos. Possuem uma ou mais entradas, que, no entanto, não permitem a saída. São lançadas no fundo do mar, com uma boia de sinalização e iscas. Nestes cabos podem estar amarradas uma ou várias armadilhas. Podem ser feitas de argila, madeira, trançados ou matérias sintéticas.

2- Arrasto - As redes são rebocadas e possuem um corpo cônico com um saco no fundo, em geral são utilizadas para a pesca de fundo, mas podem ser utilizadas em pesca de meia água ou superfície. Na pesca de pareja (ou parelha) são utilizadas duas embarcações. Existem embarcações que utilizam braços laterais (tangones) arrastando duas ou até quatro pequenas redes. Existe também o arrasto de uma única rede lançada pela popa. Em geral utiliza portas para mantê-las abertas e no fundo, mas pode utilizar varas. Possui roletes e pesos quando para o arrasto de fundo;

3- Cerco - Esta técnica opera com redes que cercam os cardumes pelos lados e por baixo. Em sua ampla maioria se trata de pesca de superfície. As redes podem operar com cabos no fundo para fechar o saco ou sem cabos onde a rede se fecha passando uma asa (lateral da rede) para cada lado;

4- Emalhe (Rede de espera, emalhe - Nestas técnicas os peixes são capturados após colidirem com a rede e ficarem emaranhados, embolados, presos. A rede fica esticada no mar ou nos rios e lagos, no fundo, à meia água ou na superfície;

descrição que segue, os dados de petrechos de pesca por município de FIPERJ (2015) foram agrupados nestas categorias, ver tabela a seguir.

Tabela 5 - Percentual (%) de utilização de petrechos de pesca pelos pescadores artesanais.

	Araruama	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Iguaba Grande	Maricá	São Pedro da Aldeia	Saquarema
Armadilhas	3%	2%	4%		2%	9%	3%
Arrasto		1%	3%			1%	
Emalhe	31%	3%	19%	30%	49%	48%	32%
Linha	11%	76%	45%	11%	28%		20%
Outros		8%	2%		14%	1%	24%

Fonte: Elaborado pelas(os) autores(as) a partir de dados da FIPERJ (2015).

Dos municípios da Região dos Lagos Cabo Frio se caracteriza como o maior porto de desembarque, utilizado por embarcações de grande e pequeno porte, ou seja, que possuem variados tamanhos, tonelagem de arqueação bruta e potência de motor (FIPERJ, 2015a). Dentre pescadores deste município entrevistados pelo PCSPA, 88% utiliza embarcação, e 72% é proprietário ou responsável pela embarcação. Ressalta-se que a pesca artesanal é realizada em dois ambientes, marítimo e lagunar, o que se reflete nas características da frota pesqueira. No PCSPA foram cadastradas 76 embarcações, com as seguintes características: a maioria, 52%, possui convés fechado contra 48% de boca aberta; 54% possui casaria; 68% possui motor com predominância do motor de centro (87%) em relação ao motor de popa (13%); e todas possuem casco de madeira; levam em média 4 pescadores a bordo. As modalidades de pesca que se destacam são a pesca com rede fina de camarão, espinhel horizontal de fundo e linha de mão de superfície. As informações das embarcações do PESCARTE tem como base 1.738 entrevistas com pescadores, algumas das questões abordam as características das embarcações, entretanto não foi sistematizado um cadastro das mesmas. Cerca de 400 pescadores responderam as questões sobre as embarcações, a maioria declarou que pesca em embarcações sem

5 – Linha (Espinhel e linha de mão)- Os espinhéis são linhas onde serão fixados diversos anzóis. Estas linhas podem ficar na horizontal ou na vertical em relação à superfície do mar. Quando na horizontal, podem ser largados no fundo ou na superfície. Em espinhéis longos de fundo se utilizam cabos de aço para fixar os diversos anzóis e podem possuir longas extensões. Os anzóis podem levar iscas vivas ou mortas; Varas e pesca de mão - Cada pescador lança um ou mais anzóis no mar, podendo capturar peixes na superfície ou no fundo. Os maiores exemplos da pesca na superfície são as pescas de bonitos-listrados (vara e isca-viva), albacoras e lulas. Quando utilizando linhas de fundo, os pescadores ficam em pequenos botes ou caíques deixados no meio do mar por um barco maior. Varas também são muito utilizadas na pesca esportiva;

casaria (213 sem casaria e 183 com casaria), de porte pequeno – até 8 metros (231), e com motor (254 contra 138).

Em Arraial do Cabo, assim como em Cabo Frio, os pescadores artesanais estão presentes tanto no ambiente lagunar como marítimo. Segundo o PCSPA, a maioria (94%) utiliza embarcação para a atividade, entretanto afirmam serem proprietários ou responsáveis pelas embarcações somente 45% dos entrevistados, indicando concentração dos meios de produção. Na Lagoa de Araruama se destaca a pesca da tainha, carapeba e corvina, com a modalidade de emalhe com redes de caceio e deriva. No ambiente marinho as espécies-alvo mais citadas no PCSPA foram a anchova, lula e bonito-listrado, com captura predominante por meio de pesca de linha – linha de mão de fundo, linha de mão de superfície e zangarilho. Embora não predominante, há ainda a pesca de arrasto de praia, que se utilizam de canoas de grande porte a remo. Foram cadastradas 170 embarcações no PCSPA, todas têm menos de 20 AB, a maioria (80%) não tem convés, do tipo boca aberta, não tem casaria (79%), e é motorizada (72%), sendo 87% destas com motor de centro e 13% com motor de popa. Os dados do PESCARTE para o município têm como base 1.096 entrevistas com pescadores, e cerca de 320 forneceram informações sobre as embarcações que utilizam. A maioria pesca em embarcações de pequeno porte (222), sem casaria (250 contra 72 com casaria), e com motor (235 contra 87). O trabalho anterior de SILVA (2004), que teve acesso aos dados da Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo, contabiliza 217 embarcações no município, sendo 11 traineiras, 182 botes de boca aberta e 24 canoas.

O pesca artesanal no município de São Pedro da Aldeia concentra suas atividades na Lagoa de Araruama, e destacam-se a pesca com rede fina de camarão, rede de espera e caceio para a captura, principalmente, do camarão, tainha, carapeba e piraúna. No cadastro do PCSPA, quase a totalidade dos entrevistados afirmou utilizar embarcações na pesca com menos de 20 AB e de tipo boca aberta. No total foram cadastrados 106 barcos, com as seguintes características: a maioria leva três pescadores a bordo; 55% tem motor, sendo que 67% utiliza motor de centro e 33% de popa.

Em Iguaba Grande, semelhante a São Pedro da Aldeia, a pesca ocorre na Lagoa de Araruama. As modalidades de pesca mais frequentes são o cerco de emalhar, rede de emalhe de fundo e rede de espera. A totalidade dos pescadores entrevistados no PCSPA utilizam embarcações na pesca, e 67% são proprietários ou responsáveis pelas

embarcações. O PCSPA registrou 39 embarcações no município, todas com menos de 20 AB, e quase todas (98%) são do tipo boca aberta que levam de dois a três pescadores a bordo. A maioria das embarcações possui motor, 97% com motor de centro e 3% com motor de popa.

Os pescadores artesanais de Araruama frequentam tanto a lagoa como o mar, em áreas próximas a linha da costa. Sobressaem as modalidades de pesca com cerco de emalhar, rede de espera e rede de deriva. A maioria dos pescadores utiliza embarcações, e cerca de 56% dos entrevistados do PCSPA se declarou proprietário ou responsável pelo barco. Todas as embarcações cadastradas no PCSPA (70) são pequenas, com menos de 20 AB e do tipo boca aberta. Cerca de 80% possui motor, com predominância do motor de centro (77%) em relação ao de popa (23%).

No município de Saquarema a pesca também ocorre em ambiente lagunar e marinho. Dentre as principais espécies capturadas no município se encontram a tainha, a corvina, o pargo-rosa, e o camarão, que é o principal recurso-alvo na lagoa. As modalidades de pesca principais são pesca com rede de espera, com linha de mão de superfície, com puçá, e rede fina de camarão. Foram cadastradas no município 105 embarcações no PCSPA, a maioria sem casaria. Diferente dos outros municípios já descritos, a maioria das embarcações não possui motor, apenas 35%.

Em Maricá a pesca artesanal tem como modalidades de pesca principalmente a pesca com rede de caceio, linha de mão de fundo e coleta manual. Os principais recursos-alvo são a corvina, a tainha, e a anchova. A maioria dos pescadores, 97%, utiliza embarcação, sendo que 66% se declarou ao PCSPA ser proprietário ou responsável pela embarcação. As características das embarcações, segundo o cadastro do PCSPA que contém 86 registros, são embarcações pequenas, de boca aberta, sem casaria e com motor de popa (100%).

A pesca artesanal em Armação de Búzios se concentra no ambiente marinho. O PCSPA não abrangeu o município de Armação de Búzios. Segundo o relatório da FIPERJ (2014) que sistematizou os dados de monitoramento de desembarque na praia da Armação, a pesca no local tem como principais modalidades a pesca de arrasto de praia e com rede de emalhe, e as cinco principais espécies capturadas foram: xerelete, espada, guavira, maria-luiza e olhudo. Não foram encontradas informações recentes e detalhadas sobre a frota pesqueira artesanal do município. Segundo as informações disponíveis no Censo Estrutural da Pesca Artesanal (PROZEE, 2005), que cadastrou 48 embarcações no

ano de 2003, 80% das embarcações tem menos de 12 metros de comprimento, a maioria é do tipo boca aberta e sem casaria. Já o PCR-BC (PETROBRAS, 2013) cadastrou 96 embarcações, a maior parte delas (80%) tem até 12 metros, e possui casaria, 87% são motorizadas sendo que 83% dos pescadores se declararam proprietários das embarcações.

Para o município de Casimiro de Abreu também não há dados do PCSPA, as informações disponíveis são do PCR-BC (PETROBRAS, 2013). Foram realizadas no PCR-BC oito entrevistas com pescadores, todos informaram que utilizam embarcações, sendo a maioria motorizada (87%), e a maioria são barcos pequenos de até 7 metros com casario. A maioria não é proprietário das embarcações (62%). No ambiente marinho se destaca a modalidade de pesca com rede de emalhar fixa e linha de mão, e as espécies mais capturadas são a pescada e a corvina.

No município de Rio das Ostras a pesca marinha concentra-se na Boca da Barra, e a modalidade de pesca principal é pesca com rede de emalhe fixa, seguida pela rede de emalhar de deriva e linha de mão. No PCR-BC foram cadastradas 45 embarcações, todas motorizadas, sendo que apenas 27% dos pescadores se declararam proprietários das embarcações. A maior parte da é composta por embarcações com tamanho de 8 a 12 metros de comprimento (83%) com casaria.

Quanto à tecnologia de apoio às embarcações pesqueiras artesanais, as mais utilizadas na região são GPS, telefone celular, ecossonda/sonar/radar, e em menor quantidade o uso de bússola e rádio (Figura 7) (FIPERJ, 2015).

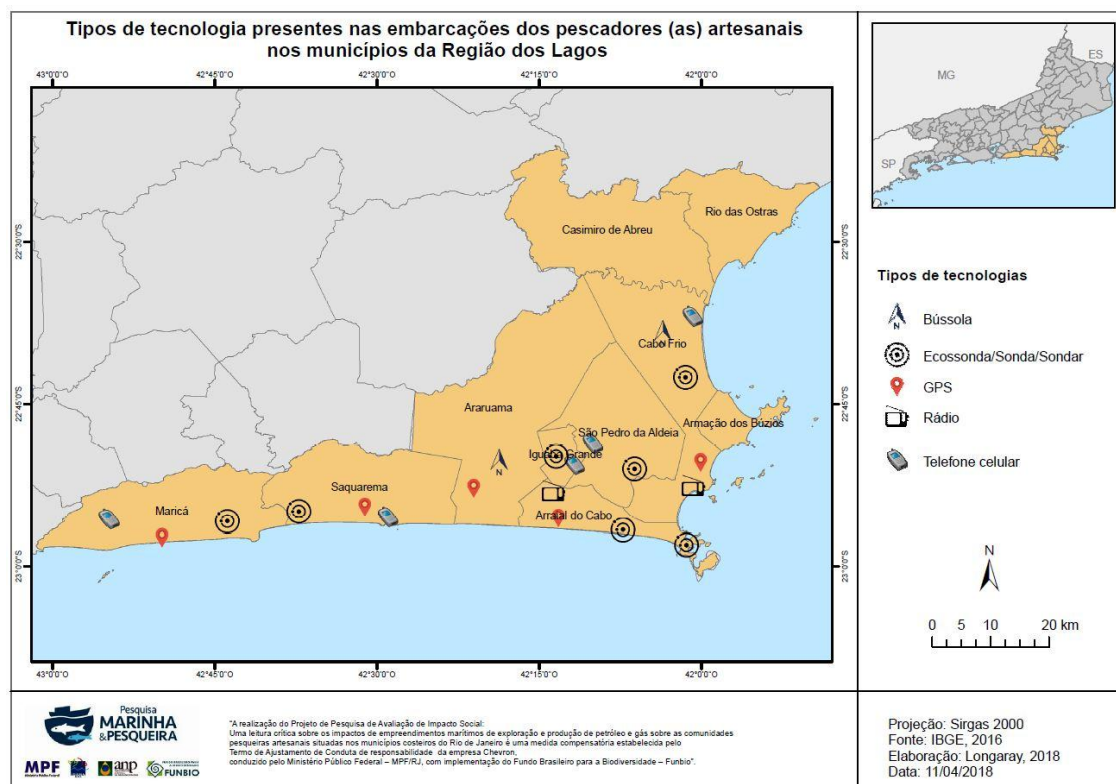
Quanto a insumos da atividade pesqueira artesanal de forma geral, na Região dos Lagos, os mais utilizados são combustíveis e gelo. Em Saquarema, o sal, junto com gelo e combustível são os principais insumos à atividade pesqueira (FIPERJ, 2015)

Não obstante, além de embarcações, petrechos e insumos, cabe investigar sobre a etapa de desembarque do pescado, identificando as infraestruturas e estratégias utilizadas para tal pela comunidade pesqueira da região. Enfim, destaca-se que na Região dos Lagos, observa-se que o desembarque de pescado é realizado em maior parte em infraestruturas denominadas “trapiches, píeres, pontes e/ou cais”³, assim como, diretamente em praias. Dentre essas infraestruturas é possível identificar algumas destas enquanto propriedade privada, que atua na cadeia produtiva da pesca, como indústria e comércio de pescados e/ou petrechos e mercado de insumos (FIPERJ, 2015). Por fim,

³ Considerando as semelhanças entre trapiches, píeres, pontes e/ou cais, define-se na presente pesquisa que tais denominações possam ser consideradas o mesmo tipo de infraestrutura, sendo utilizada como uma única opção de assinalamento no banco de dados, com vistas a garantir melhor entendimento na pesquisa.

destaca-se que ao decorrer do presente relatório são expostas mais informações sobre essas e demais infraestruturas necessárias e disponíveis à atividade pesqueira na região em tela, assim como, a qualidade e responsabilidade sobre as mesmas.

Figura 7: Tecnologias existentes nas embarcações pesqueiras artesanais da Região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autores(as) a partir de Caldasso *et al.*. (2012); FIPERJ (2015); PEA-PESCARTE (2015).

ii) *Propriedade e trabalho na pesca artesanal da Região dos Lagos.*

Além de embarcações com autonomia limitada e petrechos confeccionados pelo próprio pescador, tecnologias de apoio, a pesca artesanal também se caracteriza pelo uso mão-de-obra familiar, relações de compadrio e vizinhança (DIEGUES, 1983). Essas características corroboram com a inexistência de vínculo empregatício formal – como carteira assinada –, e uma remuneração baseada em um sistema de partes ou divisão da produção.

Geralmente os pescadores recebem o pagamento pelas atividades realizadas na embarcação de pesca artesanal, através da divisão do produto, que é feita pelo sistema tradicional de partes ou “*quinhão*”, no qual a porcentagem ou parte que o pescador recebe varia segundo a posição ocupada por cada pescador na pescaria (dono de rede,

canoa, vigia, mestre, e demais pescadores, etc. Dessa forma, é comum que alguns recebam mais partes que outros, como por exemplo, os donos das embarcações e petrechos, também por que nesse sistema de divisão parte da produção pode ser destinada à manutenção da embarcação, petrechos e insumos (DIEGUES, 1983; 2007).

Nesse sistema tradicional, não apenas a produção é dividida em partes, mas também o trabalho realizado nas embarcações. Ou seja, cada atividade a ser desenvolvida durante a pescaria é de responsabilidade de determinado pescador. Sendo assim, várias denominações aos participantes da pescaria ou de postos de trabalho na embarcação como: mestre, proeiro, cozinheiro, vigia, mecânico, remeiro, cabeiro etc (LOTO, 2013; DIEGUES, 2007). Contudo, embora se tratem de características importantes da pesca artesanal, não são encontradas muitas informações na região sobre tais elementos.

Dados sobre a divisão de trabalho e da produção nas embarcações de pesca foram encontrados apenas para algumas comunidades pesqueiras da região: Praia do Pontal, Praia Grande e Praia dos Anjos, todas do município de Arraial do Cabo (CALDASSO *et al.*, 2012; LOTO, 2013; DIEGUES, 2007). Essas comunidades apresentaram diferentes formas de divisão de trabalho, que variam conforme tipo de pesca e comunidade pesqueira envolvida. Dentre as matrizes de divisão de trabalho, observa-se uma característica interessante: mestres e/ou donos de embarcações comumente ficam com o maior número de partes da produção (Quadro 2).

Além destas comunidades, também para os municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio, há informações que permitem observar a divisão de produção em sistemas de partes e vínculos empregatícios de parceria. Demais municípios e/ou comunidades pesqueiras da região, não apresentaram informações a respeito. Para toda a região, não há informações específicas sobre as formas de pagamento da divisão, ou seja, se as partes são pagas em dinheiro ou pescado.

Todavia, compreendendo que o sistema de divisão em partes é tradicionalmente baseado na divisão do produto, e diante de alguns estudos e dados referentes à pesca artesanal em Arraial do Cabo, considera-se que o pagamento pode ocorrer tanto pela compra da produção da embarcação por parte de atravessador, quanto pela divisão do produto entre os tripulantes e demais envolvidos na captura, como por exemplo, aqueles que puxam a rede na pesca do arrasto de praia em Arraial do Cabo (MENDONÇA *et al.*, 2010; DIEGUES, 2007).

Quadro 2 - Divisão de trabalho na pesca de arrasto com canoas em uma comunidade pesqueira da Região dos Lagos.

Matriz de Trabalho – Pesca de arrasto com canoas na comunidade pesqueira de Praia Grande - Arraial Cabo		
Quem vai? (Cerca de 9 pescadores)	Com o que entra?	Com o que fica?
Dono da canoa: geralmente não é pescador e nem participa da pescaria	Embarcação e petrechos	Seis partes da venda (inclui manutenção do equipamento e combustível)
Vigia	Conhecimento sobre a pesca desenvolvida: reconhecer o tipo de cardume e o tamanho (número de peixes que forma o cardume); dirigir como jogar a rede em função das correntes, do vento e da direção da viagem do cardume; dirigir como fechar o cerco e puxar a rede na praia. Para avisar a companhia da chegada do cardume, a maioria dos vigias hoje em dia, usa o rádio, mas no momento da pescaria os sinais continuam sendo com pano branco. Pode também entrar com redes na embarcação	Sem informação
Mestre	Conhecimento, redes e força de trabalho: dirige a canoa com o remo de popa (menor); joga o extremo da rede (cabo) no mar para o cabeiro que esta em terra; interpreta os sinais do vigia para orientar ao pessoal da canoa; dirige aos remeiros na entrada e saída da canoa do mar.	Uma parte ou Duas partes do ganho (quando é responsável pela companhia ganha duas)
Remeiros (4)	Força de trabalho - atentos aos sinais do vigia e as ordens do mestre, para remar mais forte ou menos, coordenam os remos destros e esquerdos, e assim mantêm o curso desejado da canoa. Vão se coordenando e remando a velocidades diferentes para fazer o cerco em torno dos peixes.	Uma parte
Chumbeiro e Corticeiro	Força de trabalho - devem saber jogar a rede no mar para que não enrole, devem estar atentos à como ela cai na água e manter a correta posição e tensão da rede seguindo a velocidade da canoa. Todos sabem os sinais do vigia mas atendem às ordens do mestre	Uma parte
Cabeiro	Força de trabalho - fica na praia esperando o extremo do cabo que joga o mestre. Deve esperar a meio caminho entre a praia e a canoa. Após pegar o cabo, nada até a praia e começa a puxar a partir do sinal do mestre.	Uma parte

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados extraídos de Loto (2013) e Diegues (2007).

É possível observar assimetrias entre os pescadores e relação de poder atrelada à propriedade dos meios, visto que os maiores ganhos com a produção pesqueira, já na etapa da captura, ou seja, nas embarcações, tendem a ser destinados aos proprietários dos meios de produção, que podem embarcar ou não para a captura do pescado, ou seja, podem ser ou não, diretamente envolvido nas etapas da cadeia produtiva enquanto mão de obra. Pescadores que ocupam posição de mestres das embarcações, também recebem maiores partes, visto que, podem ser donos das embarcações ou de petrechos, ou também por que detêm maior responsabilidade pela tripulação, e conhecimentos necessários à pesca, assim como, podem atuar como força de trabalho da embarcação, na puxada de redes por exemplo. Compreende-se então, que a propriedade dos meios de produção determina quem obterá maiores ganhos com a atividade.

No que tange a propriedade dos meios de produção, mais especificamente sobre as embarcações pesqueiras artesanais, na região em tela alguns dados foram encontrados. De acordo com Diegues (2007) no ano de 2002 somente 12% dos pescadores de Arraial eram donos das canoas em que pescavam e a maioria era constituída de não-proprietários. Outra questão, é que donos de pescarias compravam barcos em outras praias e assim participavam do “sistema da vez” – o que não era permitido anteriormente. Dessa forma, na Praia dos Anjos cerca de 62.5% das canoas são de propriedade de donos de canoas da Praia Grande, essa concentração de propriedade de canoas causava tensões entre os pescadores, que se tornaram cada vez mais não-proprietários, pescando em canoas alheias (SILVA, 2002 apud DIEGUES, 2007).

Em Arraial do Cabo, existe um sistema tradicional de manejo que expressa um conjunto de regulamentos para o uso de cada praia para o arrasto, construído pelos pescadores para resolver conflitos de uso do espaço e dos cardumes. Trata-se de um rodízio das diversas pescarias e companhas⁴ nos locais estratégicos de pesca, estabelecendo, em princípio, oportunidades iguais de apropriação do produto aos pescadores que participam dessa pesca. O princípio norteador é o “direito a vez” de fazer o lanço. Nesse tipo de pescaria não se admite outra técnica que não seja a do arrasto de praia com canoas a remo. O rodízio acontece onde em Praia Grande, Praia do Anjo, Prainha e Praia do Pontal.

⁴ “Companhas” é o termo utilizado para definir o que pode ser compreendidas como a equipe de pesca, ou os pescadores que trabalham em determinada embarcação ou unidade de produção (DIEGUES, 1983;2007).

Nenhuma canoa pode ser transferida de uma praia para a outra, uma vez que cada uma delas tem naquela praia, e não em outra, sua oportunidade de pescar. O sistema impõe sanções em dinheiro a quem desobedecer às regras de uso (DIEGUES, 2007).

Ou seja, observa-se o quanto a propriedade dos meios de produção torna-se capaz de definir a dinâmica da atividade pesqueira nas comunidades. Isso por que a propriedade permite a participação na definição de regras de uso, assim como, maior autonomia ao proprietário. Tal aspecto é observado, por exemplo, quando considerarmos os dados sobre a atividade pesqueira em Arraial do Cabo.

a) **Há pescadores que possuem seus próprios barcos, adquirem os insumos e equipamentos de pesca e possuem locais de venda. Tal pescador possui maior liberdade de escolha** entre vender para o consumidor final, vender para um atravessador local ou vender para um atravessador de outras localidades;

b) **Há pescadores que possuem seus próprios barcos, mas adquirem os insumos e equipamentos de um atravessador.** Neste caso, **fica condicionado a vender toda a pesca, ou grande parte dela, para os atravessadores locais, em virtude do compromisso** firmado anteriormente. Neste caso, ao receber a venda do pescado, o atravessador acaba descontando o valor adiantado em forma de insumos (gelo, diesel, iscas, lampiões, etc.);

c) **Há pescadores que não possuem seus próprios barcos** e, por isso, **acabam tendo que estabelecer algum tipo de contrato informal com o proprietário dos barcos, que geralmente são atravessadores**, donos de peixaria, ou donos de pequena indústria. Tais contratos podem abranger a compra de toda a pesca ou o pagamento de alugueis para uso, por meio de uma parcela da produção, como é o caso daqueles pescadores que dividem a pesca em 15 partes, em que 5 partes são para remunerar o aluguel dos barcos e das redes (MENDONÇA *et al.*, 2010, p. 9, *grifo nosso*).

Observa-se então que as relações de poder podem se estabelecer de diferentes maneiras. Quando não proprietários dos meios de produção, pescadores(as) ficam sob o controle dos proprietários das embarcações e insumos, passando a pagar alugueis ou comercializando os pescados adquiridos por pequenos preços aos proprietários. Fora, o processo de divisão em partes, no qual os proprietários dos meios essenciais (embarcações, petrechos, insumos, etc.), contraem a maior parte da produção (MENDONÇA *et al.*, 2010).

Todavia, mesmo diante da relevância de se compreender sobre a propriedade dos meios de produção, identifica-se uma falta de dados quanto ao número total de proprietários de embarcações nas comunidades pesqueiras pesquisadas. Tais informações em conjunto com dados que caracterizam a quantidade de embarcações existentes em cada comunidade,

possibilitaria uma análise mais concreta sobre as relações de poder existentes na atividade pesqueira, e sobre quem detém maior controle dos meios de produção, bem como, quanto às assimetrias de poder existentes ou não dentro das comunidades pesqueiras.

Não obstante, da mesma forma como nas embarcações, ou seja, na etapa de captura é também importante compreender a divisão do trabalho em outras etapas da cadeia produtiva da pesca, como foi debatido anteriormente no referido relatório quanto à unidade de produção, buscando identificar atribuições de homens, mulheres e jovens. Contudo a falta de informações sobre o trabalho em toda a cadeia produtiva da pesca artesanal de uma forma geral é uma constante, e torna aspecto que merece atenção em estudos sobre pesca artesanal na região.

3.5 Produção pesqueira

São poucos os dados sobre a produção pesqueira artesanal na Região dos Lagos. Estimativas para a produção pesqueira geral, ou seja, não apenas aquela oriunda da pesca artesanal, mas de outros tipos de atividades pesqueiras profissional, foram encontrados para alguns dos municípios da região.

Cabo Frio com produção pesqueira de 17.248 t em 2012 representou 19% da produção estadual, ficando em terceiro lugar no estado (FIPERJ, 2013b). Já o município de Armação dos Búzios, onde várias embarcações de pequena escala desembarcam, no ano de 2009 teve uma produção pesqueira de 203,92 toneladas, e Arraial do Cabo 704,60 toneladas (ENGEIO, 2014b).

São João da Barra, quando analisado, contrasta com os demais municípios, devido à existência apenas de embarcações de pequena escala. Assim o volume de pescado foi de 1.515 t e 1.042 t, respectivamente em 2011 e 2012, representando 2% e 1% da produção estadual (FIPERJ, 2013b).

Nos demais municípios da região não foi possível descrever a quantidade de pescado total capturado por ano. Todavia, precisamos ressaltar que os dados apresentados se referem apenas há alguns municípios de uma gama deles, e também se tratam de dados estatísticos pesqueiros que considera diversas modalidades de atividade pesqueira, como

industrial, artesanal, maricultura etc. Ou seja, não há informações estatísticas do desembarque pesqueiro da atividade artesanal, mas é importante que ressaltemos a relevância de tal ferramenta para o conhecimento da dinâmica das comunidades pesqueiras.

Uma análise mais específica da produção pesqueira revela que a sardinha-verdadeira é o principal recurso desembarcado no Estado do Rio de Janeiro, representando respectivamente nos anos de 2011 e 2012 o equivalente a 57% e 45% da produção estadual, ou seja, 44.628 t e 40.604 t (FIPERJ, 2013b). Contudo, a atividade pesqueira artesanal tem uma variedade de espécies-alvo. Na região, essa variedade ultrapassa de 60 (sessenta), algumas capturadas em maiores quantidades, algumas possuindo um valor comercial mais elevado, ou que possuem período de defeso. Sendo assim, dentre todas as espécies, de acordo com os pescadores, as mais comumente capturadas em diversas comunidades e/ou municípios da Região dos Lagos são: tainha, corvina, carapeba, camarão, piraúna, sardinha, cavalinha, bonito, robalo, namorado e anchova (ENGEIO, 2014; FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015).

No que tange as áreas de pesca, cabe destacar que a atividade pesqueira artesanal da região, abrange vários ambientes costeiros e marinhos, como águas costeiras, mangues, praias, costões (ENGEIO, 2017a 2017b; 2016a 2016b 2016c; 2014; SOMA, 2014; PEA-PESCARTE, 2015).

A atividade pesqueira lagunar na região se destaca pelo uso da Laguna de Araruama, que historicamente concentra principais atividades das comunidades de pesca artesanal de Cabo Frio e municípios vizinhos. Diversas artes de pesca são utilizadas nesta laguna, sendo destaques a “trolha”, a pesca de gancho, a pesca de cerca e o arrastão. A pesca de “trolha” é a mais comum na captura do camarão, e alguns pescadores(as) a consideram danosa ao meio ambiente (ENGEIO, 2017d).

Esse ambiente da Lagoa de Araruama sofre com impactos oriundos da atuação antrópica, e que geram problemas também à execução da atividade pesqueira artesanal na laguna. Dentre esses problemas, destaca-se a lama movediça e mau cheirosa, resultante de décadas de matéria orgânica depositada através do esgoto dos municípios que margeiam a laguna. Ao longo do tempo, os pescadores(as) foram tendo que adaptar ferramentas para adentrar na água da laguna sem afundar na lama e poder pescar. Uma dessas ferramentas

conhecidas por “tamancas” são “sapatos” de madeira sobre os quais pescadores se equilibram para poderem jogar a tarrafa (ENGEIO, 2017d).

Não foi possível analisar de forma mais aprofundada as relações entre recursos pesqueiros, áreas de pesca e sazonalidade. No entanto, é importante ressaltar que com processos de modernização e expansão das diferentes atividades econômicas na região dos Lagos, a atividade pesqueira vem sofrendo diversas interferências que prejudicam a produção pesqueira, principalmente aquela oriunda da pesca artesanal. Como exemplo, podemos citar as atividades petrolíferas, pesquisas sísmicas, poluição ambiental oriunda de diversos usos do ambiente, acréscimo de falta de saneamento básico e demais serviços e equipamentos públicos, bem como, falta de políticas públicas e regulamentações.

As áreas utilizadas pela atividade pesqueira artesanal tornam-se cada vez mais restritas e poluídas o que culmina em dificuldades significativas à pesca artesanal. É necessário buscar novas estratégias de pesca e de reprodução social, garantindo a manutenção da cultura e modo de vida tradicional desse grupo social.

3.2 Características do beneficiamento e comercialização de pescado

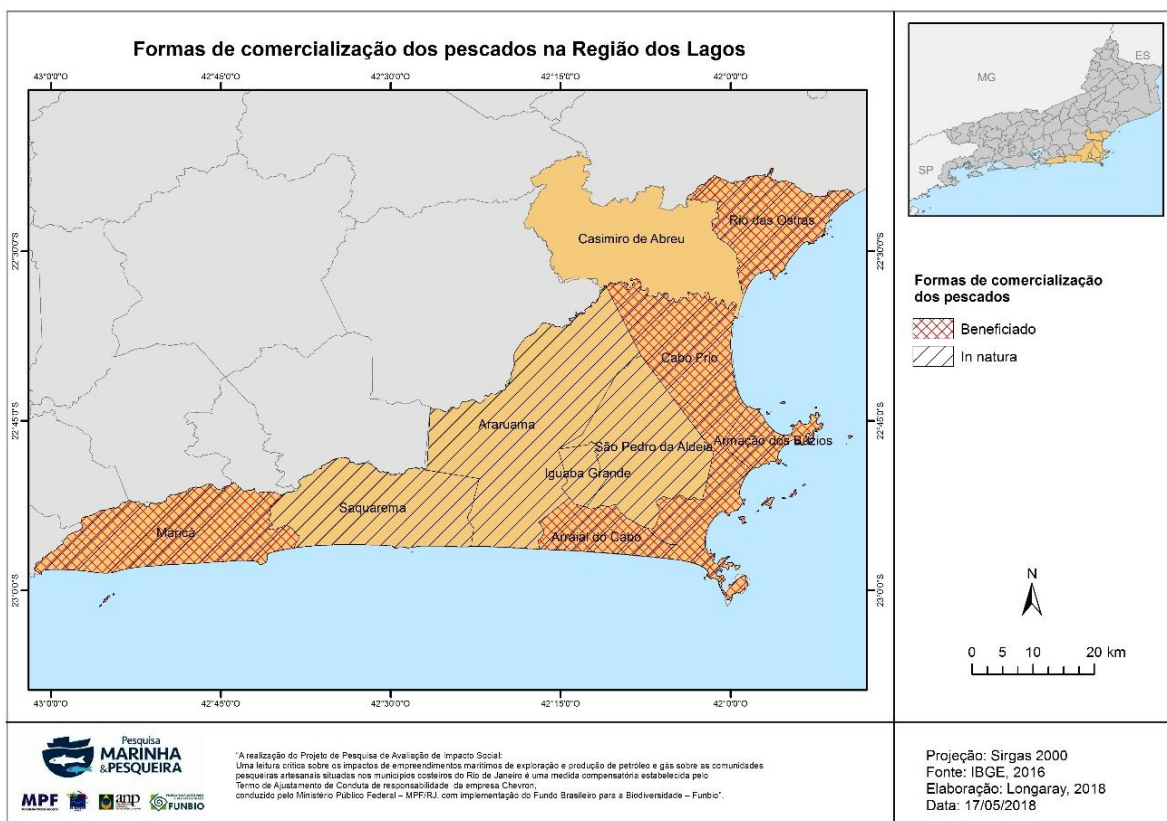
O beneficiamento do pescado é uma importante etapa de sua cadeia produtiva, visto que consiste na etapa em que o pescado é processado e/ou em que são estabelecidas as condições para sua maior conservação. Dependendo da comunidade pesqueira, e/ou tipo de atividade pesqueira profissional, modalidades artesanal ou industrial, dentre os processos realizados, que podem caracterizar o beneficiamento, podemos citar lavagem, limpeza, e/ou retirada das escamas, evisceração, filetagem (de peixes), desconchamento e/ou descascamento de moluscos ou crustáceos. Para extração da carne de bivalves e crustáceos de sua casca é comum o cozimento. Já para a conservação, podem-se utilizar técnicas de salga, resfriamento ou congelamento ou apenas a manutenção em gelo dentro de isopor, caixas etc.

Mas além de conservar ou processar o pescado, também tais aspectos combinados com outros de cunho político, organizacional, territorial, infraestrutura, financeiro, ambiental, entre outros, influenciam na forma como se dará a comercialização dos

pescados, ou seja, para onde o pescado será destinado, quem comprará, quem venderá, quem se envolverá na cadeia produtiva, etc.

No que tange às formas de conservação do produto pós-desembarque na região, destacam-se as opções fresco, gelo e *in natura*, e o pescado é comercializado tanto *in natura*, quando beneficiado (Figura 8) (FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015), o que pressupõe diversas relações e aspectos importantes na cadeia produtiva da pesca artesanal, que vão desde a possibilidade de identificar os mercados de pescado, e a atuação de outros atores no processo de beneficiamento, como comerciantes, atravessadores, e trabalhadoras(es) que atuam no próprio processo de beneficiamento, bem como, se esse ocorre em unidade doméstica, organizações coletivas, ou empresas privadas, entre outros aspectos.

Figura 8: Formas de comercialização dos pescados na região dos Lagos



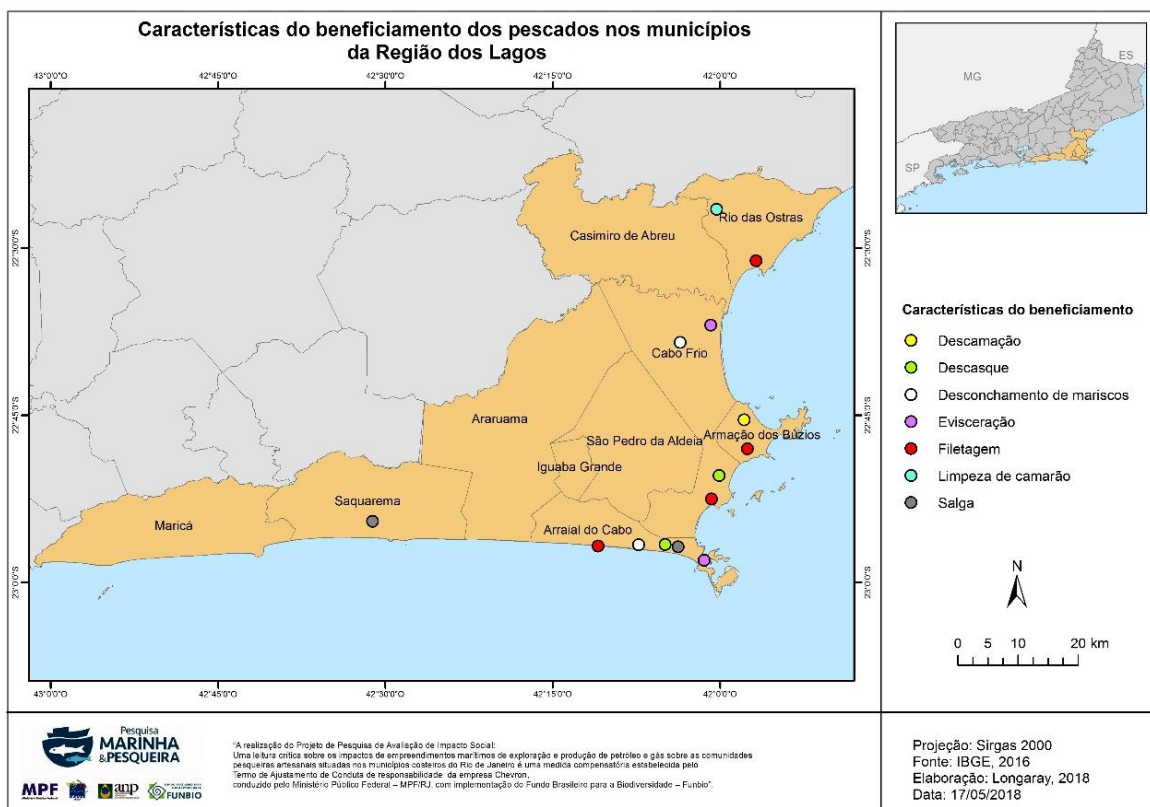
Fonte: Elaborado pelas(os) autoras (es) a partir de dados de ENGEIO (2016a, 2016b, 2016c); ENGEIO (2014a; 2014b) FIPERJ (2015); PEA-PESCARTE (2015).

Mesmo destacando-se a comercialização de pescado *in natura* na região, também o pescado é comercializado na forma beneficiada nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo frio, Maricá e Rio das Ostras (ENGEIO, 2016a 2016b 2016c, ENGEIO, 2014a 2014b). O município de Casimiro de Abreu, não apresentou informações sobre a etapa de beneficiamento e de comercialização do pescado.

Observa-se que há envolvimento familiar na etapa de beneficiamento nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, e Rio das Ostras, e esse pode ficar tanto sob responsabilidade do núcleo familiar e nas próprias residências dos pescadores, quanto pode ser realizado por unidades de beneficiamento em cooperativas/associações, e de atravessadores como acontece em Arraial do Cabo. Em Saquarema há também unidade de beneficiamento de pescado da Colônia Z-24 (ENGEIO, 2016a 2016b 2016c; FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015).

Quanto mais específicas são as questões referentes ao beneficiamento como infraestruturas na unidade de beneficiamento, forma de pagamentos dos beneficiadores e características de beneficiamento as informações ficam mais escassas. No que tange às formas de beneficiamento de pescado nas comunidades (Figura 9) foram encontradas informações apenas para os de Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Rio das Ostras e Saquarema onde se destacaram: i) filetagem; ii) evisceração; iii) descasque e/ou desconhamento de mariscos. Outras formas de beneficiamento que ocorrem em menores quantidades citadas são: descamação, salga, e limpeza de camarão.

Figura 9: Formas de beneficiamento do pescado na região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) Canal Observação (2017); ENGEO (2016b); ENGEO (2017); FIPERJ (2015); PEA-PERCARTE (2015).

A comercialização dos pescados também é uma importante etapa da cadeia produtiva da atividade pesqueira, visto que abrange diferentes fatores e atores. A respeito dos (as) pescadores (as) artesanais, essa etapa é de suma importância, pois é momento em

que esses (as) recebem remuneração pelos trabalhos. Apesar de ser uma etapa de extrema relevância para a cadeia produtiva da pesca, a comercialização vem acompanhada de diversos impasses, como o processo de desvalorização do trabalho e produto dos pescadores por parte dos comerciantes e atravessadores que ao adquirirem o produto estão pagando também pelo trabalho do pescador. Pagando baixo, é importante lembrar. Fato que culmina em baixas rendas familiares de pescadores artesanais e afeta de diversas formas os modos de vidas destes.

No que tange as características da comercialização dos pescados na Região dos Lagos, com exceção de Casimiro de Abreu, todas as cidades dessa Região obtiveram informações, sendo que as formas de comercialização, na Região dos Lagos ocorre tanto direta quanto indiretamente. A comercialização direta é o processo em que o pescado é comercializado pelos pescadores ao comprador que é consumidor final. Já a comercialização indireta se refere à comercialização dos pescados para um primeiro comprador que irá repassar a outro comprador, e/ou que pode ou não ser o consumidor final. Ou seja, há outros atores que atuam entre a atividade de captura do pescado e compra do alimento produto para consumo. Há outros atores conhecidos como comerciantes ou atravessadores.

Geralmente, quando se destaca a comercialização indireta nas comunidades pesqueiras, as(os) pescadoras(es) não detém tanto poder na decisão do preço, pois esses compradores indiretos também obterão lucro em cima do pescado, podendo pagar aos pescadores muito pouco em relação ao que o consumidor final irá pagar pelo produto final. Como exemplo a Perumbaba, tipo de pescado capturado e comercializado no município de Arraial do Cabo, que pode chegar a ser vendido cerca de 80% mais caro que o valor pago as (os) pescadoras (es) (MENDONÇA et. al, 2011).

Existem fatores que dificultam a autonomia dos pescadores artesanais neste processo, como por exemplo, a perecibilidade dos recursos pesqueiros e necessidade de tecnologias para conservação, que faz com que pescadores não proprietários dos meios de produção que são geralmente os atravessadores e então de equipamentos para a conservação do pescado, e se tornem dependentes dos indivíduos proprietários dos meios de produção que comumente são comerciantes ou atravessadores de pescado, e não necessariamente pertencem a classe de pescadores(as). Silva (2013) também aborda que

diante dos entraves da comercialização, comerciantes/atravessadores impõe baixos valores aos pescados.

Nos municípios de Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio – entorno de 60 a 70% –, e Armação dos Búzios, a maior parte dos pescadores realizam a comercialização à atravessadores e/ou comerciantes, enquanto que em Maricá, Araruama, Iguaba Grande, e Saquarema, as maiores porcentagens são de comercialização direta – entre 50 e 75% (ENGEIO, 2016a 2016b 2016c; FIPERJ, 2015). Em Maricá, pode se dizer que a divisão é muito semelhante, ou seja, ambos os tipos de comercialização direta e indireta ocorrem em porcentagens semelhantes, visto que, se identifica venda direta e feira livre somam 51,14% e atravessador, peixaria e restaurante somam 48,86% (FIPERJ, 2015). Embora não se tenha estimativa de porcentagens dos destinos de comercialização, para Armação dos Búzios, compreende-se que a maior parte do pescado é comercializado pelos pescadores de forma indireta, visto que de acordo com ENGEIO (2016b), os pescadores reclamam por dificuldades de mercado local, sendo que muitos acabam levando para compradores de Cabo Frio, ou vendem para caminhões que vão a Búzios adquirir pescado, que também são de Cabo Frio ou Rio de Janeiro.

Dessa forma, observamos que a região possui diversas especificidades relacionadas à comercialização e beneficiamento do pescado, tanto envolvendo quanto não envolvendo os atravessadores. A comercialização direta também é um destaque, mas comumente não há muita informação quanto ao destino dessas, ou seja, em geral descreve-se a realização de comercialização direta, mas não se especifica a qual consumidor é destinado. Foram apontados também destinos como turistas e comercialização direta ao consumidor em feiras, restaurante e/ou bar (FIPERJ, 2015). Considerando que as formas de conservação ou beneficiamento de pescado interferem na definição de como se dá a comercialização, cabe destacar que no que tange às formas de conservação do pescado na comercialização direta somente são identificadas nos municípios de Araruama e Arraial do Cabo, sendo que em Arraial do Cabo o tipo de conservação apresentada é *in natura* (CALDASSO, 2012), e em Araruama é utilizado gelo/isopor (FIPERJ, 2015).

Quanto à destinação dada aos pescados pelos atravessadores, ou seja, oriunda da comercialização indireta, obteve-se informações para três municípios da Região dos Lagos, sendo Arraial do Cabo, Cabo Frio e Iguaba Grande e suas respectivas comunidades

pesqueiras. Em grande parte da região, o pescado tem como destino: o mercado local (comunidade/município) e outras regiões (fora do município), tanto através da comercialização para atravessadores, frigoríficos, quanto a Centrais de Abastecimentos - CEASAs, como foi apontado em diversas comunidades pesqueiras, dentre as quais: Praia Grande em Arraial, e Ponta do Ambrósio, Praia do Siqueira e Gamboa em Cabo Frio (FIPERJ, 2015; PEA-PESCARTE, 2015).

Em Cabo Frio também ocorre com grande ênfase a comercialização no Mercado Municipal de Peixes, sendo que “*o local funciona como um cais de descarga e um mercado de peixe com boxes de comercialização no primeiro pavimento*” (FIPERJ, 2013a, p.11). Não fica explícito quais as relações que se dão na comercialização que ocorre nesse espaço, se direta ou indireta. As comunidades de Cabo Frio que comercializam ao Mercado Municipal são Gamboa, Passagem, Praia da Siqueira e Tamoios (PEA-PESCARTE, 2015).

A maior parte do pescado adquirido e comercializado por atravessadores de Arraial do Cabo é destinada à CEASAs do Rio de Janeiro, de São Paulo e Vitória (ES), além de indústrias fora do município (CALDASSO *et al.*, 2012; MENDONÇA *et al.*, 2011). Sobre o município de Cabo Frio, foram encontrados dados referente a comunidade da Praia da Siqueira, na qual, Ribeiro *et al.* (2010) aponta a destinação ao mercado local (Comunidade/município) e para outras regiões (fora do município), sendo o Mercado Municipal de Rio de Janeiro um dos destinos dos pescados. Relacionado ao município de Iguaba Grande, obteve-se informações sobre a destinação da comercialização dos atravessadores, para o mercado local (Comunidade/município) (FIPERJ, 2015).

No que tange ao número de comerciantes locais, obtiveram-se informações apenas para o município de Arraial do Cabo que registra 20 comerciantes ou atravessadores (LOTO, 2013). Ainda no intuito de compreender as relações de poder dos comerciantes/atravessadores da região, buscou-se dados sobre a propriedade dos meios de produção, com destaque para as infraestruturas de propriedade destes. Neste processo, foram encontrados dados apenas para o município de Arraial do Cabo, na qual foram apontadas as infraestruturas de câmaras frias (CALDASSO, 2012) como propriedade.

Em relação à propriedade dos meios de produção cabe destacar que as empresa de pesca, como a BRASFISH em Cabo frio, apresentam estruturas de desembarque adequadas, posto que a grande maioria possui setor próprio de comercialização e beneficiamento

geralmente com frigorífico e equipamentos afins. O desembarque do pescado em Cabo Frio é realizado grande parte em atracadouros particulares ao longo do Canal de Itajuru, e o pescado é comercializado, principalmente, na CEASA do Rio de Janeiro e de São Paulo. “As empresas BRASFISH, Da Hora e Transporte e Comércio de Pescado Magalhães exportam algumas categorias como o Pargo, Polvo, Peixe-sapo e Peixe-espada para diversos países da Europa” (ENGEIO, 2014a, p. 19-27). Ou seja, a propriedade dos meios de produção, influência significativamente no acesso a infraestrutura adequada para atividade pesqueira, e conseqüentemente autonomia sobre os processos e poder de inserção na cadeia produtiva, principalmente através da comercialização, garantida pela detenção de tecnologias de conservação do pescado.

Assim, os(as) pescadores(as) que detém seus meios de produção (seu barco, possibilidade de compra dos seus próprios insumos e equipamento de pesca) e possuem locais de venda tem maior autonomia para escolher o preço do pescado e para quem quer vender, podendo ser consumidor final, um atravessador local ou mesmo para um atravessador de outras localidades (MENDONÇA *et al.*, 2010). Porém na realidade muitos(as) pescadores(as) não possuem propriedade sobre os meios de produção necessários ao desenvolvimento da atividade pesqueira, assim como acontece na maior parte dos municípios da região.

Nesse cenário, os(as) pescadores(as) acabam ficando rendidos aos atravessadores que detém os meios de produção, fazendo com que o pescador (a) conceda parte de seu pescado como forma de pagamento, ou recebem valores baixos ao seu trabalho, ficando comprometido com o que o atravessador ou empresa estão dispostos a pagar (MENDONÇA *et. al*, 2011).

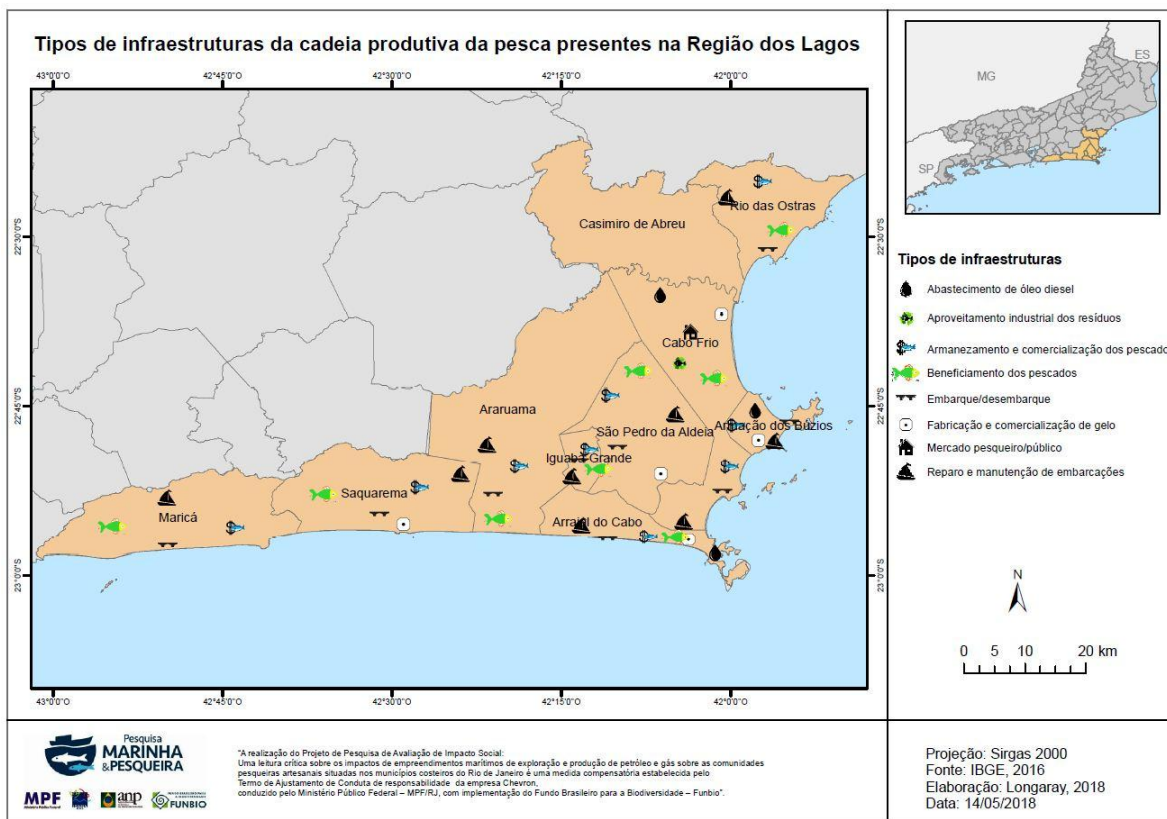
Contudo, não podemos esquecer que grande parte da comercialização na região ocorre de forma direta, logo, outros fatores merecem atenção na região, que culminam nessa característica. Todavia, não há informações que permitam maiores aprofundamentos sobre as razões de tal forma de comercialização também ocorrer em altos índices. As causas e relações podem ser diversas. São necessárias maiores investigações a respeito.

3.7 Infraestruturas da Cadeia Produtiva

As infraestruturas de apoio a cadeia produtiva da pesca são de extrema importância para o desenvolvimento da atividade pesqueira, sendo consideradas importantes fatores de apoio a manutenção da atividade. Diante disto, é essencial a existência e a boa qualidade desta. Como exemplo de infraestruturas, podemos citar: embarque e desembarque do pescado; pontos de abastecimento de combustível; estruturas de fabricação e comercialização de gelo; locais para reparos e manutenção de embarcações pesqueiras e/ou petrechos, entre outros.

A identificação da existência e da qualidade de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da atividade pesqueira na comunidade, bem como, a propriedade das mesmas, contribui para a compreensão de outros fatores que permeiam a atividade pesqueira, como o poder sobre fornecimento de insumos, beneficiamento e comercialização nas diversas etapas. Na Região dos Lagos, identificou-se diferentes tipos de infraestruturas de apoio a pesca (Figura 10), porém ocorreu lacunas referentes as questões do estado de funcionamento destas, bem como a propriedade.

Figura 10: Tipos de infraestruturas da cadeia produtiva da pesca presentes nos municípios da Região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Caldasso (2012); ENGEIO (2014); ENGEIO (2016a); ENGEIO (2016b) FIPERJ (2013); FIPERJ (2015); SOMA (2014).

*O mapa contém a identificação das infraestruturas existentes, contudo, os pontos de cada infraestrutura não estão georreferenciados por falta de dados confiáveis relacionados.

Conforme as pesquisas, percebe-se que a maior parte dos municípios possuem infraestruturas de apoio a cadeia produtiva da pesca, com exceção ao município de Casimiro de Abreu, na qual se teve informações (Figura 10). Porém, não foram encontradas informações referentes ao estado de funcionamento, bem como a responsabilidade ou propriedade sobre as infraestruturas.

No que tange a questão da responsabilidade das infraestruturas de auxílio a cadeia produtiva da pesca, é possível perceber que a maior parte das infraestruturas são de responsabilidade do setor privado. Em relação às infraestruturas de uso público e coletivo destaca-se que foram encontrados poucos dados. Sobre essas infraestruturas de uso coletivo e público, destacam-se as seguintes informações:

- i. Embarque e desembarque: Marina dos pescadores em Arraial do Cabo, na qual é de propriedade da prefeitura municipal de Arraial do Cabo; Além desta informação, obtiveram-se dados para o município de Cabo frio, sendo Cais do Cemitério, sendo abordado como um local de utilização pública (FIPERJ, 2013a). O local de desembarque dos pescados no Mercado Municipal do Peixe – Ilha da Draga, sob responsabilidade da prefeitura municipal de Cabo Frio (FIPERJ, 2013a). O cais da Associação dos Pescadores, Aquicultores e Amigos da Praia da Siqueira, na comunidade da Praia da Siqueira (ENGEO, 2016a).
- ii. Fabricação e comercialização de gelo: Fábrica de gelo da Associação de Pescadores e Amigos do Gamboa, na comunidade de Gamboa situado no município de Cabo Frio. (ENGEO, 2016a)
- iii. Comercialização dos pescados: No município de Cabo Frio, ocorre o Mercado Municipal do Peixe – Ilha da Draga, sob responsabilidade da prefeitura municipal (FIPERJ, 2013a).
- iv. Reparo e manutenção de embarcações pesqueiras: Estaleiro da Associação de Pescadores e Amigos do Gamboa, na comunidade de Gamboa no município de Cabo Frio. (ENGEO, 2016a). Estaleiro da Colônia z-23 de Armação dos Búzios (ENGEO, 2016b)
- v. Mercado público pesqueiro: Mercado Municipal do Peixe – Ilha da Draga, sob responsabilidade da prefeitura municipal, em Cabo Frio. (FIPERJ, 2013a)

Referente ao detalhamento sobre o estado de funcionamento, propriedade ou responsabilidade e quantidade das diferentes infraestruturas de apoio a cadeia produtiva da pesca, conforme as pesquisas não se obtiveram dados para todas as tipologias (apêndice 1). Todavia, é possível perceber que a maior parte das informações encontradas referente a responsabilidade das infraestruturas, destaca-se a predominância do setor privado. Ao se tratar do setor privado como responsável, deve ser levado em consideração, que não se tratam apenas de grandes empreendimentos com utilização restrita, também pode ocorrer o envolvimento dos (as) pescadores (as) artesanais, como no caso das infraestruturas de embarque e desembarque, em que esses utilizam para desembarcar seus pescados. Porém

também é necessário levar em consideração as relações de poder, visto que ao ser de responsabilidade privadas determinadas infraestruturas, os (as) pescadores (as) perdem os processos de autonomia da sua atividade.

Exemplo de concentração de poder, demonstrado por Mendonça *et. al* (2011) no Entrepasto da Figueira onde a estrutura foi doada pela prefeitura e gerida por uma família dentre as 40 que estão associadas ao mesmo (Ibidem). Essa família cuida da manutenção e limpeza do espaço; como também da conservação do pescado em câmaras frias (à base de gelo feito por uma pequena máquina); desenvolve estratégias de comercialização, distribuição e estabelecendo regras de funcionamento do entreposto; vendem o gelo para o (a) pescador (a) que é descontado na hora de fazer o acerto da venda do pescado; ocupam todo o espaço dos boxes de venda, obrigando aos demais pescadores vender o pescado pelo preço em que está disposta a pagar. Fazendo com que os (as) pescadores (as) associados e que negociam com esse entreposto tenham os mesmos custos, do que se estivessem negociados com peixarias da região, apontando até rivalidades entre esses dois grupos mantenedores dos meios de produção/comercialização (MENDONÇA *et al.*, 2011). Além desta situação, Mendonça *et. al* (2011) também analisa a questões sobre o óleo diesel e o fornecimento do gelo. Neste processo o autor destaca que em ambos os casos, seja do óleo diesel, como do gelo, os (as) pescadores (as) que não detêm condições financeiras de estes, bem como, outros insumos e apetrechos, acabam negociando com atravessadores em troca de parte do seu pescado (MENDONÇA *et. al*, 2011).

Neste contexto, percebe-se que a propriedade das infraestruturas pelo setor privado, gera aos (as) pescadores (as) situações de vulnerabilidade. Esse fator ocorre diante do processo dos pescadores possuírem baixa autonomia sobre essas infraestruturas, conseqüentemente afeta de forma negativa a manutenção de suas atividades pesqueiras. Nesta perspectiva, percebe-se a importância de se ter infraestruturas de apoio a atividade pesqueira de utilização pública e comunitária, já que essas são de enorme relevância para a autonomia e manutenção da atividade de pesca artesanal.

3.8 Conflitos e/ou problemas

Os conflitos ambientais tendem a ocorrer quando determinado território possui usos e significações divergentes entre os diferentes grupos sociais. De acordo com Acsegrad (2004), o conflito ambiental tem origem quando pelo menos um dos grupos sociais é impactado de forma negativa devido às atividades exercidas por outros grupos. Análises sobre conflitos ambientais que envolvem pescadores (as) artesanais são de extrema importância, já que esses grupos possuem maior vulnerabilidade diante do crescimento das atividades econômicas.

A presente pesquisa buscou uma caracterização geral dos problemas e conflitos identificados pela comunidade pesqueira. Os conflitos pesquisados foram de diferentes formas, as quais se têm determinados associados à qualidade de vida, das relações sociais, além da própria atividade pesqueira, como também relacionada aos processos de intervenções de outras atividades econômicas. Neste contexto, visou-se identificar conflitos e problemas de diferentes origens, além dos fatores associados a cadeia produtiva do petróleo e gás.

No que tange os assuntos relacionados aos conflitos, buscou-se também identificar o nível de relevância destes, e quem são os atores envolvidos, sob a perspectiva de aprofundar a caracterização destes. Com isso, foram realizadas pesquisas em diferentes estudos ambientais que envolveram assuntos da região em questão.

Destaca-se que as informações obtidas pelas análises dos documentos técnicos e diagnósticos ambientais, não possuem uma caracterização concreta dos conflitos ambientais de fato. Visto que os conceitos, como aspectos, impactos, problemas e conflitos, nas quais são importantes para a construção da gestão ambiental não foram levados em consideração. De fato considera-se que nos levantamentos de informações, são questionados diretamente os (as) pescadores (as) “*Quais problemas e/ou conflitos enfrentados?*” e as repostas foram compilados aos documentos.

Neste processo, foi identificada a necessidade de orientação de estudos, para que estes venham a trabalhar com determinados conceitos, considerando a significação destes.

Ao realizar esse procedimento, permite-se ao processo de ensino-aprendizagem destinado aos profissionais que atuam no âmbito da gestão ambiental. Assim, incluindo além da dissociação dos conceitos, também a escala dos conflitos, também a escala dos conflitos, levando em consideração os conflitos localizados e regionais.

Em relação aos conflitos e/ou problemas que afetam a atividade de pesca artesanal, percebe-se que nos estudos ambientais para a Região dos Lagos existem diferentes fatores abordado (Quadro 3). Sendo assim, obtiveram-se informações para conflitos associados aos problemas oriundos da cadeia produtiva do petróleo, poluição ambiental, descaso do setor público, descaracterização e desunião por parte dos pescadores, dentre outros.

Quadro 3 - Problemas/conflitos predominantes na literatura sobre a atividade pesqueira na Região dos Lagos.

Problemas/conflitos	Ar	AB	AC	CF	CA	IG	Ma	RO	SPA	Sa	Total de conflitos
Impactos das atividades petrolíferas (Impactos das sísmicas; Redução dos espaços e estoques de pescados; Poluição das água; Manuseio das embarcações; Introdução de espécies exóticas)		2	5	2	3			3			15
Poluição de degradação ambiental devida à falta de saneamento básico	1	1	2	1			1	1		1	8
Desmotivação dos pescadores (as) artesanais para continuação das atividades pesqueiras/ Desunião e desvalorização dos pescadores (as) artesanais/ Afastamento dos jovens na pesca	1		3	2	2					3	11
Vulnerabilidade social/descaso do setor público à população / crescimento desordenado e ocupações irregulares e disputas de usos etc			3		4		1			1	9
Problemas associados as infraestruturas da cadeia produtiva da pesca (dificuldade na comercialização; no abastecimento do óleo diesel; problemas com as entidades etc)		1	2	1	1		1	1		2	9
Falta de fiscalização (ordenamento dos espaços de pesca quanto a utilização das grandes embarcações,	2		3		2			1		2	10

esportes náuticos/ RESEX de Arraial do Cabo etc)											
Total de conflitos/problema para os municípios	4	4	18	6	12	-	3	6	-	9	

Fonte: Organizado pelas (os) autoras (es) a partir de dados de COPPE/UFRJ (2007); Diegues (2007); ENGEO (2016b); SOMA (2014) .

Onde: Ar: Araruama; AB: Armação dos Búzios; AC: Arraial do Cabo; CF: Cabo Frio; CA: Casimiro de Abreu; IG: Iguaba Grande; Ma: Maricá; RO: Rio das Ostras; SPA: São Pedro da Aldeia; Sa: Saquarema.

Acerca dos conflitos abordados nos estudos referente a região estudada percebe-se que estes são oriundos de diferentes processos. Apesar de possuírem diferentes origens, tais conflitos possuem relações devido ao contexto em que estes estão inseridos. Como exemplo disto pode-se falar dos conflitos citados como poluição e degradação ambiental oriundo da falta de saneamento básico (SOMA, 2014). Este problema também se vincula aos outros conflitos abordados, como a falta de assistência do poder público, que gera ocupações irregulares, vulnerabilidade social e pressão sobre os equipamentos de utilização pública.

Em relação aos conflitos e/ou problemas que afetam a pesca artesanal abordados nos estudos ambientais para a Região dos Lagos, destaca-se que existem determinados conflitos que predominam dentre os documentos (Quadro 3). Dentre estes, aponta-se como destaques: Os impactos e problemas provenientes da cadeia produtiva do petróleo; Desmotivação e desunião dos (as) pescadores (as) artesanais para seguirem na atividade tradicional; Problemas relacionados à falta de fiscalização ambiental quanto ao ordenamento pesqueiro dos espaços do desenvolvimento da pesca artesanal, da utilização dos esportes náuticos, dos grandes empreendimentos etc. Além destes, também surgiram problemas relacionados à vulnerabilidade social, devido ao descaso do poder público; problemas associados às infraestruturas e entidades que envolvem a cadeia produtiva da pesca artesanal e os impactos da poluição e degradação ambiental.

Outra importante questão a ser considerada são os atores envolvidos nos conflitos, em que na região em tela ocorreram informações para diferentes entes envolvidos. Como atores envolvidos obtiveram-se informações para o poder público, os próprios pescadores artesanais, empresas, cadeia produtiva do petróleo e gás, pesca industrial, dentre outros.

Os problemas oriundos da atividade petrolífera possuíram grande destaque para a região em questão. Nesta perspectiva, foram citados os impactos da atividade de sísmica, os a ocupação das plataformas, a redução das áreas de pesca e dos pescados, dentre outros. Sampaio (2006) aborda determinadas questões que a atividade petrolífera afeta nos modos de vida das comunidades pesqueiras. Assim, a autora cita alguns problemas vinculados as plataformas, como o fator da distância em que os pescadores devem respeitar sobre essas, sendo restringida a pesca. A distância referente a essas estruturas é de 500 metros, nas quais não pode exercer a atividade de captura dos pescados, fato que culmina em uma enorme redução das áreas de pesca liberada aos pescadores artesanais (SAMPAIO, 2006).

Além de tais problemas originados pela atividade petrolífera, também se tem o processo de introdução das espécies exóticas e da redução dos estoques de pescados (SOMA, 2014). Para estes problemas Sampaio (2006), aponta que as atividades petrolíferas, com destaque as estruturas de plataformas, também acarretam na redução das espécies. Diante disto, a autora cita que a plataforma,

...modifica o comportamento dos peixes, já que a mesma representa uma fonte de alimentação para os cardumes tornando-se um “atrator” para os peixes, caracterizando-se então enquanto um “pesqueiro” (lugar de pescaria). Além disso, afirmam que muitos peixes deixam de ir para a costa, lugar de pescaria “artesanal”, por encontrarem “comedoria” no “meio do caminho”, ou seja, nas áreas das plataformas. (SAMPAIO, 2006, p. 46)

Outro item citado em diversos momentos como parte dos conflitos da Região de Lagos, é o problema associado à desvalorização dos (as) pescadores (as) artesanais e a própria descaracterização da pesca artesanal. Este processo pode ser originado de diversificados fatores. Sendo assim, Moreno (2015) aponta que vários entraves estão associados à manutenção da atividade pesqueira. Como exemplo disto, se tem a negação dos direitos sociais, trabalhistas e territoriais aos pescadores e pescadoras, culminando na precarização e desvalorização da atividade de pesca artesanal (MORENO, 2015).

Ao se tratar dos conflitos e/ou problemas enfrentados pelos (as) pescadores (as) artesanais, percebe-se que a situação se torna cada vez mais alarmante. Visto que tais

conflitos implicam diretamente na modificação das dinâmicas das atividades das comunidades pesqueiras, fato que poderá ocasionar em enormes prejuízos para a manutenção da atividade pesqueira. Sendo assim, é de suma importância identificar problemas e conflitos, já que estes interferem nos modos de vidas. Com a identificação destes fatores, contribui-se para busca por soluções e mitigação de impactos ocasionados por estes. Para que este processo ocorra de forma a gerar pontos positivos, são necessários que os conceitos de gestão ambiental sejam levados a sério e trabalhados de modo concreto, sob a premissa de embasar de forma eficiente as tomadas de decisões. Sempre em consideração a consolidação da justiça ambiental⁵.

Vale ressaltar, que o tema relacionado aos conflitos ambientais que envolvem a atividade pesqueira, será estudado com maior ênfase e com análises mais concretas no âmbito da Meta/Objetivo específico 3 do projeto em questão. Sendo assim, serão realizadas pesquisas mais aprofundadas sobre os conflitos que envolvem a dinâmica da atividade de pesca artesanal das comunidades pesqueiras dos municípios da zona costeira do estado do Rio de Janeiro.

3.9 Projetos desenvolvidos nas comunidades pesqueiras

Analisar projetos, programas ou ações realizadas nas comunidades pesqueiras com objetivos de melhoria de qualidade de vida, geração de renda, cidadania, e melhoras na cadeia produtiva da pesca, é de suma importância. Visto que estes contribuem para a compreensão do envolvimento das comunidades, seus modos de participação e visibilidade diante da sociedade.

A pesquisa desenvolvida buscou analisar projetos de melhorias para a cadeia produtiva da pesca, bem como ações que envolvessem os (as) pescadores artesanais e membros de suas famílias. Diante disto, além de pesquisar programas e projetos realizados

⁵ Justiça Ambiental, de acordo com Acsegrad *et al.* (2004, p. 10) “aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo”.

no âmbito do licenciamento ambiental, foram investigadas ações com diferentes objetivos, nas quais atuassem em conjunto com as comunidades pesqueiras da Região dos Lagos.

Outro fator essencial neste processo é a identificação dos envolvidos e/ou responsáveis pelos projetos e/ou ações. Nesta perspectiva, compreendem-se quais os possíveis parceiros dos atores sociais, além de entender quais os grupos e entidades que possuem maiores atuações nas comunidades pesqueiras da região em questão.

No que se tratam os projetos e ações desempenhadas na Região dos Lagos, é possível perceber que existem diferentes objetivos. Abaixo são apresentados os nomes dos projetos/ações, os objetivos destes, as instituições parceiras e/ou financiadoras, o período dos projetos e os municípios que estes abrangem (Quadro 4).

Quadro 4 - Projetos predominantes nos estudos sobre a Região dos Lagos.

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
Curso de Letramento Digital Básico	Capacitar pescadores e familiares à informática básica, onde aprendem desde a criação de pastas de arquivos, conhecimento básico em Word e Internet, criarem contas em redes sociais, dentre outros fatores.	Petrobras; PetroRio S. A. Parte dos PEAs Pescarte e Observação.	Início/término: novembro de 2015	Cabo Frio (comunidade de Tamoios)
Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campo (NEA-BC)	Incentivar e fortalecer a organização comunitária, incentivar e promover a participação popular na definição de políticas públicas, produzir e disseminar conhecimento nas perspectivas de uma Educação Ambiental crítica e transformadora, formar cidadãos para o pleno exercício de sua cidadania, com ênfase na gestão ambiental e no controle social, ampliar o debate sobre o uso dos recursos ambientais, em especial, nos processos de licenciamento. Seu público prioritário são os jovens e as lideranças comunitárias da região.	Petrobrás; Chevron; Statoil; Shell Brasil; PetroRio S. A.	Início 2008	Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Campos dos Goytacazes; Carapebus; Casimiro de Abreu; Macaé; Quissamã; Rio das Ostras; São Francisco de Itabapoana; São João da Barra; Saquarema
Projeto Casa do Pescador	Estabelecer um espaço para o pescador, como apoio ao desenvolvimento de suas atividades, sob administração das associações de pescadores. Este é uma medida de compensação exigida pelo licenciamento ambiental federal.	Financiado pela Petrobras. Gerenciamento: Associação dos Pescadores do Rio São João e Colônia Z4 (Cabo Frio) Associação Livres dos Aquicultores do São João, (Casimiro de Abreu).	2016	Cabo Frio; Casimiro de Abreu
Projeto Costão Rochoso - Subsídios para o Plano de Manejo da RESEXMar de Arraial do Cabo	Estudar o sistema de recifes da Reserva Extrativista Mar de Arraial do Cabo e suas inter-relações com a atividade humana para apoiar metas prioritárias do plano de manejo e sensibilizar a sociedade a fim de garantir o uso sustentável dos recursos marinhos e cumprir metas do Plano de Ação Nacional (PAN) dos corais. Este também irá trabalhar no resgate do conhecimento tradicional associado aos estoques	Laboratório de Ecologia e Conservação de Ambientes Recifais (LECAR) recebeu financiamento do Fundo Brasileiro para Biodiversidade - (FUNBIO); (TAC Chevron)	Início em 2016	Arraial do Cabo

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
	pesqueiros do passado ao presente.			
Programa de Educação Ambiental Observação	Monitorar os impactos da cadeia produtiva de petróleo, enfatizando a relevância dos sujeitos de conhecer seus direitos e exercerem o controle social. Este é uma medida de mitigação exigida pelo IBAMA como condicionante de licenciamento ambiental	PetroRio S. A. ; AMBIENTAL Engenharia e Consultoria;	Sem informação	Araruama; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Armação dos Búzios; Macaé; Niterói, Rio das Ostras; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Projeto de Educação Ambiental - Pescarte	Objetiva a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação, bem como o seu envolvimento na profissional construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda.	Centro de Ciências do Homem (CCH)/; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Petrobras.	Início em 2014	Arraial do Cabo; Cabo Frio; Macaé; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Projeto Mosaico	Desenvolvimento de cursos para a comunidade pesqueira, como de geração de renda, conscientização ambiental, dentre outros. Este já foi finalizado em Arraial do Cabo, sendo na mesma linha que o Pescarte.	Petrobrás em parceria com: Colônia de Pescadores Z-28 de Araruama; Colônia Z-5 em Arraial do Cabo, dentre outras associações	Sem informação em Araruama. Finalizado em Arraial do Cabo	Araruama; Arraial do Cabo
Programa Mulheres Mil	Promover cidadania e qualificação a mulheres situadas em áreas de vulnerabilidade social. Este oferta de cursos para mulheres – em tal município em grande parte pescadoras – que visem à sustentabilidade, a memória e a cultura popular, dentre eles: curso de filetagem, salga e culinária com peixes; curso de bijuterias (inclusive usando escamas de peixes); e curso de mudas de restinga: neste descobrir o potencial medicinal das ervas ou produzir mudas para recuperar áreas degradadas são alguns dos resultados esperados.	Campus Arraial do Cabo do Instituto Federal do Rio de Janeiro/IFRJ-CAC; Superintendência da Cultura, da Secretaria de Meio Ambiente de Arraial do Cabo; da Secretaria de Ação Social Arraial do Cabo, no âmbito da Prefeitura da cidade; Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBio/Reserva Extrativista de	Início em 2013	Arraial do Cabo

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
		Arraial do Cabo – RESEXMar; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); Colônia de Pescadores Z5, a Associação dos Moradores do Bairro de Figueira e Adjacências e o CRAS Figueira		
Projeto Pólen	Fortalecer a autonomia individual e coletiva para a organização social; compreensão da diversidade e complexidade das questões ambientais; desenvolvimento de ações mobilizadoras junto a outros atores que contribuam para a resolução de questões ambientais. Este foi Medida mitigadora do licenciamento ambiental exigida pelo Ibama.	Petrobras	Encerrado em 2012.	Saquema; Araruama, Arraial do Cabo; Cabo Frio; Armação dos Búzios; Casimiro de Abreu; Rio das Ostras, Macaé; Carapebus, Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra; São Francisco do Itabapoana
Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente – REMA	Organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, na perspectiva de prepará-los para uma participação qualificada na gestão ambiental, visa, ainda, promover o reconhecimento e a valorização da identidade das comunidades pesqueiras e o sentimento de pertencimento dos jovens dessas comunidades.	Responsabilidade da Chevron Brasil	Início em 2013	Cabo Frio; Macaé; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana
Projeto Ressurgência: Rede Arraial sustentável	Promover a utilização sustentável de seus recursos naturais e valorizar a comunidade pesqueira local, oferecendo assessoria técnica, oficinas nas escolas e um sistema de comunicação nos barcos para denúncias de pesca predatória, entre outras iniciativas.	Executado pelo Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção – SAGE/COPPE/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro;	Início 2007	Arraial do Cabo

Projeto/Ação	Descrição/Objetivo	Instituições parceiras e/ou financiadoras	Período do projeto	Municípios de abrangência
		Financiado pelo Programa Petrobras Ambiental, da Petrobras		
Projeto Territórios do Petróleo	Visa promover a discussão pública dos processos de distribuição e aplicação dos <i>royalties</i> e participações especiais, incentivar a constituição de Núcleos de Vigília Cidadã e realizar ações e/ou atividades educativas, tendo como público prioritário os representantes dos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos da indústria do petróleo, além de beneficiar, nas suas atividades abertas, membros da sociedade civil organizada, com posições sociais e liderança nos municípios de atuação do projeto. Condicionante de licenciamento ambiental exigido pelo Ibama.	Centro de Ciência do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Financiado pela Petrobras	Início em 2015	Arraial do Cabo; Cabo Frio; Armação dos Búzios; Casimiro de Abreu; Rio das Ostras; Macaé; Carapebus; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Caldasso (2012); Caldasso *et al.* (2012); Carvalho (2013); EcoDabate (2018); FUNBIO (2018); Magalhães (2015); PEA-BC (2017); PEA-Observação (2017); Sampaio (2006); Silva (2014); SOMA (2014);

Em relação às instituições parceiras e/ou financiadoras dos projetos presentes na Região dos Lagos, percebe-se ocorrerem informações para diferentes entidades (Quadro 4). Neste contexto, foram apontados, por exemplo, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), bem como outras instituições educativas, além de diferentes empresas como Petrobrás, Chevron Brasil, Shell Brasil, PetroRio S. A., diversificadas organizações de representação da pesca artesanal, prefeituras municipais, dentre outros.

Na região em tela, é perceptível a diversidade de projetos que abrangem os municípios desta. Diante disto, teve a ocorrência de projetos e ações nos âmbitos e categorias de capacitação com cursos e processos formativos, geração de renda para familiares das comunidades, fortalecimento comunitário, incentivos a cidadania, ações entorno do desenvolvimento sustentável, compensação ambiental instituídas no âmbito do licenciamento e ações para melhoras nas infraestruturas da cadeia produtiva da pesca. É de suma importância destacar que metas dos projetos abordados acima (Quadro 4), ocorre de maneiras diferentes. Sendo assim, um único projeto e/ou ação pode estar vinculado em mais de uma categoria.

No que tange os projetos de compensação e mitigação ambiental exigidos pelo IBAMA, aponta-se o Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campo (NEA-BC); Programa de Educação Ambiental Observação (PEA-Observação), Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA); Projeto Polén, na qual já foi finalizado; Projeto Territórios do Petróleo; Projeto Casa do Pescador. Vale ressaltar, que estes projetos citados como medidas exigidas para condicionantes de licenciamento, também atuam em outros contextos, como ações de fortalecimento comunitário, geração de renda, atuação de jovens, dentre outros.

Dentre os projetos referentes à geração de renda e fortalecimento comunitário, destaca-se o Pescarte, na qual abrange os municípios de Arraial do Cabo e Cabo na Região dos Lagos (PEA-BC, 2017). Além dos objetivos de despertar processos de exercício de cidadania e participações, este projeto busca implementar ações que venham a gerar rendas as comunidades pesqueiras, fato que impacta de modo positivo a composição da renda familiar deste grupo social. Ações que visam melhoras nas infraestruturas da cadeia

produtiva da pesca são encontradas no Projeto Casa do Pescador, sendo um espaço para o pescador desenvolver reuniões, além de outras atividades, sob gerenciamento da Associação dos Pescadores do Rio São João e Colônia Z4 ambas em Cabo Frio e Associação Livres dos Aquicultores do São João, em Casimiro de Abreu (PEA-OBERVAÇÃO, 2017).

Em relação às ações que atuam para fortalecimento individual ou comunitário e incentivo as cidadanias para os (as) pescadores (as), destacam-se os seguintes projetos: Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campo (NEA-BC), realizado para os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras (PEA – BC, 2017). O Projeto Territórios do Petróleo, na qual para a Região dos Lagos possui abrangência dos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras (PEA-BC, 2017). O Projeto Pólen que já foi finalizado, este abrangia os municípios de Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Saquarema.

Para projetos específicos do público feminino, ocorreram dados para o município de Arraial do Cabo, com o Projeto Mulheres Mil, na qual oferece cursos de formação como, por exemplo, artesanatos de escamas, bem como de culinárias dos pescados, fato que contribui para fontes extras de renda (CARVALHO, 2013). Além disto, o projeto atua sob a perspectiva de despertar o exercício da cidadania para as mulheres, para que essas atuem nos processos e espaços que envolvem as discussões de fatores com que venha gerar impactos sobre seus modos de vida. Como público específico para jovens, destaca-se o projeto REMA, presente no município de Cabo Frio desta região, em que atua sob a organização dos jovens para atuar nos processos participativos e também para a valorização destes nas atividades pesqueiras e comunitárias (PEA-BC, 2017).

Além das categorias já citadas também se obteve informação para projetos da linha do desenvolvimento sustentável. Sendo os projetos de Projeto Ressurgência: Rede Arraial sustentável, e o Projeto Costão Rochoso - Subsídios para o Plano de Manejo da RESEXMar de Arraial do Cabo, ambos em Arraial do Cabo. Quanto à categoria de cursos preparatórios e profissionalizantes, encontraram-se como, por exemplo, O Projeto Mosaico e Curso de Letramento Digital Básico.

Conclui-se que é de extrema importância o entendimento e análise dos objetivos dos projetos que atuam nas comunidades pesqueiras, diante do fato de que estes podem contribuir de forma a modificar e trazer processos positivos aos modos de vida dos atores alvo das ações. Outro fator que deve ser levado em consideração é a aplicação deste, no intuito de entender se realmente os projetos geram aspectos positivos sobre as dinâmicas das comunidades pesqueiras, seja para homens, mulheres, jovens e família como um todo. Sob esta premissa, torna-se relevante a compreensão dos impactos ocasionados pelos projetos nas comunidades de pescadores (as) artesanais.

3.10 Políticas públicas acessadas pelos pescadores (as) artesanais

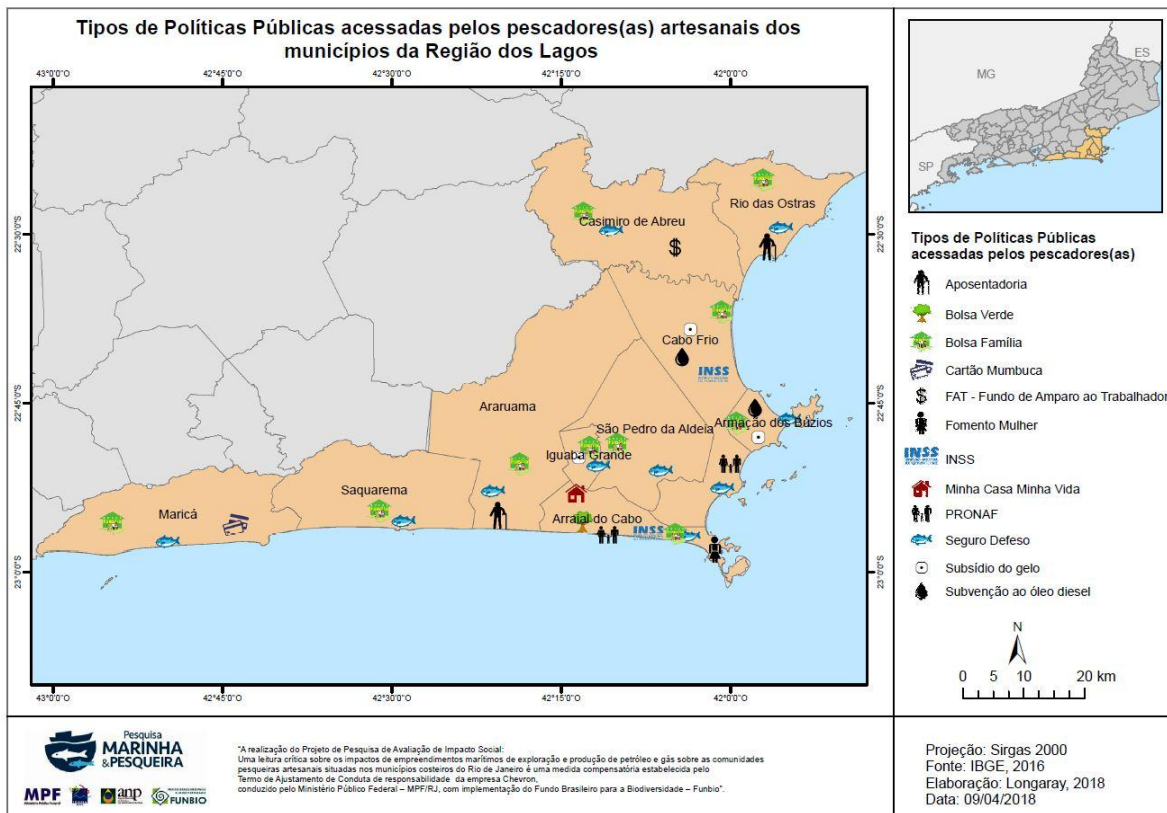
As políticas públicas vêm sendo definidas por diferentes teóricos ao longo dos anos. De acordo com Lynn (1980), elas podem ser descritas como um conjunto de ações governamentais com resultados específicos. Já para Peters (1986), é o resultado da soma de atividades exercidas pelo governo de forma direta ou indireta, que influenciam a vida dos cidadãos. Ainda assim, a definição mais conhecida é aquela apresentada por Laswell. Este postula que decisões e análises sobre política pública implicam em responder as seguintes questões: quem ganha o quê; por quê; e que diferença faz (SOUZA, 2006).

No entanto, é preciso salientar que as políticas públicas podem ser elaboradas tanto pelo Estado quanto por instituições privadas, desde que se refiram às questões públicas, indo assim além das políticas governamentais. Desse modo, pode-se dizer que o que define uma política pública é o “problema público” (MEDEIROS, 2013). Estas, após sua formulação, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas e, quando postas em ação, são implementadas, sujeitando-se a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

No Brasil, Azevedo e Pierri (2014), ao analisarem a política pesqueira no período de 2003-2011, destacam que a política para a pesca artesanal segue a tendência geral do governo brasileiro no referido período, com foco em medidas distributivas e debilidade nas políticas universalizantes. É possível perceber que na Região dos Lagos são várias as políticas públicas acessadas por pescadores(as) artesanais em todos os municípios (Figura

11), contemplando desde a seguridade social até programas que visam o direito a benefícios mensais, como o Bolsa Verde e o Bolsa Família.

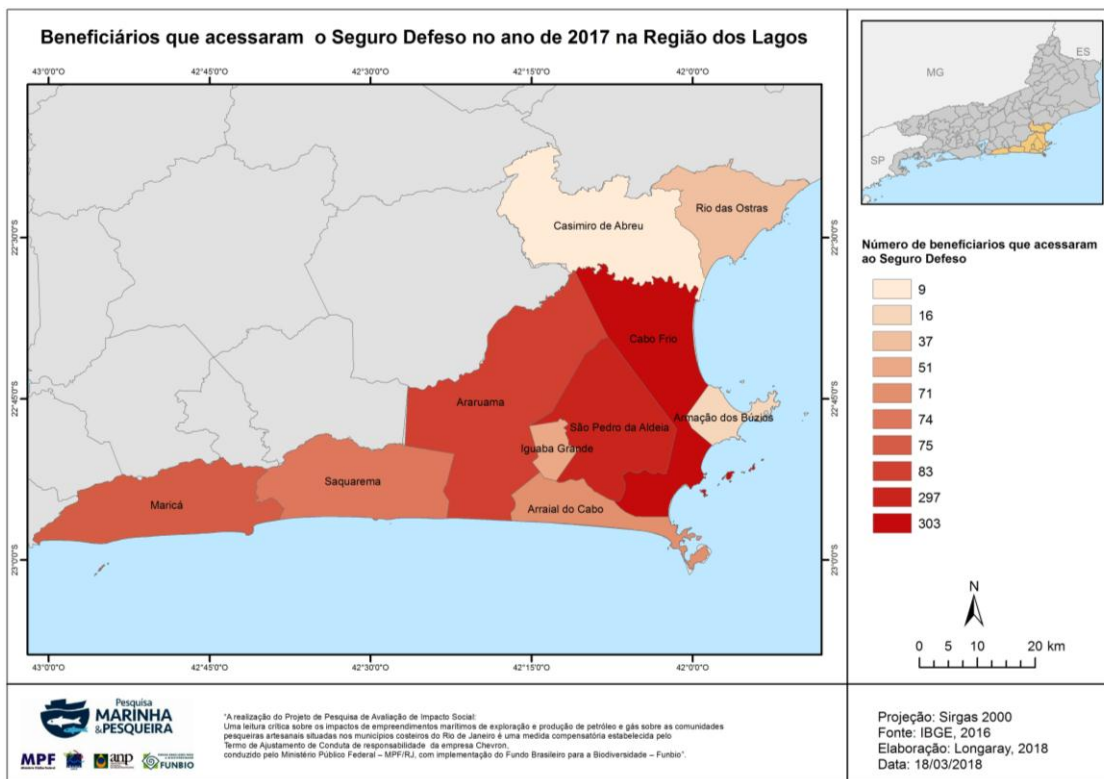
Figura 11: Políticas públicas acessadas pelos pescadores(as) artesanais na Região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de ENGE0 (2014); ENGE0 (2016B); ENGE0 (2017); FIPERJ (2015); Silva (2014); SOMA (2014).

Todos os municípios da Região dos Lagos apresentam pescadores(as) artesanais com acesso ao seguro-defeso (Figura 12). Este se trata de um benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, cedido ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira artesanal. O valor do seguro é de um salário-mínimo mensal, pago durante o período em que a captura de determinado recurso pesqueiro é proibida (BRASIL, 2003).

Figura 12: Relação do número de pescadores com acesso ao seguro-defeso por município na Região dos Lagos.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de Portal Transparência (2018).

O que define o acesso ao seguro é a dependência que o(a) pescador(a) artesanal tem de determinada espécie, utilizada na atividade de pesca artesanal como produto. Caso esta conste na lista protegida pelo período, o(a) pescador(a) tem o direito ao benefício, objetivando a preservação da espécie alvo a ser capturada. Cada profissional acessa o seguro defeso apenas para uma espécie, mesmo que ocorra a sobreposição de espécies pescadas.

De acordo com os dados do Portal Transparência, para o ano de 2017, 1.016 pescadores(as) artesanais receberam o benefício na Região dos Lagos. Considerando que o número de pescadores(as) artesanais com registro no RGP para a região totalizou 1.814 no ano mesmo ano, podemos afirmar que apenas 56% dos pescadores(as) recebeu o benefício. Os municípios de Saquarema e Arraial do Cabo foram aqueles com a menor porcentagem de contemplados com o benefício, correspondendo a 18% e 23% do total de pescadores

com registro no RGP beneficiados, respectivamente. Muitas vezes, a falta de recebimento ocorre, por exemplo, devido à falta de emissão da carteira de pescador por parte do governo, necessária para acessar o direito⁶.

Percebe-se, neste aspecto, a necessidade de aprimorar as condições que fomentam o acesso a tal política, já que são recorrentes as dificuldades para acessá-la. Entre os entraves, às vezes sustentados em via legal, tem-se a necessidade de comprovar a atuação na atividade pesqueira de forma atrelada a vínculos com entidades representativas da classe, tais como as colônias. Nem sempre os(as) pescadores(as) possuem vínculos com tais entidades, ou mantém boas relações com as mesmas, prejudicando o acesso ao benefício. Ainda assim há uma grande importância no que diz respeito ao direito a tal recurso, visto que este possibilita a continuidade de condições de subsistência para o profissional artesanal da pesca, assim como para sua família.

Outra política pública majoritariamente acessada nos municípios da região é o Programa Bolsa Família. Este é um programa do Governo Federal que contribui para o combate à pobreza, auxiliando no complemento da renda, reforçando o acesso à educação, saúde e assistência social e interagindo com outras políticas governamentais que objetivam o estímulo ao desenvolvimento das famílias, o que contribui para a superação da vulnerabilidade e pobreza (MDS, 2015).

Na Região dos Lagos, todos os municípios apresentam acesso ao Bolsa Família. Ao todo, no mês de junho de 2018, foram 47.649 famílias beneficiadas nos municípios que compõem a região, sendo 224 famílias que recebem o auxílio compostas por famílias de pescadores(as) artesanais (PORTAL SAGI, 2018). O valor médio do benefício para as famílias na região é de R\$162,24 (cento e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Arraial do Cabo apresenta-se com o maior número de famílias de pescadores(as) artesanais

⁶ INTER TV REGIÃO DOS LAGOS. Pescadores têm dificuldades para receber seguro defeso em cabo frio, no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/pescadores-tem-dificuldades-para-receber-seguro-defeso-em-cabo-frio-no-rj.ghtml>>. Acessado: 28/02/2018.

recebendo o benefício em junho de 2018, correspondendo à 9,21% do total de famílias que acessam o direito no município.

Outro programa acessado pelas famílias de pescadores(as) artesanais da Região dos Lagos é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, visando gerar renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária (SAF, 2018). Criado por volta de 1996, com direcionamento a agricultores(as) familiares, passa a ter também como público-alvo os(as) pescadores(as) artesanais, principalmente após 2006. Isso se dá através da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que equipara o(a) pescador(a) artesanal ao agricultor(a) familiar, reconhecendo-os oficialmente como beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Na Região dos Lagos, o PRONAF está presente em quatro das 10 cidades da região (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Maricá e Saquarema).

Pode-se destacar no município de Arraial do Cabo também a presença do crédito Fomento Mulher. O benefício é concedido pelo Incra para mulheres assentadas, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo (CadÚnico), no valor de R\$ 3 mil por família. No caso das pescadoras artesanais, o crédito é recebido mediante a apresentação de um projeto relacionado à pesca, como por exemplo, artesanato e culinária. O valor do crédito é liberado para efetuar o investimento na área definida pelo projeto apresentado e a renda gerada auxilia a prover a família da pescadora beneficiada.

Ainda, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Iguaba Grande apresentam como política pública o Subsídio do Gelo. Os dois primeiros municípios, além deste benefício, também se destacam por ter acesso à Subvenção do Óleo Diesel. Ambos os subsídios também tratam-se de políticas de incentivo à atividade pesqueira e tem como prerrogativa a disponibilização de tais insumos em valores mais baixos para determinados públicos, aplicando-se aqui aos(as) pescadores(as) artesanais.

O subsídio ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras foi criado pela Lei nº 9.445, de 1997. Inicialmente o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras foi desenvolvido para atender embarcações pesqueiras industriais. Contudo, a partir da edição da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18/2006, o sistema de gestão foi aprimorado, sendo desenvolvido o SSDP - Sistema de Subsídio do

Diesel Pesqueiro que instituiu e definiu procedimentos de operacionalização e incluiu os pescadores artesanais como público-alvo do programa (PGI, 2018).

Arraial do cabo apresenta-se com acesso aos Programas Minha Casa Minha Vida e Bolsa Verde. O Programa Minha Casa Minha Vida é uma iniciativa do Governo Federal criada em 2009, que tenta solucionar o problema do déficit habitacional do Brasil. Ele tem como objetivo facilitar o acesso à moradia própria, tanto em áreas urbanas, quanto rurais, para as famílias de baixa renda (MDS, 2015). Já o Bolsa Verde foi instituído pela Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 e tem como objetivos o incentivo à conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania e melhoria das condições de vida, a elevação da renda da população de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural e o incentivo à participação em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional. É, portanto, um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza, residentes em áreas relevantes para a conservação ambiental. O benefício trimestral de R\$300 reais incentiva os moradores ao uso de forma sustentável dos recursos no território onde vivem. O Bolsa Verde foi criado no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, reconhecendo e compensando as comunidades tradicionais e agricultores familiares pelos serviços ambientais prestados à sociedade

A cidade de Maricá destaca ainda o acesso ao benefício municipal chamado Cartão Mumbuca. Criada em dezembro 2013, a Mumbuca é uma moeda social, que atua como uma ferramenta de aquecimento da economia local e combate a pobreza. Em 2017, era mais de 14 mil beneficiários no município, que recebiam a quantia de 85 Mumbucas mensais, o equivalente à R\$85 reais. A moeda social gera postos de trabalho e renda, sendo referência no que diz respeito à inclusão social, já que afeta positivamente a qualidade de vida das pessoas. O projeto é composto por quatro programas: Renda Mínima Mumbuca (o maior deles), Renda Mínima Jovem Solidário, Renda Mínima Gestante e o Renda Básica Cidadania, representando, em 2016, um investimento de mais de R\$16 milhões de reais em Maricá (MARICÁ, 2017).

A pesca artesanal, como aponta Silva *et al.* (2014), geralmente está relacionada a condições de vulnerabilidade e precariedade social, mesmo para aqueles que detém seus próprios meio de produção, trabalhando de forma individual, autônoma e em regime de economia familiar. Tal aspecto é recorrente na pesca artesanal, por se encontrar nos limites

entre a formalidade e informalidade em decorrência da dificuldade de modernização do setor e da atividade em si, que engloba os problemas relacionados à infraestrutura de armazenamento e abastecimento do pescado, assim como as dificuldades para efetuar a venda.

O acesso a políticas públicas, principalmente vinculadas a direitos trabalhistas, como o seguro defeso, encontra barreiras na normatização. A regulamentação efetuada por meio de lei e instruções normativas dificulta o acesso a estas políticas, inexistindo um padrão de ação que defenda os direitos coletivos (SILVA, *et al.*, 2014). Ainda, o pescador que recebe o seguro defeso, em caso de comprovação do exercício de atividades extra pesca, tem o benefício cancelado, tendo em vista que legalmente, o pescador não pode desenvolver outras atividades durante o período, podendo este ser extinto. Isso acaba fazendo com que muitas vezes os(as) pescadores(as) artesanais, na tentativa de ampliar a renda familiar, se submetam a atividades informais, mal remuneradas e, muitas vezes insalubres.

Outras dificuldades enfrentadas pelos(as) pescadores(as) artesanais estão relacionadas à complexidade burocrática e demora no processo de entrega de documentos de regularização profissional por parte do Estado. Tal impasse resulta na falta de acesso dos pescadores aos benefícios aos quais tem direito. Em geral, os pescadores acabam buscando por uma complementação na renda familiar exercendo outras atividades fora da pesca artesanal, seja pela falta de acesso às políticas públicas as quais tem direito, seja pelo baixo valor que às vezes acabam recebendo na venda do produto capturado.

Por fim, é importante considerar a necessidade de identificar o acesso as políticas públicas pelos(as) pescadores(as) artesanais que compõem a Região dos Lagos, assim como realizar estudos mais aprofundados, permitindo uma compreensão mais ampla sobre aqueles que acessam tais políticas e de que forma se dá o acesso. Ainda assim, os poucos registros existentes demonstram que há acesso a alguns benefícios, indicando o desenvolvimento de algumas políticas públicas na região. Os dados existentes possibilitam apenas que se tenha um vislumbre sobre a acessibilidade a estes direitos, já que são, em geral, efetuados em caráter municipal e não comunitário. Embora haja indicadores de acesso às políticas públicas, não necessariamente estas são usufruídas de forma massiva, podendo apenas ser de uso de parte da população, sem maiores garantias do acesso por

parte dos pescadores(as) artesanais. Por esse motivo, se faz imprescindível a realização de pesquisas que consigam abarcar quantitativamente o acesso destes às políticas públicas na Região.

3.11 Demandas elencadas pelas comunidades pesqueiras

É de suma importância compreender quais as necessidades elencadas pela comunidade, tanto em relação à qualidade de vida, quanto mais especificamente à cadeia produtiva da pesca. Neste contexto, a presente pesquisa buscou considerar informações que caracterizassem, por exemplo, serviços e infraestruturas que a comunidade tenha elencado como necessidade, bem como, estabelecer o nível de prioridade desses. Ou seja, *dentre as demandas identificadas, qual é mais prioritária ou urgente? Por que? E são identificadas possibilidades de atendimento a tais demandas? Qual o período (ano) em que foi identificada tal demanda? Há alguma informação de que essa possa ter sido suprida? Ou negligenciada?*

Em relação as demandas elencadas pelas comunidades pesqueiras dos municípios da Região dos Lagos, destaca-se que foram encontradas poucas informações. Além disto, não se obteve dados para todos os municípios. Os municípios em que foram encontradas informações referentes às demandas das comunidades pesqueiras foram Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Rio das Ostras (Quadro 5).

Quadro 5 - Demandas elencadas pelas comunidades de determinados municípios da Região dos Lagos.

Município	Comunidades	Demandas elencadas
Armação dos Búzios	Centro e Armação	Acesso mais fácil ao óleo diesel; Óleo diesel mais barato; Gelo mais barato; Kit salvação + oleado; Curso POP (N1 e N2)
	Rasa	Reforma da rampa; Instalação de portões no rancho; Instalação de guincho; Banheiro; Equipamentos de salvação; Roupas de oleado
	Geribá	Óleo mais barato; Gelo mais barato; Kit salvação+oleado; Curso POP (N1 e N2); Rancho no Geribá; Guincho para puxada no Geribá.
	Tartaruga	Construção de uma rampa na Tartaruga; Guincho para puxada; Reforma dos ranchos da Tartaruga; Kit salvação+oleado; Remos
	Tucuns	Reconstrução do rancho; Equipamentos de salvação; Roupa de oleado; Remos.
Arraial do Cabo	Figueira	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Diminuir a Poluição; União/Organização dos Pescadores;
	Monte Alto	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Combate à pesca predatória
	Praia do Pontal	Local de abastecimento de combustível; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Diminuição do preço do combustível; Aumentar a fiscalização
	Praia dos Anjos	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Área exclusiva para pesca; Combate à pesca predatória; Mercado de peixe/Feira do Peixe
	Praia Grande	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Aumentar a fiscalização; Combate à pesca predatória; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores
	Prainha	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Aumentar a fiscalização; Área exclusiva para pesca; Combate à pesca predatória; Cooperativa; União/Organização dos Pescadores
Cabo Frio	Gamboá	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo;

Município	Comunidades	Demandas elencadas
		Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar
	Passagem	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; União/Organização dos Pescadores
	Ponta do Ambrósio	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Área exclusiva para pesca; Combate à pesca predatória; Diminuir a Poluição; União/Organização dos Pescadores
	Praia do Siqueira	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar; Limpeza/Dragagem dos Rios/Canais/Lagoa; Aumentar a fiscalização; Combate à pesca predatória; Cooperativa; Diminuir a Poluição; União/Organização dos Pescadores; Preservação Ambiental
	Tamoios	Fixação da barra/boca de barra; Local de abastecimento de combustível; Cais/trapiche/pier; Estrutura de beneficiamento do pescado; Armazenamento do pescado; Repovoamento de Espécies; Falta de água nos reservatórios; Loja de material de pesca; Fábrica de gelo; Transporte/escoamento; Diminuição do preço do combustível; Recomposição de mata ciliar
Rio das Ostras	Boca da Barra	Cooperativa para pescadores; Construção de entreposto; Doação de materiais de pesca; Mercado de peixes; Poder público comprar os pescados para as escolas; Dragagem do rio e construção de quebra-mar
	Nova Esperança	Construção de um estaleiro; Construção de um posto de óleo diesel; Terminar obra de entreposto; Dragagem do rio e construção de quebra-mar
	Extensão do Bosque	Termino da construção do entreposto; Dragagem da boca da barra
	Âncora	Local para beneficiamento de mexilhão perto da praia
	Nova Cidade	Término do entreposto; Equipamentos de segurança e eletrônicos para embarcações pesqueiras; Subsídio do diesel para pescadores; Apoio político; Fiscalização da pesca industrial; Curso para os pescadores (POP, ESEP, etc)
	Centro	Entreposto; Equipamentos de 1º socorros embarcações pesqueiras; Subsídio do diesel para pescadores; Fábrica de gelo; Barco de apoio; Curso para os pescadores (POP, ESEP, etc.).
	Costazul	Entreposto; Máquina para sugar óleo queimado das embarcações pesqueiras; Dragagem da barra do Rio das Ostras.
	Liberdade	Entreposto/Mercado de peixe; Melhoras no pier; Poder público abrir um canal, semelhante ao feito em Cabo Frio

Município	Comunidades	Demandas elencadas
	Palmital	Quebra-mar ou melhoras no canal para viabilizar a saída e entrada na barra; Retornar a funcionar a fábrica de gelo
	Recanto	Regularização do número de redes; Entrepasto de pesca; Reforma do píer da boca da Barra
	Jardim Mariléia	Entrepasto de gelo; Óleo com menor preço

Fonte: Organizado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de ENGEO (2017); ENGEO (2016b); PEA-PESCARTE (2015).

Através das informações obtidas foi possível analisar que as demandas dos pescadores artesanais estavam principalmente relacionadas às infraestruturas para apoio pesca, além de questões sociais como a organização comunitária e a valorização do pescador. Em relação as demandas das comunidades pesqueiras dos municípios de Araruama, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia e Saquarema, destaca-se que não foram encontradas informações. É importante ressaltar ainda que mesmo para as comunidades em que se teve informações, esta tem uma grande carência de detalhes, como ordem de prioridade, a explicação pela demanda, dentre outros. A obtenção de tais dados é de suma importância para a compreensão das demandas e prioridades dos (as) pescadores (as) artesanais na região, assim como para o auxílio de sugestões para projetos futuros.

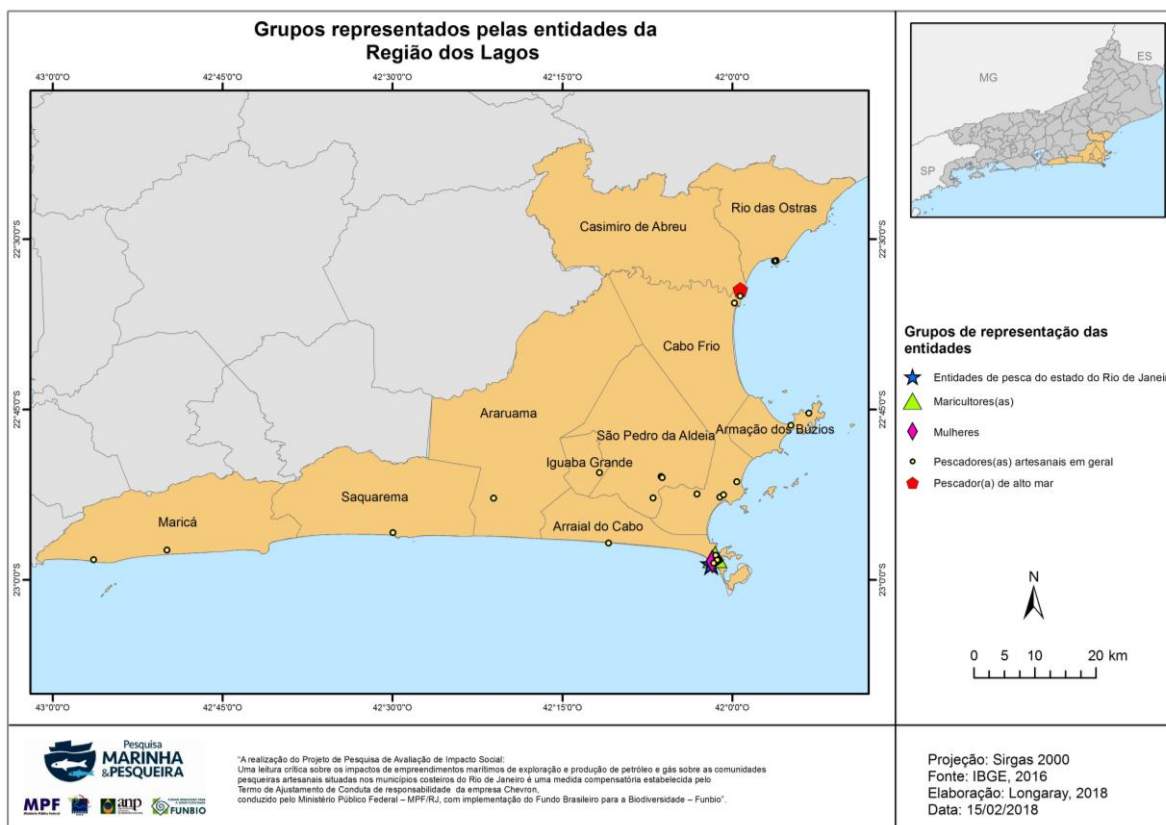
3.12 Organizações Representativas

O presente tópico visa identificar as organizações/entidades representativas da pesca artesanal da Região dos Lagos, além de abordar as informações dos objetivos, infraestruturas, atuações, e outros dados que caracterizem estas. A compreensão sobre a organização dos(as) pescadores(as) artesanais é de suma importância. Pois através da participação dos grupos sociais em espaços de decisões, torna-se possível entender a forma como estes se organizam e como se vêem dentro da sociedade.

O levantamento permitiu identificar 41 entidades representativas dos pescadores da Região dos Lagos, entretanto as informações são limitadas, principalmente no que concerne à atuação das entidades e sua infraestrutura. Para a pesquisa buscou-se variadas informações sobre estas, como suas agendas, infraestruturas, dentre outros fatores. No que tange a questão de representatividade destas organizações, obteve-se dados de variados grupos dentro da pesca artesanal e das comunidades pesqueiras. Sendo assim, foram encontrados dados para representação de entidades de pesca, maricultores(as), mulheres, pescadores(as) de alto mar e pescadores(as) artesanais em geral (Figura 13). Outra questão importante é a participação pública das entidades representativas, na qual ao longo do

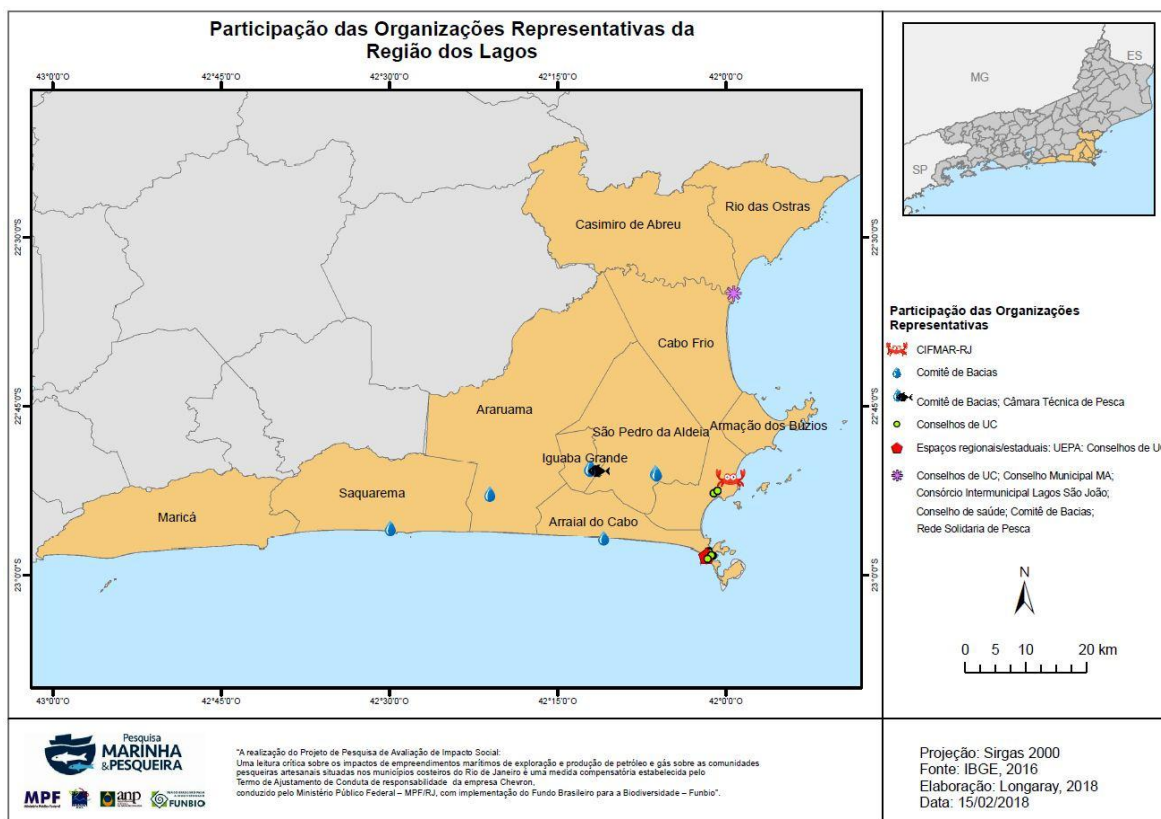
levantamento percebeu-se que parte destas atuaram e/ou atuam em diferentes espaços (Figura 14). Conforme já ressaltado, não se obteve muitas informações detalhadas. O apêndice 2 apresenta a lista das organizações identificadas para a presente região.

Figura 13 - Grupos que as entidades da Região dos Lagos representam.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados de COPPE/UFRJ (2008); Empresas.RJ (2017); ENGEIO (2016b); ENGEIO (2017a); FIPERJ (2015); KORU (2017)

Figura 14 - Entidades que tem atuação em espaços da gestão ambiental pública.



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(ES) a partir de dados de Brasil (2013); FIPERJ (2015); ICMBio (2017); Ministério da Pesca e Aquicultura (2012); Rio de Janeiro (2002); Sampaio (2006); Silva (2014) Voz das águas (2017)

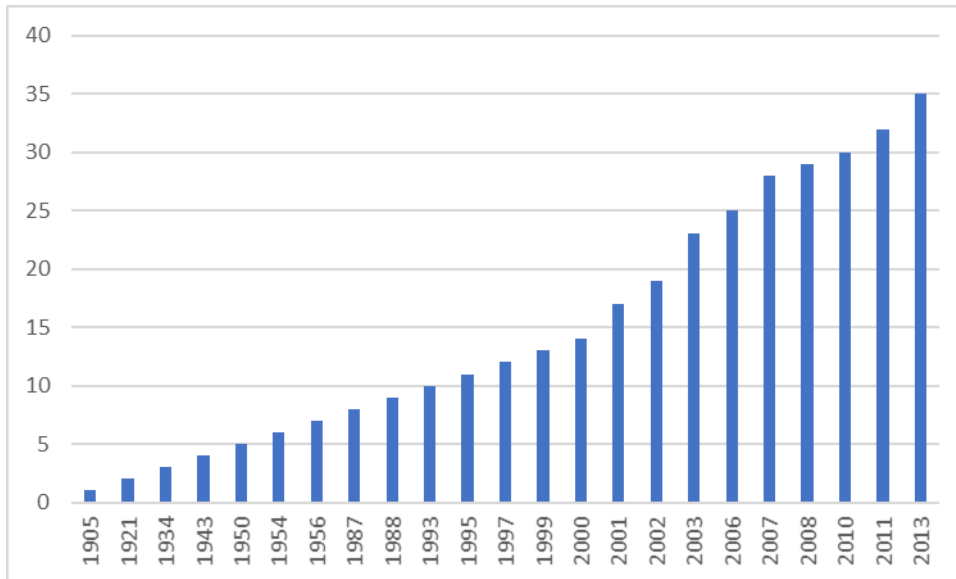
As principais fontes consultadas foram o Relatório Final do Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS (FIPERJ, 2015), o Diagnóstico do PEA da Bacia de Campos, elaborado pela empresa SOMA (2014) e o Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca na Bacia de Campos – PCR-BC (PETROBRAS, 2013). Ainda, complementou-se o levantamento com trabalhos acadêmicos, reportagens e notícias publicadas em meio eletrônico por meio de mecanismos de busca na internet.

Na devolutiva do PEA-BC (SOMA, 2014), os pescadores relataram

que tanto os pescadores, os aquicultores, os moradores urbanos e os rurais têm sentido um esvaziamento de suas entidades de classe. Essa fragilidade organizativa se reflete na participação política dos grupos, sendo que a

baixa participação da base em espaços de discussões é um fenômeno da realidade presente e de difícil compreensão por seu grau de complexidade. Há indícios de um cenário de passividade e descrença quanto a melhorias (SOMA, 2014, p. 100).

Figura 15 - Número de entidades representativas dos pescadores artesanais na Região dos Lagos



Fonte: Elaborado pelas(os) autoras(es) a partir de dados de(FIPERJ (2015); SOMA (2014).
*Não há informações de ano de fundação de seis organizações.

• Cabo Frio

Neste município o PCSPA identificou cinco organizações representativas dos pescadores artesanais. Segundo o Diagnóstico do PEA-BC (SOMA, 2014) um dos problemas identificados pelo grupo de pescadores foi a baixa articulação entre as diferentes organizações representativas, devido a divergências no campo político.

Colônia de Pescadores Z-4

Segundo o PCR-BC, 63% dos pescadores entrevistados são filiados à Colônia, 80% considera importante a filiação para o acesso a benefícios. A organização foi fundada em 1934, tem 4758 de pescadores associado, entretanto este número pode estar superestimado, outras fontes indicam um número em torno de 2.000 associados. A Colônia participou da audiência pública sobre os impactos dos campos de Tartaruga Verde e Mestiça, no PCAP

da PGS BM-C-47 recebeu equipamentos para instalação de fabriqueta de roupa de oleado. Segundo informações da página da entidade no Facebook a Colônia promove cursos, capacitações e organiza festas, além de dispor de consultório médico para atendimento dos associados. Segundo a pesquisa de Belo & Peixoto (2016), há atualmente maior envolvimento dos pescadores com as ações da Colônia, que poderia ser atribuído pela transparência da gestão. Em relação aos municípios abrangidos pelo PESCARTE, Cabo frio apresentou o maior grau de confiança dos pescadores na Colônia, e cerca de 83% dos entrevistados consideram que a condução da organização é em benefício de todos os pescadores.

Associação dos Maricultores de Cabo Frio

Fundada em 2001 a associação possui 10 associados com atividades de apoio a aquicultura. Localizada na Praia do Perú, os associados trabalham em uma fazenda marinha para produção de ostras, mexilhões e vieiras. A associação teve o apoio do SEBRAE por meio de convênio em 2001, no valor de 96 mil reais para a implantação da fazenda. A associação faz parte da Comissão de Infraestrutura e Fomento à Maricultura no Estado do Rio de Janeiro (CIFMAR-RJ), de acordo com a Portaria MPA N° 132, de 2 de julho de 2012.

Associação dos Pescadores de São João

Fundada em 1988 a associação conta com 94 associados. A entidade participa da gestão da Casa do pescador, em conjunto com mais duas organizações, que foi inaugurada como medida de compensação da Petrobras.

Associação dos Pescadores amigos da Gamboa – APEAG

A associação foi criada em 2003 e possui 50 associados, e presta serviços de assistência. Segundo o PCR-BC (PETROBRAS, 2013), a associação administra um estaleiro para a construção e reforma de embarcações.

Associação de Pescadores, Aquicultores e Amigos da Praia da Siqueira

A entidade fundada em 2001, tem como objetivo a defesa de direitos sociais, não há dados do número de associados. A associação recebeu recurso da Fundação Banco do Brasil, por meio de convênio, para a reforma de um píer em 2008. Faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João.

- **Arraial do Cabo**

O município de Arraial do Cabo possui como peculiaridade a grande quantidade de organizações representativas de pescadores e maricultores, 21 no total. As duas maiores são a Colônia e APAC, que foram fundadas antes da criação da RESEX-Mar em 1997. A maior parte das novas organizações foi criada depois do ano 2000, impulsionada em parte pela criação da RESEX. Caldasso (2015, p. 144) ressalta ainda que “em 2007, houve um aumento do número de associações de pescadores, visando o recebimento da compensação ambiental da atividade de manutenção off-shore, que ocorria à época no porto da UC”. Para Belo & Peixoto (2016), que analisaram a organização social da pesca artesanal na Bacia de Campos a partir dos dados do PESCARTE e realização de grupos focais,

o município de Arraial do Cabo é o caso mais crítico de esgarçamento das relações entre pescadores e Colônia, denotando a perda total da representatividade da Colônia frente a comunidade pesqueira. O debate apresentado no grupo focal desta cidade revelou um conflito de natureza litigiosa entre pescadores e Colônia, que envolve fraudes eleitorais em eleições, ameaças de morte e processos perpetrados na justiça por grupos de pescadores de oposição à administração da entidade (idem, 2016, p. 10).

Para estes autores há diversos conflitos envolvendo pescadores, Colônia e Associações, em função de diferentes interesses políticos, o que gerou a fragmentação das representações com a criação de novas instituições. No entanto, esta fragmentação que se observa pelo elevado número de organizações representativas não se traduz em aumento da participação dos pescadores (ibidem, 2016). Caldasso (2015) também está de acordo, para a autora pode-se dizer que na Resex de Arraial do Cabo existe pouca ação coletiva:

o que se observa é uma fragmentação de tais organizações, por meio das lideranças pesqueiras que visam objetivos de curto prazo, como por exemplo, o recebimento de recursos financeiros de compensação ambiental devido a presença de navios off-shore no Porto do Forno (p.79).

Um dos problemas do grande número de organizações, segundo Seixas (2007) é a sobreposição de representações – os pescadores são associados a mais de uma entidade, e a falta de representatividade delas, sendo que algumas não possuíam, quando foi realizada esta pesquisa, mais de 15 membros. Entretanto, no diagnóstico do PEA-BC (SOMA, 2014) uma das potencialidade levantadas para o grupo de pescadores no município foi justamente o grande número de associações com fortes.

Colônia de Pescadores Z-5

Fundada em 1921, a Colônia é a entidade com maior número de associados: 2600. Na última eleição para a presidência foram 928 votantes. Faz parte do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. A análise de Belo e Peixoto (2016), acima mencionada, constatou a baixa confiança dos pescadores na Colônia e perda de legitimidade de representação: os pescadores consideram que esta organização é conduzida em benefício de um número reduzido de pescadores, e somente 8,5% dos pescadores entrevistados pelo Censo do PESCARTE declarou participar diretamente das decisões. No Diagnóstico do PEA-BC (SOMA,2014), um dos problemas levantados para o grupo de pescadores foi o descrédito e desinformação dos pescadores em relação à Z-5.

Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo-APAC

A APAC foi fundada em 1987 com protagonismo dos pescadores de canoa de arrasto da praia grande (PINTO DA SILVA, 2004). Segundo o presidente no ano de 2008 (entrevista ao Projeto Ressurgência), a associação foi criada em um momento que a Colônia estava fechada devido a uma intervenção judicial, e os pescadores da praia Grande viviam um conflito da pesca de arrasto de praia com o surfe praticado na área de pesca. A Associação era reconhecida, assim com a Colônia, na representação dos pescadores junto a então SEAP. A associação possui cerca de 400 associados, localiza-se na Praia Grande, numa primeira fragmentação da representação dos pescadores.

Associação dos Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo – ACRIMAC

A associação foi fundada em 1997, mesmo ano de criação da Resex-Mar, o representante participou do processo de estabelecimento da UC. Os associados cultivam

ostras, vôngoles, mexilhões e vieira em fazenda marinha localizada na praia do Forno. Em 2008, eram 15 associados, organizados para promover a maricultura no município.

Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – AREMAC

A AREMAC foi criada em 1997 para organizar a participação dos pescadores na gestão da RESEX0-MAR em conjunto com o IBAMA. Segundo Pinto da Silva (2004) a necessidade de uma nova organização se deu em função das restrições das organizações existentes quanto ao critério de associação, ou falta de confiança na capacidade destas para uma gestão participativa. Com a promulgação da Lei do SNUC (Lei nº 9985) em 2000, e sua regulamentação em 2002, foi estabelecido que as RESEXs seriam geridas por um Conselho Deliberativo, abrindo a participação de outras organizações na gestão, e retirando a AREMAC do papel de co-gestora. Segundo a pesquisa de Caldasso (2015), os pescadores perceberam a mudança como um esvaziamento ou perda de voz nas decisões sobre a RESEX. A AREMAC segue ativa, e representa os pescadores como concessionária do direito real de uso da RESEX.

AMA Praia dos Anjos - Associação dos Moradores da Praia dos Anjos Arraial do Cabo

A associação foi fundada em 2000 e não há dados sobre o número de associados, que são, em sua maioria, da localidade da Praia dos Anjos.

Associação dos Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos – ABTBPA

Também não está disponível o número de associados desta organização, fundada em 2002. Os seus membros trabalham com turismo e pesca, realizando passeios turísticos na alta temporada para complementando a renda com a pesca.

União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro - UEPA-RJ

Criada em 2003, a UEPA surge diante do sentimento de necessidade de representatividade junto às organizações de pesca já existentes no Estado do Rio de Janeiro, assim como, objetiva a luta pela participação nos processos políticos e decisórios relacionados à atividade pesqueira, com uma política eficaz de gestão da pesca, no Estado

(BRONZ, 2009). A organização reúne uma série de entidades de pesca do estado do Rio de Janeiro, inclusive colônias e associações. Segundo Bronz (2009), um dos motivadores da criação foi a organização da participação dos pescadores nos eventos da indústria do petróleo.

Associação de Pescadores e Turismo Náutico de Arraial do Cabo – APETUNAC

Assim como a ABTBPA os membros desta organização são pescadores que prestam serviços de turismo na alta temporada. Um dos objetivos da organização é ordenar o turismo náutico na região, além de melhorar a qualidade de vida dos pescadores. Não há dados de número de associados

Associação de Pescadores Artesanais de Traineiras de Arraial do Cabo – APATAC

A associação foi criada em 2003, segundo Sampaio (2006) a organização “surgiu em um contexto de disputa com as demais categorias de pesca pela garantia de acesso aos direitos de uso da reserva extrativista” (p.14), defendendo as traineiras – os maiores barcos de pesca do município – como pesca artesanal.

Associação dos Moradores da Prainha - AMA Prainha

Fundada em 2006, associação tem como objetivo a defesa dos direitos dos pescadores. Não há dados do número de associados, ou informação sobre a atuação da entidade.

Associação de Pescadores e Amigos de Praia do Pontal – APAPP

A associação criada em 2006 tem como objetivo a manutenção da comunidade tradicional de Arraial do Cabo e preservar a praia do Pontal. Não há dados do número de associados, ou informação sobre a atuação da entidade.

Associação dos Verdadeiros Pescadores de Boca Aberta de Arraial do Cabo

Fundada em 2007 a associação, segundo entrevista do então presidente ao Projeto Ressurgência, tem como finalidade defender os pescadores e suas áreas de pesca, representando junto ao IBAMA e na AREMAC. Com a criação da associação os pescadores acessaram a compensação vinculada a manutenção de uma plataforma de

petróleo no porto do município no ano de 2007. Em 2007 a associação contava com 232 membros, todos pescadores.

Associação de Pescadores Artesanais de Canoa de Rede da Praia dos Anjos – APESCARPA

A associação, fundada em 2007, tem como membros os pescadores de canoa que atuam na Praia dos Anjos, nas Prainhas, na ilha do Farol e Marmutá. Sem dados sobre número de associados

Associação de Pescadores em Caíco de Arraial do Cabo – APESCAC

Associação criada em 2008, reflete o crescimento desta modalidade de pesca no município. Caícos são pequenas embarcações estreitas a remo, de fundo chato e popa e proa idênticas, são utilizadas principalmente para pesca da lula e da espada em locais bem próximos a costa. Em oficina do Projeto Ressurgência em 2008, o então presidente da associação afirmou ter mais de 150 associados.

Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo – CPAC

Entidade fundada em 2011, sem mais informações disponíveis

Cooperativa de Mulheres Nativas

A Cooperativa foi fundada em 2013, e tem 22 associadas. Segundo reportagem do Globo (Grupo de pescadores cria cooperativa em Arraial do Cabo, 28 de setembro de 2016), a organização surgiu depois de um curso de agricultura polivalente. Elas pescam e produzem produtos derivados de pescado, como hambúrguer, almondega, quibe, empanado e anéis de lula. O grupo também faz um trabalho de valorização das plantas da restinga (informação oral – reunião com representante da Cooperativa – Macaé 2018).

Fundação Instituto da Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC

A FIPAC foi criada em 1995 pela lei municipal nº 966/1995, substituindo a Superintendência de Apoio à Pesca. Tem como objetivo promover a atividade pesqueira produtiva e racional e a valorização social do pescador artesanal (SILVA, 2004). A FIPAC tem dados de estatística pesqueira de 1992 a 2008.

Associação dos Pescadores e Turismo de Barco Boca Aberta do Município de Arraial do Cabo

A associação tem 180 associados, e não há outras informações sobre a mesma.

Cooperativas de Mulheres Pescadoras da Prainha e Praia Grande Arraial do Cabo

No Relatório Anual da FIPERJ para o ano de 2015 há a menção de dois grupos de mulheres das localidades Prainha e Praia Grande que fizeram cursos com os técnicos da instituição sobre cooperativa. Não há mais dados sobre a organização.

Cooperativa Salga, Sol e Arte

Cooperativa formada por mulheres, a organização tem como objetivo o resgate cultural da salga de peixe, promover a gastronomia, geração de trabalho e renda. Segundo um curto documental do PEA Observação (Salga, Sol e Arte – Um relato de luta – Observatório de Arraial do Cabo - 2015) o grupo faz além da salga, artesanato com madeira, conchas e escamas de peixe.

- **São Pedro da Aldeia**

Colônia de Pescadores Z-06

A Colônia de São Pedro da Aldeia foi fundada em 1954 e é parceira da FIPERJ no monitoramento de desembarque pesqueiro. Segundo Silva (2014) possui 2.600 associados, possui sede própria e oferece atendimento médico, com exames em parceria com SUS.

Associação de Pescadores da Baleia São Pedro da Aldeia

Associação foi fundada em 1999 e possui 80 pescadores associados. Faz parte do Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João.

Associação de Pescadores e Amigos de Praia de Pitória- APAAP

A associação foi fundada em 2002 e possui 30 pescadores associados, também compõe o Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João.

- **Iguaba Grande**

Colônia de Pescadores Z-29

A Colônia Z-29 foi criada em 2013 e tem 75 associados. Possui um entreposto para comercialização de pescado. Antes da fundação os pescadores do município eram associados à Colônia de São Pedro da Aldeia para acessar o defeso. A Colônia faz o cadastramento de pescadores e embarcações, além de cursos. A criação da entidade teve o apoio da prefeitura, que doou um terreno para construção da sede (SILVA, 2014).

- **Araruama**

Colônia de Pescadores Z - 28

Trata-se também de uma Colônia criada recentemente, em 2011, possui 350 associados. Anteriormente, em 1992, os pescadores estavam organizados em Capatazia da Colônia de São Pedro da Aldeia, e em 1998 foi criada uma associação que mais tarde deu origem à Colônia (SILVA, 2014). Segundo Silva (2014) a entidade ainda não possui sede, e as atividades administrativas são realizadas em uma sala reformada pela prefeitura. A entidade encaminha o cadastramento dos pescadores no RGP.

- **Saquarema**

Colônia de Pescadores Z - 24

A Colônia é a única organização representativa dos pescadores no município, possui 250 associados e foi fundada em 1956. Segundo Silva (2014), possui sede própria, com espaço para reuniões e câmara fria. O presidente em 2014 era também vereador. A organização teve parceira com a Petrobras no Projeto de Integração Social da Pesca Artesanal, que beneficiou a organização com a reforma do espaço, curso de beneficiamento de pescado, e apoio na constituição de uma cooperativa de beneficiamento. As mulheres dos pescadores são responsáveis pela cooperativa, que já fornece pescado para a merenda escolar (SILVA, 2014).

- **Maricá**

Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias – ACCLAPEZ

Fundada em 1943 a associação tem 30 pescadores associados. Desde sua criação a associação tem uma longa história de resistência da comunidade tradicional às tentativas de expulsão por interesses imobiliários. Segundo o Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ, 2015), foram várias tentativas de implantação de grandes empreendimentos imobiliários, episódios nas décadas de 40, 50, 60, 70 e 2010, muitas vezes com o uso de violência. O último conflito foi gerado pelo licenciamento ambiental do projeto “Fazenda São Bento da Lagoa”, o relatório da ALERJ (2015) concluiu que há um

“estado de violação de direitos humanos e da legislação ambiental e urbanística causada pela empresa IDB Brasil Ltda. e pela omissão, conivência ou concordância do poder público estadual e municipal, que coloca a comunidade tradicional pesqueira em situação de vulnerabilidade, pressão e potencial violência, especialmente em razão da presença de representantes do empreendedor privado na comunidade e das práticas mencionadas neste relatório (p.27)

A recomendação da Comissão ao governo do Rio de Janeiro foi o tombamento da histórica sede da associação e o registro da “pesca de galho”, a fim de salvaguardar a área da APA e a sobrevivência da comunidade de Zacarias.

Associação Livre de Aquicultores e Pesca de Itaipuaçu – ALAPI

Fundada em 2007, sem dados sobre o número de associados. A organização faz parte do Conselho Consultivo da APA de Maricá;

Associação de Pescadores da Rua 70 de Itaipuaçu - AP70

Não há dados sobre a organização.

- **Armação dos Búzios**

Colônia de Pescadores Z-23

A Colônia foi fundada em 1950 e tem entre 400-500 pescadores associados. Além do cadastramento dos pescadores e embarcações, oferece serviço médico, aulas de inglês e espanhol e cursos de capacitação profissional, e aluga barcos para pescaria e passeio. A sede fica em um imóvel tombado da década de 1950. A organização tem um píer utilizado também para turismo.

Associação de Pescadores de Manguinhos

A organização tem 29 associados e foi fundada em 1993. Segundo a Declaração de utilidade pública, seu objetivo é estimular a solidariedade entre os pescadores, objetivando o desenvolvimento da comunidade, e também colaborar com os órgãos governamentais e organizações não governamentais nos assuntos relacionados com a preservação do meio ambiente.

- **Casimiro de Abreu**

Segundo o PCR-BC (PETROBRAS, 2013) 38% dos pescadores residentes são filiados às Colônias de pesca de outros municípios: Cabo Frio, Macaé e Rio das Ostras

Associação Livre dos Aquicultores das águas do São João

Associação fundada em 2001 tem como objetivo social qualidade de vida para o segmento aquícola e pesqueiro da região e o turismo ecologicamente correto. Através do Fundo de Amparo ao Trabalhador, a associação conseguiu subsídios para construir a primeira fazenda marinha do Rio São João, para o cultivo da "Crassostrea Rhizophorae", ostra nativa, segundo o diagnóstico do PEA-BC. Fizeram uma parceria com NUPEM para implementar o Projeto Robalo. Um dos projetos do grupo é a criação de uma reserva extrativista no Rio São João.

Colônia de Pescadores e Aquicultores Livres de Casimiro de Abreu - COPALICA

Fundada em 2013, sem dados sobre o número de associados e demais informações.

- **Rio das Ostras**

Associação de Moradores e Amigos da Boca da Barra

Fundada em 2010, sem mais informações disponíveis.

Colônia de Pescadores de Rio das Ostras Z-22

A Colônia possui 52 associados (SANTA ANA, 2014), segundo o Diagnóstico do PEA-BC (SOMA, 2014) esta organização é atuante, trabalhando no apoio à documentação dos pescadores para o acesso aos direitos da classe. Entretanto, o mesmo documento relata que há descrédito dos pescadores nas ações da Colônia, dificuldade no acesso ao crédito bancário.

4 Considerações Finais

Em relação a Região dos Lagos, observou-se lacunas importantes no que se refere as informações sobre a atividade de pesca artesanal, em nível comunitário. Neste contexto, aborda-se que foram encontradas maiores informações sobre as comunidades dos municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio, visto que ambos fazem parte da pesquisa proposta pelo projeto PESCARTE, em que se faz uma caracterização das comunidades pesqueiras presentes em determinados municípios. No que tange as questões das organizações e/ou entidades representativas, aponta-se também que foram encontradas poucas informações de caracterização destas.

Um fator que contribui para a dificuldade nos processos de caracterização da presente região foi à falta de estudos ambientais que abordssem todos os municípios que englobam a Região dos Lagos. Diante disto, não se teve informações de maneira homogênea para esta, fato que culminou em certas dificuldades para o desenvolvimento das análises. Nesta perspectiva, a Região dos Lagos apresentou como forte característica a heterogeneidade sob as informações.

Mesmo com as lacunas e com a heterogeneidade de informações, pode-se perceber que em alguns casos, se tem semelhança entre os dados de determinadas questões. Dentre essas questões se tem como exemplo, o baixo nível de escolaridade dos (as) pescadores

(as), sendo fundamental incompleto, além de evidências quanto a baixa renda familiar, sendo constatada para a região a predominância de até um salário mínimo de renda. Além de questões como o envolvimento da família na atividade pesqueira, formas de comercialização, dentre outras.

No que tange essas informações que auxiliam no processo de análise das comunidades pesqueiras, percebeu-se que os municípios de Arraial do Cabo e Cabo Frio possuíram o maior número de dados, tanto para dados a nível comunitário, na qual já foi abordado anteriormente, como para nível municipal, visto que os demais municípios que compõe a pesquisa efetuada para a Região dos Lagos, foram pesquisados sob abrangência do municipal. Referente aos municípios da pesquisa da região em tela, destaca-se que o município que se obteve menor número de informações foi Casimiro de Abreu, na qual foram efetuadas várias buscas de informações, porém encontraram-se poucos estudos que abordam dados e caracterizações deste município.

Quanto as organizações e/ou entidades representativas, observaram-se o maior número destas para o município de Arraial do Cabo, posteriormente Cabo Frio. Apesar de possui maiores números de organizações, ressalta-se que foram encontrados poucos dados que possam caracterizar de fato essas. Em geral se têm dados quanto ao nome, endereço, objetivos e sobre os tipos de participações públicas destas.

Destaca-se que mesmo com todo este cenário de carências de dados que podem contribuir para caracterização das comunidades pesqueiras, bem como das organizações representativas, as informações abordadas nos diferentes documentos acessados foram de suma importância para o processo de análise. Com isso, é essencial abordar que foram pesquisados diferentes documentos, como artigos, dissertações, teses, sites oficiais, além de outros estudos ambientais. Nesta perspectiva, destaca-se que não foi possível obter informações apenas nos PEAs e PCAPs que abordam os municípios da região, visto que estes não possuíam todos os dados desejados para a presente pesquisa. Fato que deve ser levado em consideração, já que os diagnósticos e levantamentos de dados são fatores essenciais para as questões que envolvem o licenciamento ambiental das atividades da cadeia produtiva do petróleo e gás.

5 Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Relume/Dumará. 2004.

ALERJ/Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. **Violações de direitos humanos na comunidade tradicional de Zacarias, Maricá - Impactos do licenciamento ambiental do megaempreendimento imobiliário “Fazenda São Bento da Lagoa”**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2015.

ALMEIDA, R. M. R.; LIMA, J. S. Avaliação do potencial hidrogeológico da Região dos Lagos – Rio de Janeiro – Brasil. In: 1st JOINT WORLD CONGRESS ON GROUNDWATER, 1., 2000, Fortaleza. **Anais**. 2000.

ARRUDA, R.; “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade** (Online), n 5, p.79-92, 1999.

ÁVILA-DA-SILVA, A.O. & VIANNA, M. 2009 A produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, M. (org.). Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAERJ; SEBRAE-RJ: p.47-60.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A Política Pesqueira no Brasil (2003-2011): A Escolha Pelo Crescimento Produtivo e o Lugar da Pesca Artesanal. **Desenvolvimento e meio ambiente**. vol. 32. p.61-80, dez. 2014.

BELO, D. C.; PEIXOTO, V. DE M. Associativismo na pesca artesanal: um estudo sobre a formação do capital social nas comunidades pesqueiras da Bacia de Campos. IN: **40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, 2016.

BERTUCCI, T. C. P. *et al.* Turismo e urbanização: Os problemas ambientais da Lagoa de Araruama – Rio de Janeiro. **Revista Ambiente & Sociedade** (Online), n. 4, p. 43-64, 2016.

BRASIL. Decreto Federal N. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de (UCs) da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. Instrução Normativa SEAP/PR nº 18 de 25 de agosto de 2006. Altera o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel adquirido para o Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais. Brasília, 2006.

_____. Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade (ICMBio). Portaria N° 172, de 20 de março de 2013. Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, localizada no Estado do Rio de Janeiro. 2013.

_____. Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997. Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais. Brasília, 1997.

_____. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, 2003.

_____. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

_____. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2011.

BRONZ, D. Pescadores do petróleo: Políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos, RJ. Rio de Janeiro: E-papers; Laced/Museu Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.e-papers.com.br/livre/LPPPACT001.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CALDASSO, L. P. Governança em reserva extrativista Marinha. Rio de Janeiro: PoD, 2012. - 188p. ISBN 978-85-8225-009-9.

CALDASSO, L. P. ; VINHA, V.; GUTBERLET, J. Direitos de propriedade comum: uma abordagem metodológica para reservas marinhas extrativistas no Brasil. In: VI ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE., 16, 2012, Pará. **Anais.** Pará: ANPPAS, Centro de Convenções Benedito Nunes/UFPA, 2012, p. 1 – 16.

CALDASSO, L. P. A Interface entre Economia e Direito no debate sobre direitos de propriedade para recursos comuns: o caso das Reservas Extrativistas Marinhas para a co-gestão pesqueira no Brasil. 2015. 243f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. Perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil: insumos para o programa Seguro Defeso. **Mercado de trabalho** (60), p. 64 – 73, 2016.

CANAL OBSERVAÇÃO. **Salga, Sol e Arte** - Um relato de Luta - Observatório Arraial do Cabo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Y4C4AUxBDoo>>. Acesso em: 17/12/2017

CARVALHO, J. G. Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade. **Revista de Extensão Univasf. Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 2, p. 92-99, ago./dez. 2013.

COPPE/UFRJ. Projeto de Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento. **I Relatório Técnico Parcial de Execução**. Julho/2007.

COPPE/UFRJ. Projeto de Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento. **IV Relatório Técnico Parcial de Execução**. Junho/2008.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares a economia do trabalho. Questões debatidas in: KRAYCHETE, G. *et al.*(orgs) **Economia dos Setores Populares : Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.91-141.

DAVIDOVICH, F.; Estado Do Rio De Janeiro: Singularidade de um contexto territorial. **Revista Território**, Rio De Janeiro, n. 9, pp. 9-24, 2000.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo/SP: Ática, 1983. 292p.

DIEGUES, A. C. S. A. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 361 – 375, 1999.

DIEGUES, A.C. Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na RESEX Marinha do Arraial do Cabo. **Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento- Arraial do Cabo (RJ)**: Programa Petrobras Ambiental.- COPPE/UFRJ. 2007. 40p. Disponível em <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradresex.pdf>> Acesso em: 20 de set.de 2017.

ECODEBATE. Pesca predatória em Arraial do Cabo, RJ: Pesquisa mostra a redução de 50% na quantidade e número de espécies capturadas (2008). Disponível em: < <https://www.ecodebate.com.br/2008/11/10/pesca-predatoria-em-arraial-do-cabo-rj-pesquisa-mostra-reducao-de-50-na-quantidade-e-no-numero-de-especies-capturadas/> >. Acesso em: 22/06/2018.

EMPRESAS RJ. Disponível em:

<<http://www.empresasrj.com/s/empresa/copalica/18994557000150>>. Acesso em 25/11/2017.

ENGEO. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **EAS - Estudo Ambiental de Sísmica**. Subseção 4.3 - Meio Socioeconômico. Pág. 1/27.Revisão 00 - Fevereiro/2014a.

_____. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentas de Campos no Bloco BM-C-7. **RIAS – Relatório de Impacto Ambiental de Sísmica**. Pág. 1/45. Revisão 01 - Fevereiro/2014b.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacias de Santos e Campos. **Relatório da Etapa de Diagnóstico e Mobilização de Atores Sociais em Cabo Frio**. Abril/2016a.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacias de Santos e Campos. **Relatório da etapa de diagnóstico e mobilização de atores sociais em Armação de Búzios**. Abril /2016b.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacias de Santos e Campos. **Relatório do Diagnóstico Participativo Realizado em Rio Das Ostras**. Rev 01. Abril/2016 c.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacias de Santos e Campos. **Relatório do diagnóstico participativo realizado em Rio das Ostras**. Rev. 1. Abril/2017a.

_____. PCAP: Plano de Compensação da Atividade Pesqueira Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D Bacia Sedimentar de Campos Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas – Rota Cabiúnas, Bacias de Santos e Campos. **Relatório da etapa de Diagnóstico – Rev01 e Plano de Trabalho de Mobilização para reuniões devolutas com atores sociais – Rev00 em Armação dos Búzios**. Abril/2017b

_____. Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 3D na Bacia Sedimentar de Campos no Bloco BM-C-7 e Projeto de Escoamento de Gás para Cabiúnas - Rota Cabiúnas, Bacias de

Santos e Campos. **Plano de Trabalho das Atividades de Continuidade em Arraial do Cabo**. Revisão 00 – Março/2017c.

FIPERJ. **Diagnóstico da Pesca no Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira**. Diagnóstico da Pesca no Estado Rio de Janeiro. Niterói. Junho/2013a. 55p.

_____. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Estatístico da Pesca do Estado do Rio de Janeiro – Anos 2011 e 2012** / Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. – Niterói, 2013b. 93f.

_____. **Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aqüicultura na Bacia de Santos – PCSPA-BS**. Relatório Final (Processo IBAMA nº 02022.001735/2013-51). Revisão 01 Junho / 2015.

FUNBIO. Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Costão Rochoso de Arraial do Cabo. Disponível em: < https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/pesquisa-marinha-e-pesqueira/plano-de-manejo-da-resexmar-de-arraial-cabo/ >. Acesso em: 22/06/2018.

IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> > Acesso: 05/03/2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas, Cartas imagem 2016. Disponível em: < <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/arquivos-raster.html> >. Acesso em: 16/05/2017.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa_bacia_do_rio_sao_joao_mico_leao_dourado.pdf >. Acesso em: 22/11/2017

INTER TV REGIÃO DOS LAGOS. Pescadores têm dificuldades para receber seguro defeso em cabo frio, no RJ. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/pescadores-tem-dificuldades-para-receber-seguro-defeso-em-cabo-frio-no-rj.ghtml> >. Acessado: 28/02/2018.

KORU. Plano de Compensação da Atividade Pesqueira. PCAP-Oceangeo. **Relatório da Implementação e avaliação final do PCAP-Oceangeo**. Abril/2017

LOTO, L. Atualização do estado dos sistemas pesqueiros em Arraial do Cabo e Itaipu. (RJ Brasil). Universidade Federal Fluminense (UFF). Novembro, 2013. 45p.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980 in: SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

MAGALHÃES, N. **A práxis educativa na gestão ambiental pública: uma análise crítica dos programas de educação ambiental do licenciamento offshore de petróleo na Bacia de Campos (BC), RJ. 2015. 193 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2015.**

MALUF, E. M. Conhecendo a Região dos Lagos: uma história de aventuras, sucessos e transformações. In: MOTTA, A; TERRA, R. (Orgs.). Esporte, Lazer e Políticas Públicas na Região dos Lagos. Rio de Janeiro: iVentura, 2011. 102-p. p 12 – 17.

MANESCHY, M. C. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. in: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 41 – 64.

MARICÁ **Moeda Social Mumbuca completa 3 anos**. Prefeitura Municipal de Maricá 2017. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/2017/01/07/moeda-social-mumbuca-completa-3-anos/>>. Acesso em: 04/07/2018.

MDS 2015. **Conheça o Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 04/07/2018.

MDS 2015. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 04/07/2018.

MEDEIROS, A. M. **Políticas Públicas**. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 03/07/2018.

MENDONÇA, F. M. ; VALLE, R. ; COUTINHO, R. . Análise da viabilidade social, operacional e financeira da revitalização do entreposto de pesca da colônia de pescadores

de Figueira, no município de Arraial do Cabo-RJ. **Revista Symposium** (Lavras), v. 8, p. 10-20, 2011.

MENDONÇA, F. M., VALLE, R. A. B., COUTINHO, R.; A cadeia produtiva da pesca artesanal em arraial do cabo: análise e propostas de melhoria. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 14 p, 2010. São Carlos. **Anais..** São Carlos.: Associação Brasileira de Engenharia de Produção. 2010. 2 – 14.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidade e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 372-390, dez. 2013.

Ministério da Pesca e Aquicultura. Portaria nº 132 de julho de 2012. DOU de 04/07/2012 nº 128, Seção 1, pág. 45. 2012

MORENO, L, T. A luta para pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais. **Revista Pegada**. n. 2, v. 16. 2015.

MPA/MMA. Instrução Normativa MPA/MMA nº 10 de 10 de junho de 2011.

NOGUEIRA, A. B. et al. Participação da fisiografia local na composição dos atributos e estratégias de pesca no sul do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 37, n. 1, p. 13–30, 2011. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/37_p1_13-30.pdf>. Acesso em: 20/04/2018

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. v.5, n.28, jan/fev. 1987.

PEA BC - Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Localize um projeto. Disponível em: <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-selecao>>. Acesso em: 02/12/2017

PEA OBSERVAÇÃO. Pescadores de Tamoios iniciam inclusão digital. Disponível em: <<http://peaobservacao.com.br/author/obacabofrio/>>. Acesso em: 03/12/2017.

PEA-BC. 2018. Projeto de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Portal on-line. Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/?view=projeto-apresentacao&id=5>. Acesso em 07/02/2018.

PEA-PESCARTE. Projeto de Educação Ambiental PESCARTE. Dados extraídos do Acervo de dado do projeto. Dados não publicados. 2015.

PEREIRA, W. L. **Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores. Cabo Frio (1943 - 1964) Arraial do Cabo. 2009.** 479 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PEREIRA, W. L. M. História e Região: Inovação e industrialização na economia salineira fluminense. **Revista de História Regional** 15, n.2: 184-210, inverno, 2010.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. in: SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

PETROBRAS. **Caracterização Socioeconômica da Pesca na Bacia de Campos – Projeto PCR-BC.** Relatório Final, 2013.

PGI. Plataforma de Gestão de Indicadores. 2018. Portal on line - <<https://i3gov.planejamento.gov.br/>> . Catálogos > Temática > Balanço de 8 anos (2004-2010) por Temas >Desenvolvimento Sustentável com Redução de Desigualdades>Incentivo a Aquicultura e a Pesca.> Subvenção do diesel pesqueiro. **Anexo - Políticas e programas de governo voltados para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura. Balanço 2003-2010.** Disponível em:<https://i3gov.planejamento.gov.br/balanco/1%20-%20DESENVOLVIMENTO%20SUSTENTAVEL%20COM%20REDUCAO%20DE%20DESIGUALDADES/9%20-%20Incentivo%20a%20Aquicultura%20e%20a%20Pesca/a%20-%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20da%20Pesca%20e%20Aquicultura/Anexo_Programas_desenvolvimento_sustentavel_pesca_e_aquicultura.doc>. Acesso em 13/03/2018.

PINTO DA SILVA, P. S. V. **Common Property to Co-Management: social change and participation in Brazil's first Maritime Extractive Reserve.** Londres. LSE, 2004.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – Portaria da transparência (2018). Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 13/03/2018.

PORTAL SAGI **Relatórios de Informações Sociais. RI Bolsa Família e Cadastro Único.** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?relatorio=153&file=entrada>>. Acesso em: 04/07/ 2018.

Projeto Ressurgência. Entrevistas com os representantes do Conselho Deliberativo da Resex-Mar de Arraial do Cabo – Informação oral. Arraial do Cabo, 2008.

REMA. 2018. Rede de Estudos para o Meio Ambiente. Portal On line. Disponível em: <<http://www.projetorema.net/>>. Acesso: 03/07/2018.

REMA. Projeto REMA – PEA Campo de Frade. RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE DE CABO FRIO - OFICINA V.04. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/d20ae1_bfa92d2dad86438281daddec02306519.pdf . REMA, [?]

RGP. Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP. Dados até jun/2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Registro%20Geral%20da%20Pesca>>. Acesso em: 05/07/2017.

RIBEIRO, B. L. et. al. Geografia E Pesca: Diagnóstico Socioambiental Da Comunidade Pesqueira Artesanal de Cabo Frio/RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEOGRÁFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. p. 1 – 9.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 32.578 de 30 de dezembro de 2002. Institui Conselho gestor da Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil. Rio de Janeiro, 2002

SAF Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **SAF, sobre o programa**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 19/03/2018.

SAMPAIO, P. B. **Mar de conflitos: as diferentes formas de organização política dos pescadores artesanais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.

SAMPAIO, P. B. **Mar de conflitos: as diferentes formas de organização política dos pescadores “artesanais”**. 2006. 162 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTA ANA, C. **O lugar como aquarela de natureza e cultura: a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, Rio das Ostras/RJ**. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação. UFRJ, 2014.

SEIXAS, C. S. **Dinâmicas sócio-ecológicas em gestão pesqueira participativa: o caso de uma Reserva Extrativista Marinha**. Relatório de Pós-Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 122pp. 2007.

SEBRAE. **Painel Regional: Região dos Lagos/Observatório** SEBRAE/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2016. 31p..

SILVA, C. A. B. **O papel da câmara técnica de pesca do comitê de bacia hidrográfica lagos São João na gestão da pesca artesanal na Lagoa Araruama/Carlos Augusto Barbosa da Silva**. 2014. 237 f. Dissertação (mestrado em Administração) - Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014

SILVA, C. A.; NASCIMENTO, N. O.; Pescadores artesanais e território: possibilidades e limites ao acesso aos direitos sociais e políticas públicas. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. **Anais...** Agosto, 2014. Vitória, ES, Brasil.

SILVA, G. F.; SILVA, A. E. D.; TORELLI, A. E. R. S. Processamento e beneficiamento do pescado na comunidade de Mituaçu, Conde, Paraíba. In: XIV ENCONTRO DE EXTENSÃO, 14. 2013, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: UFPB, 2013. P. 1 – 5.

SILVA, P. J. DE A. **Onze anos de produção pesqueira na região de Arraial do Cabo - RJ**. Dissertação de Mestrado em Biologia Marinha. UFF, 2004.

SILVA, Patrícia: 2002: Common property to co-management: social change and participation in the Brazil's first Maritime Extractive Reserve, London School of Economics. In Diegues 2007. DIEGUES, A. C. **Cultura Marítima, Conhecimento E Manejo Tradicionais na RESEX Marinha do Arraial do Cabo**. NUPAUB-USP, 2007. Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento - Arraial Do Cabo (RJ): Programa Petrobras Ambiental - COPPE/UFRJ. Disponível em <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradresex.pdf>

SOMA. Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC. **Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC**. Rev.4. Setembro/2014 .

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TOLEDO, G. L.; SILVA, A. C. A. Estratégias Competitivas e Cooperativas em Clusters Turísticos – Um diagnóstico da Região dos Lagos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 7, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo:USP, 2004. 12p

TRANS FOR MAR. 2013. TRANS FOR MAR Consultoria LTDA. Plano de Trabalho 2a Fase – PEA FOCO. Campo de Peregrino. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS. Revisão 00. Julho 2013.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALES, R. R. DE. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. L (Org.). Nas Redes da Pesca Artesanal. Brasília: IBAMA, 2007. p. 15–83. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/limitesohright.pdf>>. Acesso em: 26/07/2017.

VIANNA, M.(ORG.). **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa.** Rio de Janeiro: FAERJ; SEBRAE-RJ, 2009.

VOZ DAS AGUAS. **Eleição e renovação do Consórcio intermunicipal de Lagos de São João reúne todas as prefeituras da região.** Disponível em:<<http://www.vozdasaguas.com/2013/03/eleicao-e-renovacao-do-consorcio-intermunicipal-lagos-sao-joao-reune-todas-as-prefeituras-da-regiao/>>. Acesso em: 27/11/2017

WALTER, T. **Novos usos e novos mercados: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?** 2010. 343 f. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

WALTER, T.; WILKINSON, J.; SILVA, de A. P.; A análise da cadeia produtiva dos catados como subsídio à gestão costeira: as ameaças ao trabalho das mulheres nos manguezais e estuários no Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 12, n.4, dezembro 2012, pp. 483-497.

6 Apêndices

(Em arquivo separado)

Apêndice 1 - Características das infraestruturas da cadeia produtiva do pescado na Região dos Lagos

Apêndice 2 - Organizações representativas de pescadores(as) artesanais na Região dos Lagos.

7 Anexos

(Em arquivo separado)

Anexo 1 - Subsídios teóricos da pesquisa publicados em Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA.

Anexo 2 - Procedimentos analíticos.